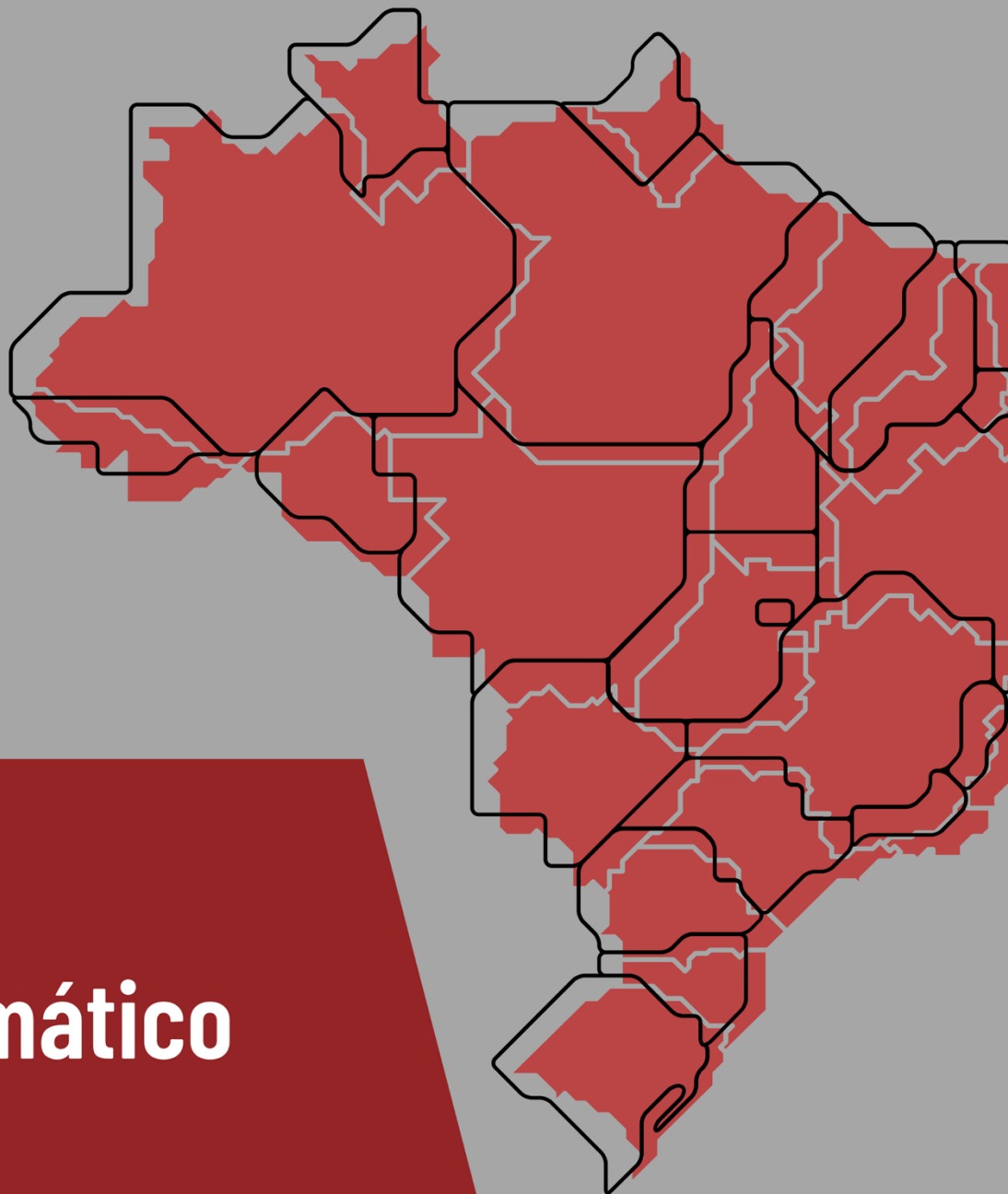


MONITORAMENTO ELEITORAL

Temático



Boletim II

2026

opel

Observatório
Político e Eleitoral

Coordenação Geral

Josué Medeiros

Coordenação de Pesquisa

Kaique Camargo

Maria Carolina Barreto

Rennan Pimentel

Tamyres Ravache

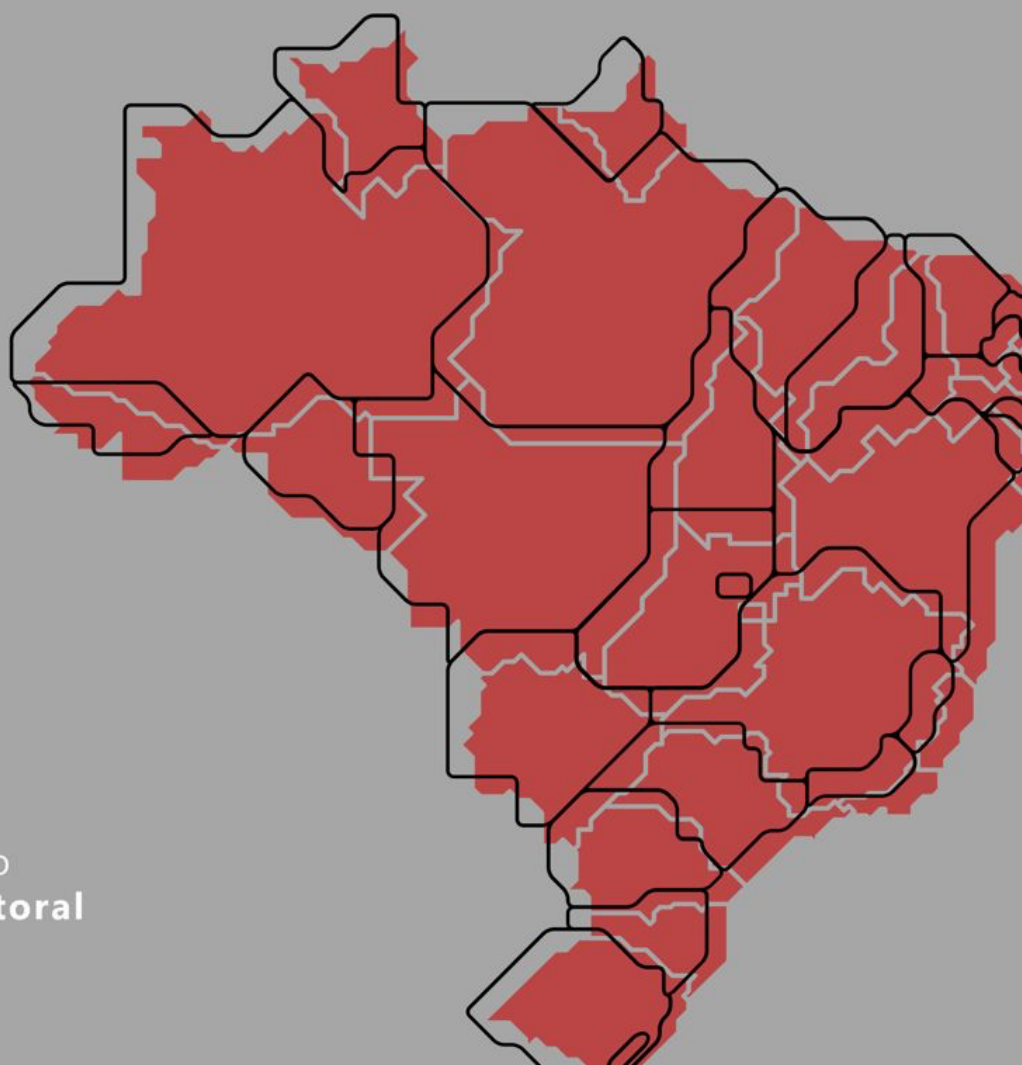
Thaís Climaco

Diagramação e Identidade Visual

Rennan Pimentel

Comunicação e Redes Sociais

Alessandra Holanda



Observatório
Político e Eleitoral

Sumário

<i>A urgência do debate sobre violência e o rumo das urnas</i>	<i>3</i>
<i>Quem fala em nome dos cristãos nas eleições de 2026?</i>	<i>10</i>
<i>Fim da escala 6x1: a disputa dos presidencialistas na tramitação da pec no congresso</i>	<i>17</i>
<i>Poder judiciário como vetor de polarização política nas eleições 2026.....</i>	<i>21</i>
<i>Pesquisas, movimentações e o impacto da desinformação na corrida presidencial de 2026</i>	<i>27</i>
<i>Lideranças evangélicas não alinhadas.....</i>	<i>34</i>
<i>Entre o escrito e o dito: A Ciência, Tecnologia e Inovação na Propaganda Eleitoral de Lula da Silva e Flávio Bolsonaro em 2026</i>	<i>41</i>
<i>Histórico da representação política de mulheres e perspectivas para as eleições de 2026</i>	<i>46</i>
<i>A Baixada Fluminense e o início da campanha para o Governo do Rio de Janeiro: estratégias eleitorais e os efeitos da polarização.....</i>	<i>57</i>
<i>Cláusula de barreira e o campo progressista: desafio nacional e as exigências nos Estados</i>	<i>62</i>
<i>Soberania Alimentar na Campanha Presidencial de 2026: Propostas, Discursos e Estratégias em disputa.....</i>	<i>67</i>
<i>Saúde nas eleições de 2026: monitoramento da corrida presidencial</i>	<i>73</i>
<i>Segurança pública na arena política: o Rio como vitrine da disputa presidencial</i>	<i>79</i>
<i>Segurança pública na eleição para o governo do estado do rio de janeiro em 2026: propostas, discursos e impactos na corrida eleitoral.....</i>	<i>87</i>
<i>As concepções de Estado nos planos de governo de Lula e de Flávio Bolsonaro</i>	<i>94</i>
<i>Mais polícia, menos prevenção: a violência contra a mulher nas sabatinas presidenciais.....</i>	<i>99</i>
<i>O caminho até a campanha</i>	<i>104</i>
<i>Agenda ambiental nas eleições de 2026: entre urgência da crise climática e a participação silenciosa da pauta nas disputas eleitorais.....</i>	<i>108</i>
<i>O papel de Michelle Bolsonaro nas eleições de 2026</i>	<i>118</i>
<i>Candidaturas negras.....</i>	<i>125</i>

EDITORIAL



EDITORIAL

Bem-vindas e bem-vindos à segunda edição do boletim temático do Monitoramento Eleitoral de 2026 feito pelo Observatório Político e Eleitoral (OPEL), núcleo de pesquisa ligado à UFRJ e à UFRRJ. Nesta edição, apresentamos 23 textos com análises sobre alguns dos temas fundamentais das eleições de 2026 escritos por estudantes de graduação, mestrandas e mestrandos, mestres, doutorandas e doutorandos e doutoras e doutores em ciências sociais e ciência política que fazem parte do OPEL.

Assim, damos sequência as análises sobre como o Estado e as instituições são elaboradas nessa eleição. Trazemos ainda textos sobre a representação feminina nas eleições de 2026; sobre como a segurança pública está impactando a disputa eleitoral nacional e no Rio de Janeiro; sobre o papel da mobilização pelo fim da escala 6 x 1 nas disputas parlamentares; sobre como o tema da religião está presente em 2026; sobre as dimensões da economia e do desenvolvimento entre os presidenciáveis; além do meio ambiente, raça, entre outros.

Este boletim temático complementa o boletim nacional do OPEL, pelo qual o nosso Monitoramento Eleitoral acompanha a disputa presidencial e para o governo do Estado e para o Senado em todos os 27 estados da federação. Com essa as duas dimensões – temática e regional – apresentamos um visão de conjunto sobre o processo eleitoral brasileiro.

Boa leitura e até o próximo boletim!

TENHÁMOS



A urgência do debate sobre violência e o rumo das urnas

Kaique Camargo¹

No panorama geral das eleições de 2026, a segurança pública consolidou-se como um dos principais temas de debate político nacional e estadual, expondo o embate polarizado, principalmente quando observamos pela ótica do Lulismo x Bolsonarismo. Essa disputa eleitoral tem ganhado contornos críticos e decisivos nas regiões do Nordeste.

Por essa razão, esse boletim irá direcionar o foco para os estados do Ceará e da Bahia. Ambos figuram entre os três estados mais violentos do país e compartilham longos ciclos de gestões petistas. Nesses territórios, a segurança pública passa a ser a principal ferramenta da oposição para desgastar os atuais governadores, tentando transformar a sensação de segurança e percepção do eleitorado como ponto definitivo para o resultado nas urnas.

A seguir analisaremos como se sucedeu a abordagem da segurança pública feita pelos candidatos ao cargo de governador nos dois estados citados, onde as pesquisas de intenções de votos mostram uma disputa acirrada e constante movimentação para ganhar o voto do eleitor. Aqui o foco vem a partir dos últimos debates televisionados, das pesquisas de intenção de votos e utilizando o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2026 como base para ler a importância da pauta da segurança pública para as eleições estaduais desses estados.

A segurança pública no debate cearense

O debate dos candidatos ao governo do Ceará, promovido pelo O Povo, demonstrou a importância da segurança pública para as eleições deste estado.

¹ Doutorando em Ciências Sociais (PPGCS-UFRRJ) e Coordenador de pesquisa do Monitoramento Eleitoral 2026 (OPEL)

Esse tema foi levantado por Ciro Nogueira logo na primeira pergunta. Entretanto, a postura observada no embate entre Elmano e Ciro mostrou um jogo de empurra-empurra.

O combate ao crime, na campanha de Ciro, é o principal destaque do plano de governo apresentado para o TSE. O candidato apresenta que apenas 27% dos homicídios são resolvidos, defendendo a modernização dos sistemas policiais e mostrando que esse um dos seus principais pontos na proposta de segurança pública.

No debate, Ciro tentou frisar que Elmano relativiza o domínio de facções dentro do estado, tendo certo tipo de convivência, citando os altos índices nos índices de violência no Ceará, sendo um dos maiores do Brasil. O candidato tentou mostrar que as facções tomaram sede nos anos de 2015-2016.

Do outro lado, Elmano fez questão de enfatizar “uma nova política de segurança pública”, contratando profissionais de segurança, aumento dos batalhões e garantindo melhora no serviço de inteligência e tecnologia da polícia. Além disso, Elmano acusou que o início dos problemas com as facções aconteceu durante o mandato de Ciro Gomes no governo do Ceará.

Termômetro das pesquisas

A pesquisa divulgada pelo Datafolha no dia 18 de setembro mostrou, na disputa estimulada, Ciro Gomes com sete pontos de vantagem sobre Elmano no primeiro turno, somando 47% das intenções contra 40% de Elmano. O que chama atenção nessa pesquisa é a modalidade espontânea feita pelo Datafolha. Nesse modo, a diferença entre os candidatos era de 3%, somando 27% de indecisos. No Paraná Pesquisas divulgou também no dia 18 uma diferença de sete pontos, igual o Datafolha, entre Ciro e Elmano.

No AtlasIntel do dia 21 de setembro mostrou justamente o crescimento de Elmano próximo das eleições. Registrando 48,5% das intenções de votos, Elmano está empatado tecnicamente com Ciro, que aparece com 48%. Isso demonstra uma disputa extremamente polarizada, que pretende se estender até as eleições, mas que demonstra um fôlego construído por Elmano.

A boa aprovação do atual governo de Elmano também sugere o porquê da melhora nas pesquisas. A tentativa de associar a imagem de Ciro a de

Bolsonaro faz parte da estratégia de campanha de Elmano, também mostrando certa força para afastar os votos de Ciro Gomes.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2026² apontou o Ceará como o segundo estado brasileiro no índice de mortes violentas intencionais em números gerais, ficando apenas atrás da Bahia. Isso significa 34,7 mortes a cada 100 mil habitantes. Esses números dão conta de explicar a importância que os candidatos dão para expressar e confrontar usando a segurança pública como pauta prioritária.

A segurança pública no debate baiano

No debate promovido pela Rede Bandeirantes em 10 de agosto de 2026, uma jornalista da Band direcionou o debate para os elevados índices de letalidade violenta no estado da Bahia, procurando pontuar que as estratégias adotadas pela gestão de Jerônimo ainda não estavam surtindo efeito prático.

O candidato e atual governador buscou evidenciar o alto investimento que tem feito na área, destacando a ampliação do orçamento feito na pasta, a realização de concursos públicos e a convocação de 11 mil profissionais para as forças de segurança. Jerônimo observou que fez melhorias estruturais e operacionais, adquirindo novos armamentos e equipamento de qualidade, construindo novas delegacias, além de renovar a frota com seis mil viaturas. Também pontuou o alto investimento em inteligência policial e na expansão do uso de câmeras corporais. Por fim, Jerônimo enfatizou que acredita no trabalho em parceria com o governo federal, sinalizando que tem intenção de consolidar ações que sejam realizadas de forma integrada com as forças federais, acreditando na criação do Ministério da Segurança, criando um sistema único de segurança, para o enfrentamento ao crime organizado.

Em contrapartida, ACM Net adotou uma tática diferente ao apostar na centralidade institucional, chamada por ele de “governadoria da segurança”. Essa proposta do candidato prevê atuação direta do governador na articulação com os comandos policiais da capital e do interior, dando autonomia aos delegados para serem responsáveis pela integração das forças de segurança.

² Dados referentes ao ano de 2025.

ACM prometeu aumento salarial, aprimoramento das condições de trabalho e a modificação dos sistemas prisionais, prometendo punição severa para os criminosos, isolamento de facções em presídios de segurança máxima. Contudo, de modo geral, o candidato evitou aprofundar-se na pauta, preferindo direcionar o foco do debate para a área da saúde, mas precisamente falando de sua gestão como prefeito.

A postura apresentada por esses candidatos revela a existência de abordagens distintas na maneira de gerenciar a crise de violência no estado da Bahia. Enquanto Jerônimo concentra sua estratégia na expansão policial, no aporte orçamentário e na integração com a esfera federal, ACM Neto aposta na centralidade do Executivo estadual, na autonomia das corporações e no endurecimento do sistema prisional.

A Bahia é mais um exemplo de estado que escancara a disputa polarizada entre Lulismo x Bolsonarismo, onde acontece a diferença de ideias, onde uma parte da inteligência e modernidade e a outra pelo discurso de “lei e ordem”

As pesquisas e os número do Anuário

A seguir será exibido um quadro com as últimas 4 pesquisas de intenção de votos para o primeiro turno realizadas na Bahia:

Instituto de Pesquisa	ACM Neto	Jerônimo Rodrigues
AtlasIntel (03/09)	49,1%	47,9%
RealTime Big Data (11/09)	44%	45%
Inteligov/Exame (20/09)	46,32%	40,66%
Futura Inteligência (21/09)	51,3%	43,6%

É importante pensar que a pesquisa espontânea realizada pelo RealTime Big Data e pelo Futura Inteligência mostram um alto número de eleitores indecisos ou que não souberam responder. Isso mostra-se como uma possibilidade de oscilação na porcentagem de votos até o dia das eleições.

Vale considerar que as últimas pesquisas mostraram uma ascendência do Jerônimo Rodrigues maior que a de ACM Neto, o que pode sugerir uma eleição competitiva, mas que abre margens para um crescimento do petista. A hipótese

levantada é que Jerônimo Rodrigues possui muita força nas cidades do interior da Bahia e isso com certeza será uma arma importante para uma possível vitória ainda no primeiro turno.

Segundo o Anuário de Segurança Pública 2026, a Bahia conta, em números absolutos, com 5473 mortes violentas intencionais, o maior número do Brasil inteiro. Isso significa um total de 36,8 mortes a cada 100 mil habitantes, colocando a Bahia, por esse parâmetro, em segundo lugar. Apesar do número expressivo, desde o ano de 2012, essa é a menor marca atingida pela Bahia, demonstrando certa diminuição nos números totais.

Ainda assim, esses dados fazem levar em consideração a importância do debate da segurança na Bahia, e porque esse debate está no centro da disputa política no estado, além de demonstrar os desafios que ainda seguirão para os próximos governos.

Conclusão

A análise proporcionada neste boletim, mostrando os estados do Ceará e da Bahia nas eleições de 2026, evidencia como a segurança deixou de ser apenas uma diretriz de gestão e se transformou num campo de batalha política na região do Nordeste. Ambos os estados se encontram no topo dos índices de violência no país, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2026. Essa realidade alimenta as narrativas da oposição contra os ciclos de governos petistas que são consolidados em ambos os territórios.

Mesmo com as semelhanças estruturais nos desafios da segurança e na forte polarização presente nos estados, é possível observar que as dinâmicas eleitorais revelam nuances que são importantes. No Ceará, esse embate é marcado diretamente sobre a origem e a expansão das facções criminosas, refletindo em pesquisas que ora apontam vantagem da oposição, ora demonstra um fôlego expressivo de Elmano, impulsionado pela alta aprovação governamental.

Já na Bahia as estratégias de campanhas se mostram nitidamente distintas. Embora ACM Neto mantenha a liderança nos levantamentos recentes, os empates técnicos, o alto índice de eleitores indecisos e a força do interior baiano mantém o cenário em aberto, podendo haver uma virada.

A segurança pública continuará a ser a arma preferida da oposição para desestabilizar os atuais governadores, inflando a sensação de segurança do eleitorado, ao ponto em que os atuais governadores tentaram blindar suas imagens colocando suas entregas à pauta de inovação tecnológica, valorização de efetivos e parcerias com o Governo Federal. Com cenários de empates técnicos, a capacidade de mobilização das urnas e o peso dos indecisos definirá qual o caminho que o eleitor cearense e baiano irá tomar no próximo dia 4 de outubro.

Referências

CARTACAPITAL. AtlasIntel: Elmano e Ciro empatam no Ceará a menos de duas semanas da eleição. CartaCapital, 21 set. 2026. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/atlasintel-elmano-e-ciro-empatam-no-ceara-a-menos-de-duas-semanas-da-eleicao/>

CARTACAPITAL. Paraná Pesquisas: Elmano tem 56% de aprovação no Ceará a duas semanas da eleição. CartaCapital, 18 set. 2026. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/parana-pesquisas-elmano-tem-56-de-aprovacao-no-ceara-a-duas-semanas-da-eleicao/>

CARTACAPITAL. Datafolha: Ciro Gomes lidera a disputa contra Elmano de Freitas no Ceará a duas semanas da eleição. CartaCapital, 18 set. 2026. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/datafolha-ciro-gomes-lidera-a-disputa-contra-elmano-de-freitas-no-ceara-a-duas-semanas-da-eleicao/>

CNN BRASIL. Atlas: ACM Neto tem 49,2% no 2º turno; Jerônimo, 48,6% ao governo da Bahia. CNN Brasil, 3 set. 2026. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/atlas-acm-neto-tem-492-no-2o-turno-jeronimo-486-ao-governo-da-bahia/>

CORREIO. Pesquisa: ACM Neto chega a 51,3% e abre vantagem sobre Jerônimo. Correio, 21 set. 2026. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/eleicoes/pesquisa-acm-neto-chega-a-513-e-abre-vantagem-sobre-jeronimo-0926>

EXAME. Agregador Inteligov/EXAME: ACM Neto tem 46,32%, e Jerônimo sobe para 40,66% na Bahia. Exame, 20 set. 2026. Disponível em: <https://exame.com/brasil/agregador-inteligov-exame-acm-neto-tem-4632-e-jeronimo-sobe-para-4066-na-bahia/>

FONSECA, Roberto. Ciro promete combate ao crime e corte de gastos no Ceará. Em Alta na Política, 27 jul. 2026. Disponível em: <https://newblogs.correiobraziliense.com.br/emaltanapolitica/ciro-promete-combate-ao-crime-e-corte-de-gastos-no-ceara/>

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 20º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2026. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2026/07/anuario-2026.pdf>

G1 CEARÁ. Elmano quer ampliar a presença da polícia nas ruas e o uso de tecnologia para combater crime organizado. G1 Ceará, 21 set. 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara>

[ra/eleicoes/2026/noticia/2026/09/21/elmano-quer-ampliar-a-presenca-da-policia-nas-ruas-e-o-uso-de-tecnologia-para-combater-crime-organizado.ghtml](https://g1.globo.com/ce/ceara/eleicoes/2026/noticia/2026/09/21/elmano-quer-ampliar-a-presenca-da-policia-nas-ruas-e-o-uso-de-tecnologia-para-combater-crime-organizado.ghtml)

G1 CEARÁ. Quaest: Ciro tem 43% e Elmano, 41% no Ceará. G1 Ceará, 23 set. 2026.

Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/eleicoes/2026/noticia/2026/09/23/quaest-ce-avaliacao-governo-22-setembro.ghtml>

UOL. Pesquisa para governador na Bahia 2026: veja levantamento do RealTime Big Data. UOL, 11 set. 2026. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2026/09/11/pesquisa-para-governador-na-bahia-2026-veja-levantamento-do-realttime-big-data.ghtml>

VALOR ECONÔMICO. Nova pesquisa Datafolha no Ceará mede efeitos do 'Cironaro' no duelo entre Ciro e Elmano. Valor Econômico, 22 set. 2026. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2026/noticia/2026/09/22/nova-pesquisa-datafolha-no-ceara-mede-efeitos-do-cironaro-no-duelo-entre-ciro-e-elmano.ghtml>

Quem fala em nome dos cristãos nas eleições de 2026?

Maria Carolina Barreto³

O primeiro boletim deste monitoramento mostrou como a religião chegou às eleições de 2026 por meio de diferentes estratégias de mobilização, que ultrapassavam a identificação religiosa formal das candidaturas. Durante a pré-campanha, visitas a igrejas, aproximações com lideranças, discursos religiosos e disputas por apoio já indicavam que a representação política dos segmentos cristãos, em especial dos evangélicos, não seria monopolizada por uma única candidatura. Dessa forma, passado pouco mais de um mês desde o início oficial da campanha, em 16 de agosto, algumas dessas movimentações tornam-se mais visíveis. A disputa não se restringe à tentativa de conquistar o chamado “voto evangélico” e ela envolve também a definição de quem pode reivindicar legitimidade para representar politicamente os cristãos, quais atores religiosos conseguem atuar como intermediários entre candidaturas e fiéis e de que maneira acontecimentos da conjuntura política são interpretados a partir de linguagens religiosas.

Nesse processo, a campanha de Flávio Bolsonaro intensificou sua circulação por espaços evangélicos e consolidou aproximações que ainda apareciam de maneira menos definida na pré-campanha. Lula, por sua vez, ampliou a interlocução com organizações e lideranças evangélicas que contestam a identificação automática entre essa identidade religiosa e bolsonarismo e passou a produzir conteúdos eleitorais dirigidos especificamente

³ Doutoranda em Ciência Política pelo IESP-UERJ e coordenadora de pesquisa do Monitoramento Eleitoral 2026 (OPEL)

a esse público. Ronaldo Caiado manteve articulações próprias com lideranças evangélicas, sobretudo aquelas ligadas à Assembleia de Deus Ministério de Madureira, indicando que mesmo no campo mais conservador não existe necessariamente uma única representação política. Ao mesmo tempo, novos temas passaram a ser enquadrados religiosamente durante a campanha, entre eles a crise envolvendo o Supremo Tribunal Federal, a situação econômica e a ideia de perseguição aos cristãos.

A campanha entra nas igrejas

Entre as candidaturas presidenciais, Flávio Bolsonaro é o que tem apresentado a presença mais frequente e visível em grandes espaços religiosos durante a campanha. No dia 25 de agosto, o candidato participou de um culto da Assembleia de Deus em Maceió, onde José Wellington, presidente da Convenção Geral dos Ministros das Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus do Brasil, chamou Flávio ao altar, pediu bênçãos para sua campanha e realizou uma oração, afirmando desejar que o Brasil fosse libertado das “garras de Satanás”, referenciando o presidente Lula.

Essa forma de mobilização reapareceu com ainda maior intensidade no feriado de 7 de Setembro quando antes da manifestação realizada na Avenida Paulista, Flávio Bolsonaro e Tarcísio de Freitas participaram de um culto na Igreja Mundial do Poder de Deus, liderada por Valdemiro Santiago. Diante de um templo lotado, Flávio realizou uma oração pelo Brasil e por Jair Bolsonaro, enquanto Tarcísio leu trechos bíblicos, enquanto o líder religioso afirmou aos fiéis que o sentimento que possuía por Flávio e por sua família poderia ser transmitido às “ovelhas”, os seus membros. No dia anterior, Flávio havia participado de culto do pastor André Fernandes, que declarou voto no candidato.

Se anteriormente Flávio procurava se apresentar às lideranças, que possuíam desconfiança em relação a ele, que já haviam construído relações com Jair Bolsonaro, durante a campanha esses encontros passaram a ocorrer diante dos fiéis e a envolver manifestações públicas de apoio, orações e uso do púlpito. Apesar disso, isso não significa que tenha ocorrido uma transferência automática de todas as redes religiosas construídas em torno de Jair Bolsonaro, como no caso da Assembleia de Deus, como dito no primeiro boletim que as lideranças da

denominação estavam divididas entre Flávio Bolsonaro, Ronaldo Caiado, Lula e posições de neutralidade.

Por outro lado, Caiado manteve durante a campanha sua interlocução com o deputado e pastor Otoni de Paula, escolhido ainda na pré-campanha como um dos responsáveis pela aproximação da candidatura com lideranças evangélicas. Em 27 de agosto, o candidato participou, no Rio de Janeiro, do lançamento da candidatura de Otoni à reeleição para a Câmara dos Deputados. O parlamentar, que já integrou a base bolsonarista, tornou-se um dos principais articuladores evangélicos de Caiado e declarou que não apoiaria Flávio Bolsonaro para presidente.

Esses movimentos reforçam que o “apoio evangélico” oculta uma estrutura formada por denominações, convenções, pastores, parlamentares e organizações que podem estabelecer alianças distintas. A competição entre Flávio Bolsonaro e Ronaldo Caiado mostra que mesmo candidaturas situadas no campo conservador precisam disputar essas redes e não podem tratá-las como eleitorado previamente assegurado.

Lula e a tentativa de construir outra representação evangélica

Em 31 de agosto, três organizações do Rio de Janeiro, a Associação das Igrejas e Templos Evangélicos de Médio e Pequeno Portes do Estado do Rio de Janeiro, a Associação de Mulheres Evangélicas com Cristo e Pela Vida e o Movimento Jesus Libertador, divulgaram manifesto de apoio à reeleição do presidente. No documento, políticas como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Farmácia Popular e SUS foram relacionadas a valores cristãos de combate à fome, proteção dos mais pobres e amor ao próximo. Embora essas organizações possuam influência mais restrita do que grandes convenções e lideranças denominacionais, o que limita a possibilidade de interpretar esses apoios como uma mudança generalizada entre os evangélicos, demonstra que esse grupo religioso não é possível tratar esse campo como homogêneo.

Além disso, desde o início de setembro a campanha produziu materiais destinados especificamente aos eleitores evangélicos, entre eles o panfleto “Por que votamos em Lula?”. O conteúdo dele utilizou passagens bíblicas, associando o voto ao amor ao próximo e afirmando que a escolha eleitoral deve ser “livre,

consciente, responsável e secreta”. Uma das mensagens diz que, no momento da votação, “somente você e Deus sabem sua escolha”, em uma tentativa de contraposição à influência política exercida por lideranças religiosas sobre os fiéis. Outro momento do mês Lula recebeu integrantes da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito e outras lideranças religiosas. Durante esse encontro, o presidente afirmou que evita realizar discursos políticos em igrejas e argumentou que a relação individual dos fiéis com Deus deveria ser respeitada.

Da pauta de costumes à “guerra espiritual” no STF

Outro aspecto que se tornou mais evidente durante a campanha é a ampliação dos temas mobilizados por meio da linguagem religiosa. Aborto, gênero, sexualidade e família continuam presentes, mas a religião também vem funcionando como repertório para interpretar acontecimentos que, originalmente, não pertencem ao campo das chamadas pautas morais e a crise envolvendo o Supremo Tribunal Federal é um dos exemplos mais importantes.

No início de setembro, o ministro André Mendonça passou a receber manifestações públicas de apoio de lideranças e perfis evangélicos com pedidos de oração, abaixo-assinados e publicações nas redes apresentaram o ministro, que é pastor presbiteriano, como personagem de uma disputa que ultrapassaria os limites institucionais. Algumas mensagens descreviam o episódio como uma “batalha espiritual” e apresentavam Mendonça como contraponto a Alexandre de Moraes e ao governo Lula.

No 7 de Setembro, essa aproximação entre conflito político e linguagem religiosa ficou ainda mais evidente. Segundo monitoramento publicado pelo Coletivo Bereia, candidatos e lideranças evangélicas participaram conjuntamente de cultos e manifestações, com orações e discursos eleitorais ocorrendo nos mesmos espaços. O coletivo também identificou a circulação de conteúdos que associavam a eleição a temas como perseguição, corrupção e ameaça aos valores cristãos.

Além disso, um relatório da Casa Galileia e do Instituto Democracia em Xequê, divulgado posteriormente pelo UOL, analisou publicações realizadas entre 31 de agosto e 13 de setembro e identificou forte circulação da expressão “guerra espiritual” em redes evangélicas bolsonaristas. André Mendonça

apareceu em parte desses conteúdos como “escolhido de Deus”, enquanto adversários políticos foram inseridos em uma narrativa de enfrentamento entre forças moralmente opostas. O relatório analisou mais de 26 mil publicações e registrou volume de interações significativamente superior entre perfis bolsonaristas em comparação aos perfis evangélicos de esquerda observados no levantamento.

A economia também passou a ser incorporada a discursos religiosos, de acordo com o mesmo levantamento publicado em setembro, o Bereia analisou vídeos de pastores que apresentavam diagnósticos negativos sobre a situação econômica brasileira durante pregações e mensagens religiosas. Entre eles estava Hernandes Dias Lopes, que utilizou referências bíblicas ao tratar de trabalho e prosperidade ao mesmo tempo em que apresentou dados sobre endividamento e empresas no país, e que algumas das informações foram classificadas como falsas ou enganosas pela checagem do coletivo.

E os católicos?

A centralidade do eleitorado evangélico no debate público também pode produzir uma percepção equivocada de que a mobilização religiosa nas eleições ocorre exclusivamente nesse segmento. Durante a campanha, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) adotou uma estratégia distinta da aproximação direta entre lideranças e candidatos desde agosto, quando a entidade lançou a série “Discernimento Católico - Eleições 2026”, destinada a discutir política, cidadania, democracia, desinformação e critérios para a escolha eleitoral. Ao apresentar a iniciativa, o secretário-geral da CNBB, dom Ricardo Hoepers, afirmou que a missão da Igreja não seria indicar candidatos ou partidos, mas oferecer critérios de discernimento aos fiéis.

Os episódios seguintes abordaram participação cidadã, desinformação e funcionamento democrático. Em 17 de setembro, no encerramento da série, o presidente da CNBB, cardeal Jaime Spengler, discutiu a responsabilidade dos cristãos diante da eleição e os critérios para escolha de candidaturas. Há, portanto, formas distintas de presença religiosa na campanha, pois enquanto alguns líderes evangélicos realizam declarações públicas de voto, orações por candidatos ou recebem presidenciáveis em seus púlpitos, a principal instituição

representativa do episcopado católico procura orientar sua intervenção por meio de formação política e critérios gerais, sem apresentar uma candidatura institucionalmente apoiada.

O que essas movimentações influenciaram nas pesquisas de intenção de voto?

As pesquisas divulgadas em setembro indicaram a permanência de diferenças importantes entre católicos e evangélicos. No Datafolha de 17 de setembro, Lula registrava 43% das intenções de voto entre católicos, contra 34% de Flávio Bolsonaro. Entre evangélicos, a relação se invertia: Flávio alcançava 48% e Lula, 26%. Já o levantamento BTG/Nexus divulgado em 21 de setembro apresentou padrão semelhante em uma simulação de segundo turno. Entre evangélicos, Flávio registrava 62% e Lula 31%, enquanto entre católicos Lula aparecia com 51% e Flávio com 40%. Esses resultados mostram que a diferença segundo pertencimento religioso permanece presente durante a campanha, embora não permita concluir que a religião, isoladamente, explique essas preferências.

As pesquisas mais recentes de setembro mantêm diferenças importantes segundo o pertencimento religioso. Na Quaest divulgada em 21 de setembro, em uma simulação de segundo turno, Flávio Bolsonaro registrava 58% entre evangélicos, contra 28% de Lula, ampliando de 23 para 30 pontos percentuais sua vantagem nesse segmento. Entre católicos, Lula tinha 46% e Flávio, 37%.

Considerações finais

O primeiro mês da campanha oficial reforça a hipótese apresentada no início deste monitoramento: a religião participa das eleições de 2026 de maneira mais ampla do que a identificação confessional das candidaturas ou a existência de um suposto “voto religioso”. A campanha de Flávio Bolsonaro conseguiu ampliar sua presença em grandes espaços evangélicos e reuniu manifestações públicas de apoio de lideranças importantes, ao mesmo tempo em que repertórios já presentes no bolsonarismo passaram a incorporar novos acontecimentos da conjuntura política. A crise no STF, por exemplo, foi interpretada em alguns ambientes religiosos por meio das ideias de batalha espiritual, perseguição e enfrentamento entre forças moralmente opostas.

Contudo, isso não eliminou a competição pela representação evangélica, como no caso de Ronaldo Caiado que manteve alianças próprias com lideranças e parlamentares religiosos, enquanto Lula ampliou sua aproximação com organizações evangélicas progressistas e passou a mobilizar diretamente referências bíblicas em sua comunicação eleitoral.

Portanto, mais do que identificar “em quem os evangélicos votam”, acompanhar a eleição de 2026 exige observar quem reivindica o direito de falar politicamente em nome dos cristãos, por quais meios essa representação é construída e quais interpretações da política são apresentadas como expressão da fé. Nesse sentido, no caso dos candidatos que possivelmente disputarão o segundo turno, Lula e Flávio, possuem campanhas que não podem ser reduzidas apenas à procura pelo mesmo eleitor. Há também uma disputa sobre como a identidade religiosa evangélica deve ser politicamente representada. Enquanto Flávio tem investido na circulação em grandes templos e na aproximação com lideranças que possuem capacidade institucional e midiática para alcançar amplos públicos, a campanha de Lula procura conferir maior visibilidade a pastores, movimentos e organizações que relacionam sua identidade religiosa a políticas sociais, democracia e liberdade de consciência. O que parece estar em jogo é também a capacidade de transformar acontecimentos políticos em narrativas compreensíveis por meio de repertórios religiosos já conhecidos pelos fiéis: ameaça, perseguição, batalha entre bem e mal, proteção da família, cuidado com os pobres, justiça e liberdade.

Fim da escala 6x1: a disputa dos presidenciais na tramitação da pec no congresso

Tamyres Ravache Alves de Marco⁴

O fim da escala 6x1 ganhou novo ritmo na segunda metade de agosto. A proposta avançou no Senado e chegou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), recolocando a pauta no centro da agenda legislativa e, consequentemente, da disputa eleitoral de 2026. Em continuidade ao primeiro boletim, que analisou como Lula (PT) e Flávio Bolsonaro (PL) incorporam a pauta em seus projetos políticos, este segundo boletim analisa o cenário mais recente: a tramitação da proposta no Senado e a movimentação dos presidenciais diante desse processo.

Enquanto Lula apresenta a redução da jornada como uma medida de proteção trabalhista e também como responsabilidade do Estado na garantia de direitos, Flávio a insere a uma perspectiva mais economicista, centrada na flexibilização das relações de trabalho por meio da negociação direta entre trabalhadores e empregadores. Se, no primeiro boletim, essa diferença foi evidenciada por meio das falas e de seus respectivos programas de governo, neste ela é observada a partir da movimentação política dos candidatos diante do avanço da tramitação no Congresso.

⁴ Doutora em Ciência Política pelo IESP-UERJ e coordenadora de pesquisa do Monitoramento Eleitoral 2026 (OPEL)

A oposição entre os dois projetos passou a se manifestar também na tramitação da PEC no Senado. Após permanecer sem avanço significativo, a proposta foi encaminhada à CCJ pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, em 24 de agosto. O senador Omar Aziz (PSD-AM) assumiu sua relatoria e, em 27 de agosto, apresentou parecer favorável, mantendo o texto anteriormente aprovado pela Câmara dos Deputados.

Negociações e articulações de lula e flávio bolsonaro na tramitação da pec no senado

Depois de permanecer por semanas sem perspectivas de avanço no Senado, a pauta destravou por meio das articulações feitas diretamente pelo presidente Lula. Em 26 de agosto, o presidente se reuniu com Davi Alcolumbre e Hugo Motta a fim de definir as prioridades do Congresso durante o período de esforço concentrado, no qual o fim da escala 6x1 esteve entre as matérias acordadas. Além de sinalizar positivamente uma importante aproximação e diálogo do Planalto com o Congresso, a movimentação contribuiu para recolocar o fim da escala 6x1 entre as prioridades do Senado. A resultante dessa movimentação foi o parecer favorável apresentado pelo senador relator Omar Aziz, que conseguiu manter o texto original aprovado pela Câmara, rejeitando todas as emendas de mérito cujo teor pudesse descaracterizar a PEC e provocar seu retorno à Câmara.

A aprovação do parecer na CCJ provocou reação imediata no campo de Flávio Bolsonaro. Com a proposta pronta para avançar ao Plenário, o candidato concentrou sua atuação na tentativa de impedir que a votação ocorresse antes das eleições, chegando a suspender suas agendas de campanha para se dedicar às articulações em torno do calendário de votação. Rogério Marinho (PL-RN), coordenador da campanha de Flávio, também atuou diretamente no Senado, criticando o parecer, defendendo a livre negociação entre trabalhadores e empregadores e pedindo vista durante a discussão na CCJ. Após a aprovação da PEC na comissão, Flávio procurou Davi Alcolumbre para defender que a matéria não fosse levada ao Plenário antes das eleições, deslocando a disputa para o ritmo e o calendário da tramitação.

O avanço na CCJ e a disputa pelo plenário

Em 2 de setembro, depois de uma sessão marcada por divergências entre os senadores, a CCJ aprovou o parecer de Omar Aziz. A PEC manteve a redução gradual da jornada máxima semanal de 44 para 40 horas, dois dias de repouso semanal remunerado e a garantia de que não haverá redução salarial. Rogério Marinho, Tereza Cristina, Hamilton Mourão e Jaime Bagattoli votaram contra o parecer. Com a aprovação na CCJ, a proposta ficou pronta para ser analisada pelo Plenário do Senado. O governo passou, então, a defender que essa votação acontecesse antes das eleições, trabalhando para incluir a matéria na pauta ainda durante o período eleitoral e transformar uma eventual aprovação em um resultado concreto de uma agenda defendida por Lula.

A etapa seguinte, entretanto, não avançou no mesmo ritmo. Em 3 de setembro, Davi Alcolumbre afirmou em Plenário que a PEC seria votada somente após as eleições, mas ainda em 2026, após um apelo do senador Paulo Paim para que a matéria fosse apreciada antes do pleito. O adiamento, porém, não encerrou a disputa sobre o calendário, já que posteriormente Alcolumbre informou que ainda considerava a possibilidade de pautar a PEC entre o primeiro e o segundo turno (ainda em outubro) diante da pressão do governo Lula. Assim, o tema do fim da escala 6x1 chega ao período eleitoral em uma situação bastante diferente daquela observada na pré-campanha.

Impacto na eleição

A não votação da PEC no Plenário produziu efeitos distintos para Lula e Flávio Bolsonaro. Para Lula, o adiamento da votação não anulou os avanços acumulados pelo presidente em torno da pauta. Depois de semanas parada, a proposta foi destravada por meio de articulação política com os presidentes do Senado e da Câmara, avançou até a CCJ e manteve a redação original: redução da jornada com a garantia de dois dias de repouso semanal remunerado. A atuação de Lula também deu visibilidade nacional à pauta, que passou a ocupar espaço no debate eleitoral de 2026. O governo, inclusive, continuou defendendo sua votação antes do segundo turno.

Para Flávio Bolsonaro, sua principal conquista foi evitar que, naquele momento, a votação chegasse ao Plenário antes das eleições. Depois da

aprovação na CCJ, sua atuação se concentrou na disputa pelo calendário de votação, com o objetivo de impedir que a PEC fosse aprovada ainda no primeiro turno. Flávio chegou a suspender sua agenda de campanha para essas articulações. Nesse sentido, o adiamento permitiu ao bolsonarismo conter o avanço da proposta em sua etapa decisiva, mas não retirou a 6x1 do centro das eleições. A PEC chegou ao período eleitoral já aprovada na CCJ e com a possibilidade de votação entre o primeiro e o segundo turno ainda em aberto. A perspectiva de uma votação entre o primeiro e o segundo turno reforça a centralidade que a pauta adquiriu na disputa presidencial. Lula chega a esse momento associado à articulação que destravou a proposta e permitiu seu avanço no Senado, enquanto Flávio Bolsonaro aparece vinculado à tentativa de impedir que a votação ocorresse antes do primeiro turno. Assim, mesmo sem uma decisão definitiva do Senado, o fim da escala 6x1 chega às urnas como uma pauta nacional, marcada pela atuação de Lula para fazê-la avançar e pela resistência do campo bolsonarista à sua aprovação.

Referências

- <https://g1.globo.com/politica/noticia/2026/08/25/pl-tenta-barrar-votacao-mas-admite-derrota-se-pec-do-fim-da-escala-6x1-chegar-ao-plenario.ghtml>
- <https://www.youtube.com/watch?v=JgCqVEK4-QI>
- <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2026/08/24/fim-da-6x1-votacao-no-senado-sera-de-ampla-maioria-a-favor-diz-senador.ghtml>
- <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2026/08/25/fim-da-escala-6x1-o-que-poder-mudar-de-imediato-e-o-que-so-comeca-a-valer-depois-da-eleicao-em-caso-de-aprovacao-da-pec.ghtml>
- <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c804l54z3p0o>
- <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/caio-junqueira/politica/alcolumbre-sinaliza-nao-ter-compromisso-com-votacao-da-pec-6x1-no-plenario/>
- <https://www.brasil247.com/brasil/titulo-brasil-esta-pronto-para-o-fim-da-escala-6x1-diz-lula-antes-de-encontro-com-motta-e-alcolumbre/>
- <https://g1.globo.com/politica/noticia/2026/08/26/antes-de-reuniao-com-motta-e-alcolumbre-lula-diz-que-brasil-esta-pronto-para-fim-da-escala-6x1.ghtml>
- <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2026/09/alcolumbre-considera-votar-fim-da-6x1-antes-do-segundo-turno.shtml>

Poder judiciário como vetor de polarização política nas eleições 2026

Thaís Climaco Cavalcante⁵

Este boletim analisa a polarização política em torno do Poder Judiciário nas campanhas presidenciais de Lula (PT) e Flávio Bolsonaro (PL). A hipótese que orienta o trabalho é que essa polarização se expressa por meio de duas estratégias eleitorais distintas. De um lado, Lula procura se apresentar como defensor da democracia e da institucionalidade, embora tenha passado a cobrar publicamente maior transparência e responsabilização no Supremo Tribunal Federal (STF). Flávio Bolsonaro intensifica os ataques à Corte e associa a crise de credibilidade ao governo federal.

Em relação ao primeiro boletim, observa-se uma mudança importante na estratégia de Lula. A defesa ampla do STF foi modificada para uma posição mais cautelosa, que faz o reconhecimento do papel institucional da Corte, mas com críticas à atuação de alguns de seus ministros. Essa mudança decorre do risco causado pela crise do STF ser eleitoralmente associada ao governo. Já Flávio Bolsonaro escala as críticas e passa a explorar a conjuntura como oportunidade para responsabilizar Lula pela instabilidade institucional e enfraquecê-lo na disputa pela reeleição.

⁵ Doutoranda em Ciências Sociais pelo PPGCS-UFRRJ e coordenadora de pesquisa do Monitoramento Eleitoral 2026 (OPEL)

Aspectos da polarização em torno das instituições, nas eleições de 2026

A crise do STF ganhou contornos nítidos após o avanço da corrida presidencial. Os questionamentos sobre a credibilidade da instituição e de seus ministros aumentaram com os desdobramentos das investigações do caso Master e passaram a se confundir com a própria disputa entre Lula e Flávio Bolsonaro.

Assim, a crise inicialmente voltada para o Judiciário foi incorporada à competição eleitoral e transformada em instrumento de diferenciação entre as candidaturas. No primeiro boletim, o posicionamento de Lula em relação ao Supremo era marcado pela defesa ampla da instituição. O presidente sustentava que o STF deveria atuar com independência e preservar seu papel na proteção da democracia. Essa postura também permitia que Lula mantivesse certa distância dos temas e das investigações conduzidos pela Corte.

Com o avanço das tensões provocadas pelo vazamento de informações do caso Master, essa posição tornou-se mais difícil de sustentar. Pressionado, Lula precisou abandonar uma postura defensiva e responder às tentativas de associação entre ele e Moraes e a crise do Supremo.

O secretário nacional de Comunicação do PT, Éden Valadares, orientou porta-vozes e militantes a adotarem uma posição mais ofensiva, baseada na defesa da investigação de todos os envolvidos. Nesse contexto, a campanha passou a utilizar a frase “Votar em Flávio Bolsonaro é votar em Daniel Vorcaro”. Tal estratégia constitui uma inversão da acusação bolsonarista. O discurso da campanha petista associa Flávio Bolsonaro ao banqueiro investigado no caso Master.

Fernando Haddad, aliado de Lula e candidato ao governo de São Paulo, evidenciou o uso desta estratégia ao relacionar o escândalo do Banco Master ao governo de Jair Bolsonaro. Segundo Haddad, uma eventual vitória de Flávio Bolsonaro poderia resultar na impunidade de Daniel Vorcaro (G1, 2026). Essa afirmação amplia o alcance do resultado eleitoral e seu desdobramento para o caso.

Dado que já identificado no primeiro boletim, é o fato de que a ala bolsonarista procura atacar o STF tendo o presidente Lula como último alvo. Desse modo, para a campanha do PL, discursar contra o STF e Alexandre de

Moraes é discursar contra Lula. Tal associação entre o presidente e o ministro tornou-se um verdadeiro instrumento de campanha. Em ato realizado na Avenida Paulista em 7 de setembro, Flávio Bolsonaro afirmou que “quem vota em Lula está votando em Moraes”.

Fernando Haddad rebateu ainda tal declaração do candidato do PL, argumentando que Lula mantém relações institucionais com todos os ministros e que a sua postura sempre esteve orientada pelo respeito às instituições (G1, 2026).

Apesar de Haddad reafirmar o compromisso institucional do presidente, a resposta já sinaliza que há disposição para o confronto eleitoral envolvendo o tema. Dessa maneira, a campanha de Lula tenta deslocar o foco da crise: em vez de discutir apenas a conduta de ministros do STF, procura relacionar o caso às redes políticas bolsonaristas.

A reação de Lula também ficou evidente um dia após a sessão extraordinária que analisou o relatório da Polícia Federal sobre as mensagens trocadas entre Alexandre de Moraes e Daniel Vorcaro. Lula reconheceu que Moraes prestou “grandes serviços à democracia” quando presidiu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), especialmente diante dos ataques às urnas eletrônicas em 2022. No entanto, o presidente ressaltou que ele não foi responsável pela sua indicação.

Com isso, Lula preserva o reconhecimento da atuação institucional de Moraes, mas evita que a suspeição do ministro seja transferida para sua candidatura. Ainda, segundo declaração publicada pela CNN, o presidente afirmou que Flávio Bolsonaro era senador quando Moraes foi indicado ao STF (CNN, 2026). Apesar disso, a informação de que Flávio era Senador não é válida. Em 2017, ele ainda exercia o mandato de deputado estadual e, portanto, não participou da aprovação da indicação no Senado.

Ainda no dia 15 de setembro, em entrevista à Record, o presidente cobrou do STF, especialmente de seu presidente, Edson Fachin, medidas para recuperar a credibilidade da Corte e questionou a condução de André Mendonça nos vazamentos relacionados ao caso Master.

Segundo Lula, Mendonça teria divulgado trechos das investigações de maneira seletiva. O presidente defendeu a abertura integral das informações e

afirmou que a Suprema Corte deveria servir de exemplo, sem contribuir para o aumento da desconfiança social. Também voltou a defender uma reforma do Judiciário e a criação de novos critérios de conduta para magistrados (Brasil, 2026).

As suspeitas de seletividade de Mendonça ganharam força após a revelação de que o STF recebeu dois relatórios sobre as relações de seus ministros com Daniel Vorcaro. O documento sobre Alexandre de Moraes tornou-se público, enquanto o relatório sobre Dias Toffoli permaneceu sob sigilo. Embora tratassem de situações semelhantes, os documentos receberam tratamentos distintos, o que reforçou a acusação de que André Mendonça teria adotado pesos diferentes na divulgação das informações (Pires; Costa; Batista Jr., 2026).

Ainda em 15 de setembro, a campanha de Flávio Bolsonaro falou sobre a crise do STF por meio de uma propaganda eleitoral produzida em formato parecido com um pronunciamento presidencial. No vídeo, o candidato afirmou interromper sua campanha diante da “gravidade do momento” e acusou o governo Lula de criar um desequilíbrio institucional ao governar ao lado de parte do STF. A estética e o conteúdo do vídeo buscam informar credibilidade e autoridade, e apresentar Flávio como liderança capaz de responder à crise. Tal estratégia possui uma contradição evidente: o próprio Flávio Bolsonaro é investigado em fatos relacionados ao caso Master. Segundo documentos da Polícia Federal e da Procuradoria-Geral da República, ele teria atuado como interlocutor de Daniel Vorcaro na negociação de recursos destinados ao filme ‘Dark Horse’, sobre a trajetória de Jair Bolsonaro.

Além do caso Master, a possibilidade de anistia de Jair Bolsonaro aparece como pano de fundo ameaçador para a campanha de Lula. Alexandre de Moraes foi relator da ação penal sobre a trama golpista e votou pela condenação do ex-presidente. Flávio Bolsonaro, por sua vez, promete anistiar os condenados caso seja eleito. Nessa disputa, o enfraquecimento do ministro revela-se de total interesse da família Bolsonaro.

Durante discurso em 19 de setembro, Lula afirmou que pretende vencer a eleição para manter Jair Bolsonaro preso, fazendo oposição diretamente à promessa de Flávio Bolsonaro de libertar o pai (UOL, 2026).

Dessa forma, a crise do STF repercute sobre as duas candidaturas e reforça o antagonismo entre atores políticos e judiciais. Em um cenário de instabilidade institucional, Lula e Flávio Bolsonaro procuram influenciar a opinião pública em meio à perda de credibilidade do STF.

A despeito da crise do STF, ainda não há sinais nítidos de que as estratégias políticas em torno da instituição tenham alterado as pesquisas eleitorais. Segundo pesquisa do Datafolha divulgada no dia 17 de setembro, os candidatos seguem com pontuações “congeladas”⁶: Lula tem 46% e Flávio Bolsonaro tem 44%. Por isso, é incerto que tais estratégias possuem peso para provocar mudanças no desempenho numérico dos candidatos.

Conclusão

Neste segundo boletim, as divergências em torno do Poder Judiciário, sobretudo do Supremo Tribunal Federal, se aprofundaram. A polarização, nesse sentido, segue não decorrendo apenas da construção de interpretações distintas sobre o papel, a legitimidade e os limites de atuação das instituições brasileiras, mas constitui estratégia de competição direta entre Lula e Flávio Bolsonaro.

Os fatos do período eleitoral indicam, portanto, que o judiciário tende a continuar sendo uma das arenas centrais da disputa presidencial. O monitoramento das candidaturas indica que a polarização institucional se intensificou e que hoje se organiza a competição eleitoral no nível nacional.

Referências

- BRASIL, Mariana. Lula cobra STF por perda de credibilidade e acusa Mendonça de vazamento seletivo no caso Master. Folha de S.Paulo, Brasília, 15 set. 2026. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/09/lula-cobra-stf-por-perda-de-credibilidade-e-acusa-mendonca-de-vazamento-seletivo-no-caso-master.shtml>. Acesso em: 19 set. 2026.
- G1. ‘Se o Flávio Bolsonaro for eleito, o Vercaro não fica na cadeia. Eles vão combinar o que fazer com os R\$ 40 bilhões que estão fora do Brasil’, diz Haddad em SP. São Paulo, 8 set. 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2026/09/08/se-o-flavio-bolsonaro-for-eleito-o-vercaro-nao-fica-na-cadeia-eles-va-combinar-o-que-fazer-com-os-r-40-bilhoes-que-estao-fora-do-brasil-diz-haddad-em-sp.ghtml>. Acesso em: 19 set. 2026.

⁶ NSC TOTAL. Datafolha: Lula e Flávio Bolsonaro seguem “congelados” com 46% e 44% no 2º turno na disputa pela Presidência nas eleições 2026. 17 set. 2026. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/politica/datafolha-lula-e-flavio-bolsonaro-seguem-congelados-com-46-e-44-no-2o-turno-na-disputa-pela-presidencia-nas-eleicoes-2026>. Acesso em: 19 set. 2026.

LISBOA, Luana. Flávio fala de crise no STF em propaganda eleitoral com vídeo em formato de 'pronunciamento'. Folha de S.Paulo, São Paulo, 15 set. 2026. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/09/flavio-fala-de-crise-no-stf-em-propaganda-eleitoral-com-video-em-formato-de-pronunciamento.shtml>. Acesso em: 19 set. 2026.

NSC TOTAL. Datafolha: Lula e Flávio Bolsonaro seguem "congelados" com 46% e 44% no 2º turno na disputa pela Presidência nas eleições 2026. 17 set. 2026. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/politica/datafolha-lula-e-flavio-bolsonaro-seguem-congelados-com-46-e-44-no-2o-turno-na-disputa-pela-presidencia-nas-eleicoes-2026>. Acesso em: 19 set. 2026.

PIRES, Breno; COSTA, Ana Clara; BATISTA JR., João. As 196 páginas de sigilo. Revista piauí, 10 set. 2026. Disponível em: <https://piaui.uol.com.br/web/as-196-paginas-sigilo-stf-vorcaro-toffoli/>. Acesso em: 19 set. 2026.

RICHTER, André. Moraes vota para condenar Bolsonaro e mais sete por golpe de Estado. Agência Brasil, Brasília, 9 set. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2025-09/moraes-vota-para-condenar-bolsonaro-e-mais-sete-por-golpe-de-estado>. Acesso em: 19 set. 2026.

SOTERO, Rafael; PIVA, Gabriela. Lula diz não ter indicado Moraes, mas elogia "serviços à democracia". CNN Brasil, São Paulo, 16 set. 2026. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-diz-que-moraes-prestou-grandes-servicos-a-democracia/>. Acesso em: 19 set. 2026.

Pesquisas, movimentações e o impacto da desinformação na corrida presidencial de 2026

Ariene Castilho⁷

A proposta deste boletim é investigar como as pesquisas de intenção de voto, os eventos públicos, as movimentações de rua e as estratégias dos candidatos se articulam no atual momento da campanha, dedicando atenção especial ao papel desempenhado pela desinformação e pelo uso da inteligência artificial. Este monitoramento parte da premissa de que a polarização extrema entre a esquerda e a direita tradicional manter-se-á absoluta e impermeável, bloqueando o crescimento de candidaturas alternativas e tornando o debate inteiramente dominado por manipulações tecnológicas incontáveis e Fake News em massa. O sociólogo Dominique Wolton (2020), alerta que a internet e as redes sociais criaram a ilusão de que a comunicação é instantânea e perfeita, mas o que vemos na prática é o oposto: um excesso de informação sem filtro que espalha fake news, alimenta o ódio e cria "bolhas" onde as pessoas só ouvem quem pensa igual. Para ele, uma comunicação hiperconectada e sem regras não aproxima a sociedade; pelo contrário, destrói o diálogo real, aumenta a intolerância e coloca em risco a própria democracia.

⁷ Ariene Castilho é mestranda em Ciências Sociais (UFRRJ)

As pesquisas de intenção de voto e as fake news

A campanha eleitoral de 2026 entra em uma fase de maior definição, mas ainda marcada por mudanças importantes no cenário político. As pesquisas mais recentes apontam para uma disputa cada vez mais concentrada entre Luiz Inácio Lula da Silva (PT), candidato à reeleição, e Flávio Bolsonaro (PL). A pesquisa Datafolha realizada entre os dias 8 e 10 de setembro, com 2.002 eleitores em 125 municípios, registrou Lula com 39% das intenções de voto no primeiro turno e Flávio Bolsonaro com 35%. Enquanto outros candidatos procuram ocupar espaços intermediários e se apresentar como alternativas à polarização entre os dois principais nomes. Apesar da dominância desses dois blocos, o dado empírico que desafia a hipótese de bloqueio absoluto é o desempenho de candidaturas alternativas, Augusto Cury aparece com 6%, Ronaldo Caiado com 4%, Renan Santos com 3% e Romeu Zema com 2%. No segundo turno, Lula aparece com 46% e Flávio com 44%, dentro da margem de erro de dois pontos percentuais, configurando um empate técnico (DATAFOLHA, 2026; UOL, 2026).

Outros levantamentos realizados na mesma semana apresentam pequenas diferenças nos números, mas confirmam a tendência de uma disputa bastante competitiva. A síntese de pesquisas divulgada pelo UOL mostra Lula variando entre 36% e 43% e Flávio Bolsonaro entre 29% e 40% no primeiro turno. Nos cenários de segundo turno, os dois aparecem novamente muito próximos. É importante observar que pesquisas eleitorais não são previsões do resultado final, mas fotografias de um determinado momento da campanha, produzidas a partir de métodos estatísticos específicos (UOL, 2026).

Esse cenário torna especialmente relevante acompanhar não apenas quem está crescendo ou perdendo pontos nas pesquisas, mas também quais temas estão sendo utilizados pelos candidatos para disputar a atenção do eleitor. Entre esses temas, destacam-se segurança pública, economia, relação entre os Poderes, corrupção, STF, saúde, educação e, de forma cada vez mais evidente, a própria circulação de informações nas redes sociais. É nesse último aspecto que as Fake News e o uso da inteligência artificial ganham importância.

A eleição de 2026 ocorre em um ambiente no qual já não é necessário produzir uma mentira apenas por meio de um texto. Uma imagem pode ser criada artificialmente, uma voz pode ser imitada, um vídeo pode colocar na boca

de um candidato uma declaração que ele nunca fez e uma fotografia pode apresentar como verdadeiro um acontecimento que nunca ocorreu. Por isso, acompanhar a campanha exige observar não apenas o que os candidatos dizem, mas também como as informações sobre eles são produzidas, compartilhadas, contestadas e utilizadas politicamente.

Movimentações, eventos e programas dos candidatos

Até o momento, a principal característica da eleição presidencial é a aproximação entre Lula e Flávio Bolsonaro. Os dois candidatos representam projetos políticos que se apresentam ao eleitor como diferentes formas de compreender o Estado, a economia, a segurança pública e a própria organização das instituições brasileiras. Os programas de governo também ajudam a perceber essa diferença. O programa apresentado por Flávio Bolsonaro enfatiza segurança pública, redução de burocracias, diminuição de impostos, empreendedorismo, saúde e mudanças na relação entre os Poderes. Entre as propostas apresentadas estão medidas de endurecimento da política de segurança, mudanças institucionais e uma redução da estrutura estatal. O próprio site oficial da campanha organiza suas propostas em áreas como “Brasil sem Medo”, “Brasil por Elas”, “Brasil sem Fila” e “Brasil Mais Barato” (FLÁVIO BOLSONARO, 2026).

O programa de Lula, por outro lado, apresenta maior ênfase na continuidade e ampliação de políticas públicas, investimentos, programas sociais, infraestrutura, educação, saúde e atuação do Estado na economia. Na área de segurança, por exemplo, a proposta divulgada pela campanha prioriza a integração das forças de segurança, o combate ao crime organizado e o uso de tecnologias, enquanto rejeita a redução da maioria penal. Flávio Bolsonaro defende uma política mais punitiva, incluindo a redução da maioria penal para 16 anos, a construção de novas vagas prisionais e outras medidas de endurecimento das penas (FOLHA DE S. PAULO, 2026).

Augusto Cury aparece como uma terceira força que merece atenção. O candidato do Avante apresentou crescimento nas pesquisas durante a campanha e procura construir uma imagem de alternativa ao confronto direto entre lulismo e bolsonarismo. Sua campanha trabalha fortemente com temas relacionados à saúde mental, educação, empreendedorismo e pacificação política. Segundo

levantamento do UOL, Cury chegou a alcançar percentuais de dois dígitos em algumas pesquisas, ultrapassando candidatos mais conhecidos nacionalmente (UOL, 2026). Renan Santos, do Missão, ocupa outro espaço político. Seu discurso é mais confrontativo e tem como um dos principais alvos o Supremo Tribunal Federal. Em ato realizado em São Paulo no dia 7 de setembro, o candidato apresentou o chamado “Manifesto pelo Futuro da Nação” e defendeu a saída dos ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli, além de criticar duramente os demais candidatos (FOLHA DE S.PAULO, 2026). Esses movimentos mostram que existe uma disputa pela definição dos principais problemas do país e cada candidato procura fazer com que determinados temas sejam considerados mais importantes pelo eleitor.

A desinformação e o papel da inteligência artificial na dinâmica da polarização

Diferente de ciclos anteriores baseados em textos simples ou imagens estáticas fáceis de desmentir, a eleição de 2026 evidencia uma mutação qualitativa na circulação de notícias falsas que encontrou na inteligência artificial generativa uma ferramenta de forte impacto estratégico. A campanha atual convive, por exemplo, com o desafio sofisticado dos deepfakes, áudios e vídeos sintéticos capazes de clonar com precisão a voz e a imagem de figuras públicas. Exemplos concretos marcaram o mês de agosto e o início de setembro: circularam peças falsas, como a imagem produzida por inteligência artificial que alegava falsamente o fechamento de uma “fábrica de fake news” favorável a Flávio Bolsonaro por parte da Polícia Federal (operação que, na realidade, investigava golpes financeiros) (AFP, 2026). Outro exemplo envolveu um vídeo gerado por IA no qual Jair Bolsonaro supostamente pedia para não votarem em seu filho Flávio (BOATOS.ORG, 2026).

No campo de outras candidaturas, também chama atenção o caso envolvendo Augusto Cury, circularam frases retiradas de contexto afirmando que o candidato havia prometido reajustar o salário mínimo em menos de R\$ 50 por ano. (UOL CONFERE, 2026). Em junho, a Polícia Federal concluiu uma investigação segundo a qual o então pré-candidato Flávio Bolsonaro havia atribuído falsamente a Lula envolvimento com crimes relacionados ao tráfico de drogas, armas e lavagem de dinheiro. A manifestação da PF foi encaminhada ao Supremo

Tribunal Federal. A defesa de Flávio contestou a interpretação, afirmando que a postagem apenas reproduzia informações relacionadas à situação do presidente venezuelano Nicolás Maduro (FOLHA DE S.PAULO, 2026).

Esse caso é importante porque apresenta uma situação diferente de uma fake news produzida anonimamente nas redes. Trata-se de uma declaração feita diretamente por um agente político e posteriormente analisada por uma instituição pública. Outro episódio ocorreu em abril, quando circulou nas redes sociais uma suposta declaração de Lula afirmando que ele iria para Cuba caso Flávio Bolsonaro vencesse a eleição. A informação foi considerada falsa pelo UOL Confere. Não foi encontrado registro da declaração e a frase não correspondia a uma fala comprovada do presidente (UOL CONFERE, 2026). Nesse caso, não há evidência apresentada de que Lula tenha produzido ou divulgado a informação. A checagem do UOL concluiu que ele não havia feito essa declaração, a fala utilizada na publicação havia sido retirada de contexto (UOL CONFERE, 2026).

Esses exemplos permitem fazer uma primeira distinção analítica: a campanha de 2026 apresenta uma circulação intensa de informações falsas sobre candidatos, mas isso não autoriza concluir automaticamente que cada informação falsa seja produzida pelas campanhas adversárias. Quando o eleitor é bombardeado por conteúdos falsos gerados ou não por inteligência artificial que pintam o concorrente não apenas como um opositor, mas como um inimigo da pátria ou da moralidade, o espaço para o debate racional se esvazia. O excesso de informação sem mediação crítica não gera democracia, mas sim ruído e intolerância, sufocando o espaço de candidaturas moderadas (WOLTON, 2020). Até o momento, os dados apontam para a circulação de desinformação, sem que haja comprovação de que as campanhas oficiais coordenem a produção sistemática de conteúdos gerados por inteligência artificial.

A reação institucional e o contraponto jurídico

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) estabeleceu regras específicas que exigem a identificação explícita de qualquer conteúdo produzido ou modificado por inteligência artificial, restringindo o uso de *deepfakes* fraudulentos e impondo maior responsabilidade a partidos, candidatos e plataformas digitais, contrariando a premissa de que a tecnologia operaria de forma totalmente livre

e incontrolável (TSE, 2026). Essa barreira jurídica e institucional obrigou as assessorias de comunicação a adotarem posturas altamente reativas. Tanto as coligações principais quanto os atores atingidos recorreram com frequência aos mecanismos de denúncia do TSE e emitiram notas públicas de desmentido (fact-checking político) para estancar boatos virais. O monitoramento contínuo demonstra que, embora a desinformação permaneça como um vetor de tensão, ela encontrou travas institucionais capazes de conter sua propagação irrestrita.

Considerações finais

A hipótese central deste boletim é que a campanha eleitoral de 2026 seria marcada por uma disputa cada vez maior pela informação, com crescimento da circulação de fake news e utilização de inteligência artificial para produzir conteúdos capazes de interferir na percepção dos eleitores. A primeira parte, relacionada à circulação de desinformação, está claramente confirmada. Existem casos documentados de informações falsas envolvendo Lula, Flávio Bolsonaro, Augusto Cury e outros atores da disputa. A segunda parte, relacionada ao uso de inteligência artificial, também encontra confirmação empírica através de imagens e vídeos falsos. A terceira parte, contudo, exige cautela: ainda não há evidência suficiente para afirmar que as campanhas oficiais estejam produzindo de forma sistemática e coordenada tais conteúdos por IA. A desinformação e a inteligência artificial modificaram a forma como conteúdos falsos podem ser produzidos e disseminados, tornando o monitoramento contínuo uma ferramenta indispensável para a integridade do debate democrático em 2026.

Referências

- AFP. É falso que PF tenha fechado 'fábrica de fake news' ligada a Flávio Bolsonaro. AFP Checagem, 2026. Disponível em: <https://checamos.afp.com>. Acesso em: 10 set. 2026.
- DATAFOLHA. Intenção de voto para presidente: Pesquisa eleitoral de 8 a 10 de setembro de 2026. São Paulo: Instituto de Pesquisas Datafolha, 2026. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br>. Acesso em: 11 set. 2026.
- FLÁVIO BOLSONARO. Diretrizes do Programa de Governo: Brasil sem Medo e Propostas para o País. Brasília: Campanha Eleitoral Flávio Bolsonaro 2026, 2026. Disponível em: <https://flaviobolsonaro.com.br>. Acesso em: 9 set. 2026.

FOLHA DE S.PAULO. Polícia Federal encaminha ao STF investigação sobre declarações de Flávio Bolsonaro contra Lula. Folha de S.Paulo, São Paulo, 2026. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 10 set. 2026.

FOLHA DE S.PAULO. Em ato do 7 de Setembro em SP, Renan Santos lança manifesto e pede saída de ministros do STF. Folha de S.Paulo, São Paulo, 2026. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 8 set. 2026.

TSE - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Resolução nº 23.732: Regulamentação do uso de Inteligência Artificial e propaganda eleitoral nas Eleições 2026. Brasília: TSE, 2026. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 5 set. 2026.

UOL. Agregador de Pesquisas Eleitorais 2026: Cenários de 1º e 2º turno para a Presidência. São Paulo: UOL, 2026. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br>. Acesso em: 11 set. 2026.

UOL CONFERE. Não há registro de que Lula tenha falado em se mudar para Cuba caso perca eleição. UOL Confere, São Paulo, 2026. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/confere>. Acesso em: 8 set. 2026

UOL CONFERE. Augusto Cury não prometeu reajustar salário mínimo em menos de R\$ 50; fala foi tirada de contexto. UOL Confere, São Paulo, 2026. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/confere>. Acesso em: 9 set. 2026.

WOLTON, Dominique. Pensar a comunicação. Tradução de Clovis Marques. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

Lideranças evangélicas não alinhadas

Eduardo Borges Frascino⁸

Este boletim teve como objetivo principal observar as principais movimentações de lideranças evangélicas relevantes, durante o período da campanha das eleições de 2026 (16 de agosto de 2026 à 12 de setembro de 2026), que reivindicam um não alinhamento político-eleitoral imediato ao lulismo e ao bolsonarismo; o que estamos nomeando como lideranças evangélicas não alinhadas.

A hipótese que orienta este boletim é que está em movimento a construção de um campo político, por parte de lideranças evangélicas, que buscam se distanciar do bolsonarismo e esse movimento pode se apresentar como uma novidade para as eleições de 2026; o que não significa uma imediata adesão ao lulismo por simples oposição, mas a possibilidade de um apoio circunstancial que visa atingir objetivos políticos específicos que colaborem para a construção de um campo político não alinhado.

⁸ Eduardo Borges Frascino é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRRJ e graduado em Ciências Sociais pela UFRRJ.

A movimentação de lideranças evangélicas na campanha

Desde o início oficial da campanha eleitoral, em 16 de agosto de 2026, até 12 de setembro, as movimentações das lideranças evangélicas se intensificaram claramente, formando uma linha principal: as lideranças das grandes igrejas tradicionais continuam cautelosas, mas grupos de movimento, influenciadores digitais e apoiadores de candidatos "terceira via" começaram a se manifestar publicamente, e a disputa interna pelo voto evangélico entrou em uma fase de acirramento.

Campo de Lula: apoio organizado vem à tona

A equipe de campanha de Lula (PT) claramente intensificou sua ofensiva junto ao eleitorado evangélico, e o apoio obtido vem principalmente de movimentos e organizações progressistas, e não de lideranças de grandes igrejas tradicionais.

1. **Grupos e Associações evangélicas publicaram cartas abertas:** entre o final de agosto e o início de setembro, grupos evangélicos assinaram cartas abertas em apoio à reeleição de Lula. Entre eles estão a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito, o Conselho Nacional de Comunidades Evangélicas (CONCE), a Associação de Igrejas Evangélicas de Pequeno e Médio Porte do Rio de Janeiro (AITEMPERJ), a Associação de Mulheres Evangélicas com Cristo e Vida (Amevida) e o Movimento Jesus Libertador. Esses grupos se manifestaram em apoio com base na defesa da democracia, da justiça social e das políticas de combate à pobreza.
2. **Estratégia de campanha digital:** a equipe de Lula começou a distribuir "santinhos virtuais" voltados ao eleitorado evangélico, com frases como "Votar em Lula não é pecado" e "Minha fé está em Cristo, meu voto está em Lula", numa tentativa de reduzir a resistência desse grupo ao PT.
3. **Gestos simbólicos na campanha:** no evento de lançamento da campanha, em 16 de agosto, a primeira-dama Janja dividiu o palco com o pastor e cantor evangélico Kleber Lucas e apresentou uma canção de campanha no estilo gospel, o que foi visto como um sinal claro enviado a esse grupo.

Campo de Flávio Bolsonaro: segurar a base, mas há dúvidas internas

Flávio Bolsonaro (PL) ainda mantém a liderança entre o eleitorado evangélico, mas surgiram ansiedades dentro de seu núcleo de apoiadores, e a equipe de campanha vem ajustando estratégias.

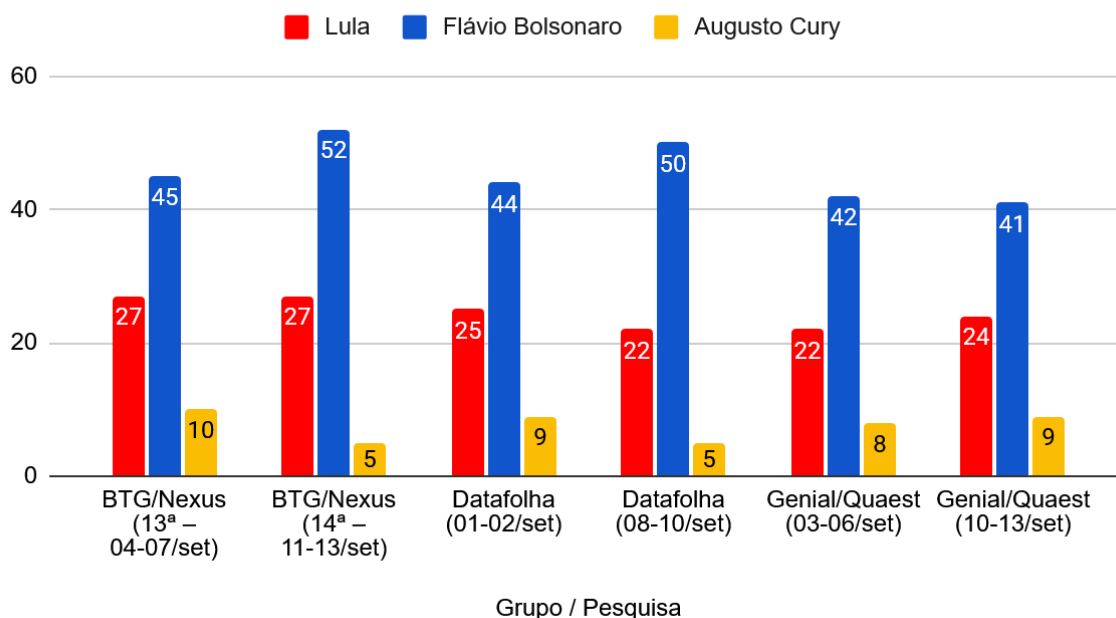
1. **Apoiadores centrais ainda sobem ao palco publicamente, ainda que tenham agendas próprias:** o pr. Silas Malafaia, ao lado de Flávio Bolsonaro, discursou por pelo menos 15 minutos na manifestação do dia 07 de setembro de 2026, na Av. Paulista. Neste discurso, o pastor criticou duramente o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, e cobrou a ação do presidente do atual presidente do STF, ministro Luiz Edson Fachin, e dos demais ministros da suprema corte brasileira, pelo impedimento de Alexandre de Moraes, para “salvar” o STF de uma desmoralização completa perante a sociedade brasileira. Contudo, defendeu, poupou de críticas e de cobranças o também ministro do STF André Mendonça; o que sugere que este se apresentaria como um aliado contra uma pretensa influência de Lula e do Partido dos Trabalhadores na corte. O mote do discurso se resume em “Fora Lula” e “Fora Alexandre de Moraes” e, ao já ao fim do discurso, o pedido de voto em Flávio Bolsonaro que se baseou numa interpretação religiosa da política;
2. **Ajuste de estratégia e preocupações internas:** a equipe de campanha criou, no final de julho de 2026, um grupo núcleo especializado formado por cerca de seis líderes religiosos que não são políticos, responsável pelo contato diário com pastores e fiéis em todo o país. Ao mesmo tempo, há planos de Malafaia organizar um grande comício com lideranças de diversas igrejas para demonstrar força de apoio. No entanto, reportagens apontam que lideranças religiosas que apoiam Flávio estão pessimistas com o clima percebido dentro das igrejas, considerando que há mais dúvidas entre os eleitores do que em 2022.

O fenômeno Augusto Cury: poderia este ser um indício do fortalecimento de um campo político não alinhado?

Este é o ponto que mais tem aderência à hipótese de que está em movimento a construção de um campo político não alinhado ao bolsonarismo,

mas que não se vincula ao lulismo por simples oposição e pode se apresentar como uma novidade para a eleição de 2026. O crescimento da intenção de voto no 1º turno do candidato Augusto Cury (AVANTE), repercutiu bastante na imprensa e gerou atenção significativa no ambiente digital evangélico, especialmente entre aqueles cansados do bolsonarismo. Contudo, o abrupto crescimento digital nas redes sociais e nas pesquisas de intenção de voto, aparentemente, perdeu “momentum” político e midiático - quando este crescimento poderia ter captado mais atenção nas redes e na imprensa -, e relevância perante a crise no STF. As intenções de voto no 1º turno de 2026 do candidato Augusto Cury permaneceram estáveis após o salto inicial apresentado nas pesquisas, o que reforça a leitura de que o momento de crescimento se perdeu. A seguir, um gráfico que representa a de intenção de votos, nos três candidatos que melhor pontuaram, produzido a partir das últimas pesquisas Datafolha, Quaest e BTG/Nexus.

Intenção de voto entre evnagólicos - 1º Turno 2026



Fonte: O autor (2026) baseado nos relatórios das pesquisas eleitorais de 2026, das respectivas empresas.

De acordo com informações públicas, as figuras evangélicas que expressaram apoio à candidatura de Augusto Cury concentram-se principalmente em influenciadores digitais e pastores locais, e não em líderes denominacionais de grande expressão.

1. **Apoio de influenciadores digitais e pastores locais:** seus apoiadores são majoritariamente influenciadores digitais, como Vini Rodrigues criador do personagem Jacinto Manto (com 5,6 milhões de seguidores), Rayssa Buq (14,8 milhões de seguidores) e a pastora Fabiola Melo (3 milhões de seguidores). O pastor Samuel Nova, de Maceió, também o apoiou publicamente, dizendo que ele representa uma alternativa à polarização.
2. **Estratégia narrativa:** a narrativa de apoio a Cury gira em torno de "ele não precisa roubar", por causa de seu patrimônio pessoal; do discurso que apela à uma "pacificação" do ambiente político no país que "divide famílias e igrejas"; o cansaço com a polarização; a tentativa de construí-lo como um "cristão" não movido por interesses políticos tradicionais.
3. **Contra-ataque dos bolsonaristas:** à medida que Cury subiu nas pesquisas, apoiadores bolsonaristas dentro do campo evangélico começaram a reagir, tentando retratá-lo como um "cavalo de Troia", dizendo que seu partido é aliado do PT e questionando a autenticidade de sua fé.

Considerações finais

Ao longo do período analisado, compreendido entre 16 de agosto e 12 de setembro de 2026, observou-se que as lideranças evangélicas não alinhadas, aquelas que buscam se distanciar simultaneamente do lulismo e do bolsonarismo, configuram um fenômeno em construção, ainda que cercado de incertezas e limitações. Se, por um lado, a movimentação de grupos mais progressistas, influenciadores digitais e pastores locais sinaliza a existência de um espaço político disposto a romper com a polarização - lulismo x bolsonarismo -, por outro, esse campo não se apresenta de forma homogênea nem consolidada, permanecendo dependente de apoios circunstanciais e de lideranças de menor expressão institucional.

Adere-se à hipótese inicial, e, de certo modo, poderia até mesmo aperfeiçoá-la, a leitura de que a construção de um campo político que reivindica um não alinhamento político-eleitoral ao lulismo e ao bolsonarismo, pode ser melhor representado pela movimentação de lideranças evangélicas não tradicionais de igrejas com uma maior independência das grandes denominações e das mega igrejas que, tradicionalmente, tem maior peso no cenário político (Igreja Universal do Reino de Deus e as Assembleias de Deus, por exemplo) e pela sinalização de influenciadores evangélicos - sejam pastores locais ou outros tipos de influenciadores - com amplo público nas redes sociais. O rápido crescimento de Augusto Cury nas redes pode, parcialmente, ser objeto desse tipo de movimentação; resta analisar o que há de espontâneo e orgânico nesse crescimento e sua permanência.

Assim, a hipótese que orientou este boletim encontra respaldo parcial nos dados observados. Trata-se, no entanto, de um processo embrionário, cuja consolidação dependerá da capacidade da articulação entre as lideranças difusas e as lideranças mais estabelecidas no campo evangélico para superar a dispersão, construir uma narrativa própria para num primeiro momento resistir e, depois, crescer e fortalecer esse campo. Para as eleições de 2026, esse movimento pode não ser decisivo, mas sinaliza uma transformação relevante no comportamento político do eleitorado evangélico, cujos desdobramentos merecem acompanhamento atento nos próximos meses.

Referências

<https://www.brasil247.com/brasil/apoio-de-influenciadores-evangelicos-e-catolicos-impulsiona-candidatura-de-augusto-cury-a-presidencia/>

<https://diplomatie.org.br/como-augusto-cury-mobiliza-evangelicos-nas-redes-e-incomoda-o-bolsonarismo/>

<https://www.estadao.com.br/cultura/alice-ferraz/augusto-cury-apoio-dos-mais-pobres-e-dos-evangelicos-chama-a-atencao/>

<https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2026/noticia/2026/09/03/cury-se-reune-com-lideres-da-assembleia-de-deus-e-diz-estar-proximo-do-eleitor-conservador-ha-decadas.ghtml>

<https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2026/noticia/2026/09/02/sera-senhor-que-tu-enviaste-aquele-seguidos-por-milhoes-influenciadores-cristaos-impulsionam-a-onda-cury.ghtml>

https://oglobo.globo.com/blogs/bela-megale/post/2026/07/campanha-de-flavio-bolsonaro-cria-nucleo-para-frear-investidas-de-lula-junto-a-evangelicos.ghtml?interno_origem=materiasoglobo&interno_midia=recomendacaotema&interno_campanha=oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/post/2025/04/malafaia-expoe-deputados-do-partido-de-bolsonaro-que-nao-votaram-pela-pl-da-anistia-duas-trairas.ghtml

<https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes-2026/lula-e-flavio-tem-pouco-apoio-explicito-de-lideres-evangelicos/>

Entre o escrito e o dito: A Ciência, Tecnologia e Inovação na Propaganda Eleitoral de Lula da Silva e Flávio Bolsonaro em 2026

Fernanda Beirão⁹

Em texto no boletim anterior, a autora analisou o tratamento dispensado à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) nas diretrizes e planos formais de governo apresentados pelos presidenciáveis para o pleito de 2026. Constatou-se a presença de propostas estruturantes e alinhadas a grandes dilemas contemporâneos, como transição energética, minerais críticos, inteligência artificial e regulação das grandes plataformas digitais. O presente texto dá continuidade a essa investigação, deslocando o foco das propostas de governo para a propaganda política audiovisual veiculada no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) e nos ambientes digitais.

A hipótese que orienta este estudo é a de que mesmo que abordada no projeto oficial do candidato a pauta de CT&I raramente ingressa na propaganda eleitoral de massa. Devido ao baixo apelo popular do tema e aos escassos tempos de TV e pílulas digitais, as campanhas tendem a tratar tecnologia como "meio" ou vetor para abordar temas de maior apelo popular, como geração de emprego, custo de vida, impactos em saúde e segurança pública.

⁹ Fernanda Beirão é servidora da carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia, com passagem pelo Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) e pela Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação do MCTI. Mestre em Comunicação e Novas Mídias (UCB), Mestranda em Humanidades Digitais (UFRRJ), Especialista em Comunicação Pública.

Enquanto o primeiro boletim optou por um mapeamento amplo do espectro de propostas, este segundo artigo concentra sua análise nas candidaturas de Flávio Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A delimitação justifica-se pela consolidação de ambos como os principais concorrentes ao pleito desde o início oficial da campanha, em 16 de agosto. Segundo o agregador de pesquisas eleitorais do Nexô, os dois candidatos mantêm estabilidade nos levantamentos de intenção de voto ao longo de todo esse período.

A amostragem analisada neste trabalho compreende os programas oficiais de bloco do HGPE e veiculações em redes sociais de ambos candidatos ocorridas durante a maior parte do primeiro turno da campanha, entre 16 de agosto e 24 de setembro de 2026, totalizando 10 programas da campanha de Lula e 7 programas da campanha de Flávio Bolsonaro.

A CT&I na Propaganda Eleitoral

A observação sistemática do acervo das campanhas revela uma assimetria marcante: enquanto a candidatura governista concentrou os debates de CT&I em peças específicas voltadas ao futuro do trabalho e à educação, a candidatura de oposição praticamente omitiu a temática do seu discurso audiovisual de massa.

Luiz Inácio Lula da Silva (PT): Inclusão Social e Soberania Digital

Na campanha da coligação governista, a análise da propaganda audiovisual confirma o padrão de subordinação da pauta científica às demandas sociais de apelo imediato. O tema da Ciência, Tecnologia e Inovação não se apresenta de forma isolada, mas integrado à narrativa de desenvolvimento humano, ganhando centralidade nos programas:

Programa 2 “Terras Raras”: O programa direciona a pauta da inovação tecnológica para o aproveitamento e agregação de valor às riquezas minerais do país, apontando as terras raras e os minerais críticos como o “ouro do século XXI”. A peça contrapõe a histórica posição do Brasil como mero exportador de matéria-prima bruta à necessidade imperativa de dominar o ciclo de refino e processamento em solo nacional para abastecer as cadeias globais de inteligência artificial, smartphones, veículos elétricos e transição energética. A

CT&I é apresentada como o vetor que transforma recursos naturais em soberania econômica, associando o investimento em centros de pesquisa e parques industriais de refino à criação de empregos de alta complexidade em engenharia e química.

Programa 4 "Educação e Futuro": Nesse programa, a tecnologia não é retratada como um fim em si mesma ou como um mero ativo econômico, mas como o combustível indispensável para a mobilidade social e a soberania do país. A peça articula a promessa de reformulação do programa Ciência sem Fronteiras e a expansão dos Institutos Federais (IFs) e Universidades públicas diretamente à formação de quadros técnicos para áreas de fronteira: Inteligência Artificial, Tecnologia da Informação e a cadeia produtiva dos minerais críticos (terras raras).

Programa 5 "O Brasil não se entrega": A narrativa desloca a tecnologia para o campo da segurança nacional e da soberania territorial, conectando a política industrial da Nova Indústria Brasil ao fortalecimento da Base Industrial de Defesa. O programa destaca investimentos de mais de R\$ 112 bilhões até 2030 na retomada da indústria nacional de drones, na entrega de novos submarinos, fragatas, caças Gripen e blindados. A inovação tecnológica e o desenvolvimento de computação e engenharia avançadas são apresentados como escudos para a proteção dos 16 mil km de fronteiras e das reservas minerais do país. Em paralelo, a soberania digital e financeira é ilustrada na defesa do Pix — mantido como infraestrutura pública e gratuita — e na recusa à dependência ou interferência estrangeira sobre os ativos tecnológicos e econômicos nacionais.

A CT&I é, assim, traduzida para o grande público como o elo estruturante que conecta a política industrial (Nova Indústria Brasil) à promessa palpável de inserção do jovem no mercado de trabalho com empregos qualificados e salários mais altos. Em paralelo, a agenda regulatória do ambiente digital é simplificada no discurso televisivo, onde é tratada sob a ótica da soberania de dados e moderação de plataformas com narrativa de proteção da família e da infância no ambiente virtual, além da defesa da integridade democrática contra a desinformação.

Flávio Bolsonaro (PL): Silêncio em CT&I

A análise minuciosa dos programas veiculados pela campanha de Flávio Bolsonaro mostra que a despeito do seu plano formal de governo dedicar seções inteiras à atração de data centers, desregulamentação econômica, o que aparece no programa como "Brasil Mais Barato", e à exploração de minerais críticos pela iniciativa privada e ao uso de Inteligência Artificial para eficiência da máquina pública, a pauta de Ciência, Tecnologia e Inovação foi praticamente invisibilizada e omitida no HGPE.

A estratégia audiovisual do candidato direcionou toda sua grade a dois eixos centrais de apelo direto: o combate à criminalidade, focado na classificação de facções como organizações narcoterroristas, castração química e ampliação da população carcerária e a crise no custo de vida, focando na inflação de alimentos e no endividamento das famílias e na promessa do candidato no corte de Impostos.

O conceito de "soberania", que na campanha governista é associado ao domínio da cadeia de refino de terras raras, à defesa nacional tecnológica e à soberania de dados, passa por uma profunda resignificação no discurso de Flávio Bolsonaro, sendo reduzido à "soberania de andar na rua sem ter o celular roubado".

Essa omissão sistemática do tema no horário eleitoral gratuito revela como a visão de C&T pragmática e voltada ao livre mercado, embora presente no projeto de governo apresentado ao TSE pelo candidato, foi julgada pelo marketing político como uma pauta excessivamente abstrata para gerar comoção popular sendo sacrificada em prol do apelo punitivista e da pauta econômica do cotidiano.

Conclusão

A análise da propaganda eleitoral de 2026 revela um nítido descompasso entre a teoria dos planos de governo e a narrativa audiovisual para as massas construída pelas campanhas. Ao transitar do papel para a tela, a Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) passa por um rigoroso filtro publicitário que opera uma profunda redução de complexidade, subordinando agendas estratégicas de longo prazo à lógica imediatista do apelo eleitoral.

Nesse processo de transposição para a linguagem publicitária, as discussões institucionais e orçamentárias mais densas como a preservação contínua dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), os modelos de financiamento à pesquisa de base, a reestruturação da CAPES/CNPq, os planos para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e a regulamentação estrita de plataformas digitais foram expurgadas do debate audiovisual de massa.

O ponto de convergência pontual entre as narrativas reside no reconhecimento das potencialidades naturais do país (matriz limpa e minerais estratégicos). O ponto de fratura irreconciliável, contudo, permanece na concepção do Estado: indutor ativo e garantidor de direitos na visão governista versus motor estritamente privado e desregulamentado na perspectiva oposicionista.

Como prognóstico para o ciclo pós-eleitoral de 2027, a ausência de um debate público aprofundado sobre CT&I no momento de maior comoção popular da democracia aponta para um cenário preocupante. Sem ter sido apresentada, contestada ou legitimada pelas urnas perante a grande massa, a governança da política científica e tecnológica do próximo quadriênio, independente de quem vença o pleito, correrá o risco de permanecer insulada em esferas estritamente institucionais e sem a força da mobilização social para sustentar suas metas de longo prazo. Como consequência dessa falta de conhecimento e engajamento da opinião pública, o setor fica exposto a virar mera moeda de negociação de bastidores no Congresso e no Executivo, tornando-se extremamente vulnerável a cortes e disputas orçamentárias.

Histórico da representação política de mulheres e perspectivas para as eleições de 2026

Giulia Gouveia¹⁰

O presente monitoramento tem como objetivo acompanhar a representação política das mulheres nas eleições de 2026 para a Câmara dos Deputados nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Parte-se da hipótese de que as mudanças promovidas na legislação eleitoral ainda não são suficientes para garantir a efetiva inclusão das mulheres na política institucional. Ao mesmo tempo, considera-se a possibilidade de que as eleições de 2026 apresentem resultados relativamente mais favoráveis à representação feminina do que aqueles observados na pesquisa do OPEL sobre as eleições municipais de 2024 nas capitais dos estados selecionados.

A partir desse cenário, o segundo boletim dá continuidade ao acompanhamento das candidaturas de mulheres à Câmara dos Deputados, voltando-se para a caracterização das mulheres que participam da disputa eleitoral em São Paulo e no Rio de Janeiro. Tendo o primeiro boletim apresentado o contexto histórico da representação feminina no Brasil, as transformações institucionais relacionadas à participação das mulheres e os principais elementos que estruturam a disputa eleitoral, esta etapa busca aprofundar a análise a partir das candidaturas registradas para 2026 nos estados analisados.

¹⁰ Doutoranda em Ciências Sociais (PPGCS/UFRRJ), coordenadora do Projeto Mulheres Eleitas e pesquisadora do Laboratório de Partidos, Eleições e Política Comparada (LAPPCOM).

A análise dos perfis das candidatas será orientada por uma perspectiva interseccional, buscando compreender como diferentes marcadores sociais e características políticas se articulam na composição das candidaturas femininas. Serão considerados aspectos como raça, gênero, sexualidade, identidade de gênero, grau de instrução, faixa etária, estado civil e filiação partidária. A análise permitirá observar a heterogeneidade dos perfis das mulheres que disputam a Câmara dos Deputados e identificar como diferentes posições sociais e políticas estão representadas entre as candidaturas nos dois estados.

Neste sentido, a escolha de São Paulo e Rio de Janeiro permite acompanhar essa dinâmica em dois dos principais colégios eleitorais do país, considerando suas diferentes configurações partidárias e eleitorais. Por seu turno, a análise comparada dos perfis das candidatas busca identificar aproximações e diferenças entre os estados – bem como em relação ao cenário nacional – e observar a diversidade de trajetórias políticas presentes entre as mulheres que disputam uma vaga na Câmara dos Deputados.

As postulantes à Câmara dos Deputados em 2026: compreendendo o cenário nacional

A ampliação da presença feminina nas listas eleitorais constitui uma dimensão importante, mas não suficiente, para compreender a representação política das mulheres. A experiência brasileira demonstra que o aumento do número de candidaturas femininas não se converteu em maior presença de mulheres na Câmara dos Deputados. Entre 2014 e 2022, por exemplo, o número de deputadas eleitas passou de 51 para 91, movimento que representou crescimento expressivo da bancada feminina, mas que ainda resultou em apenas 17,7% das 513 cadeiras da Casa em 2022. A distância entre a presença nas listas e a obtenção de mandatos permanece, portanto, como uma questão central para a análise da representação feminina.

Essa diferença torna necessário observar não apenas quantas mulheres concorrem, mas também quem são essas candidatas e em quais condições participam da competição eleitoral. No sistema proporcional de lista aberta adotado no Brasil, os eleitores votam individualmente nos candidatos, fazendo com que a disputa se organize em torno das candidaturas. Nesse contexto,

aspectos como recursos financeiros, exposição pública, redes políticas, experiência eleitoral e apoio partidário influenciam as condições de competitividade das candidaturas. A desigualdade de gênero, dessa forma, não se manifesta somente no resultado das urnas, mas também nas condições de acesso e permanência na competição eleitoral.

Os partidos ocupam posição central nesse processo, uma vez que são as organizações partidárias que selecionam as candidaturas, organizam as listas e distribuem parte importante dos recursos e das oportunidades de campanha. A literatura sobre representação política das mulheres aponta que a menor inserção feminina nas redes políticas e econômicas, a divisão sexual do trabalho e a predominância masculina nas estruturas partidárias limitam o acesso das candidatas aos recursos necessários para uma campanha competitiva. As medidas adotadas nos últimos anos (cotas na distribuição de dinheiro e de propaganda eleitoral, procuraram enfrentar parte dessas desigualdades, mas não eliminaram as diferenças nas condições de competição.

É nesse contexto que deve ser interpretada a participação feminina nas candidaturas de 2026. Nacionalmente temos 7.801 candidaturas à Câmara dos Deputados, das quais 2.869 são de mulheres, correspondendo a 36,78% do total. Os homens representam 4.932 candidaturas, ou 63,22%. Em comparação com as eleições anteriores, a participação proporcional das mulheres permanece acima do mínimo legal de 30% e apresenta crescimento em relação aos 34,9% de candidaturas para a Câmara em 2022. O aumento ocorreu em um cenário no qual o número absoluto de candidaturas diminuiu: 9.477 pessoas disputaram o cargo em 2022.

Como falamos no primeiro boletim, o crescimento da participação feminina proporcional nas listas não permite, por si só, antecipar mudanças na composição da Câmara. Para isso, é preciso analisar as condições em que elas participam da disputa. A composição social das listas constitui uma dessas dimensões, uma vez que a categoria “mulheres” reúne candidatas com diferentes posições sociais, trajetórias e formas de inserção política.

O recorte de raça evidencia essa heterogeneidade. Entre as 2.869 mulheres candidatas, 1.405 se declararam brancas, 48,97% do total. As mulheres pardas representam 32,35%, com 928 candidatas, enquanto as pretas correspondem a

16,97%, com 487. As candidatas indígenas somam 34, equivalentes a 1,19%, e as amarelas, 15, correspondendo a 0,52%. Consideradas conjuntamente, as mulheres pretas e pardas representam 49,32% das candidaturas femininas, enquanto as mulheres brancas correspondem a pouco menos da metade desse universo.

A comparação com as candidaturas masculinas reforça o marcador racial. Entre os homens, 53,35% são brancos, 33,80% pardos e 11,44% pretos. As mulheres, portanto, apresentam uma proporção menor de candidaturas brancas e uma participação maior de candidatas pretas. A diferença também aparece entre as candidaturas indígenas: elas representam 1,19% das mulheres e 0,83% dos homens. Esses dados reforçam a importância de considerar a raça como uma dimensão da representação feminina: a ampliação da presença das mulheres nas listas não ocorre de maneira independente das desigualdades raciais.

O estado civil também apresenta diferenças entre homens e mulheres. Entre as candidatas, 39,87% são solteiras e 38,76% são casadas. As divorciadas correspondem a 17,22%, enquanto viúvas e separadas judicialmente representam, respectivamente, 3,14% e 1,01%. Entre os homens, por outro lado, os casados são maioria, correspondendo a 55,64% das candidaturas, enquanto os solteiros representam 31,59%.

O grau de instrução constitui outra característica que diferencia as candidaturas. Entre as mulheres, 61,83% possuem ensino superior completo e 11,61% superior incompleto. Assim, 73,44% das candidatas concluíram ou frequentaram o ensino superior. Entre os homens, a proporção correspondente é de 69,85%. Embora a diferença seja relativamente pequena, os dados mostram que as mulheres candidatas apresentam, no conjunto, uma escolaridade ligeiramente superior à observada entre os homens que disputam a Câmara dos Deputados.

A idade constitui outra dimensão relevante para compreender a composição das candidaturas. As mulheres apresentam uma distribuição etária relativamente mais jovem que os homens. Entre elas, 50,6% têm entre 30 e 49 anos, enquanto entre os homens essa proporção é de 44,6%. A diferença se inverte a partir dos 60 anos: 16,5% das mulheres têm 60 anos ou mais, contra 23,6% dos homens. Em ambos os grupos, a faixa de 45 a 49 anos concentra a

maior parcela: 18,02% das mulheres e 16,78% dos homens. Entre as mulheres, também se destacam as faixas de 50 a 54 anos (16,13%) e 40 a 44 anos (15,43%). Entre os homens, as maiores concentrações estão em 45 a 49 anos (16,78%), 50 a 54 anos (15,12%) e 40 a 44 anos (14,05%).

A caracterização das candidaturas também pode incorporar dimensões relacionadas à identidade de gênero e à orientação sexual. Entre as mulheres candidatas, 55,80% foram registradas como cisgênero, enquanto 1,57% foram registradas como transgênero. Uma parcela expressiva, entretanto, optou por não divulgar essa informação, correspondendo a 42,59% das candidaturas. Em relação à orientação sexual, 48,55% das mulheres declararam-se heterossexuais; 1,60%, bissexuais; 1,39%, lésbicas; 0,38%, pansexuais; e 0,10%, assexuais. Quase metade das candidatas, contudo, optou por não divulgar essa informação.

A elevada proporção de informações não divulgadas exige cautela. As categorias de identidade de gênero e orientação sexual não devem ser tratadas como informações completas sobre o conjunto das candidatas, uma vez que uma parcela significativa não declarou essas características. Ainda assim, sua presença na base permite incorporar dimensões que ultrapassam uma compreensão exclusivamente binária da participação feminina e contribuem para observar a diversidade dos perfis que compõem as candidaturas.

Entre os homens candidatos, 56,16% foram registrados como cisgênero e 0,08% como transgênero, enquanto 43,73% não divulgaram essa informação. No que se refere à orientação sexual, 53,97% declararam-se heterossexuais; 0,93%, gays; 0,28%, bissexuais; 0,06%, pansexuais; e 0,06%, assexuais. Em comparação com as mulheres, observa-se uma proporção semelhante de candidaturas registradas como cisgênero - 55,80% entre as mulheres e 56,16% entre os homens -, mas uma presença maior de candidaturas transgênero entre as mulheres (1,57%, ante 0,08%). Na orientação sexual, a proporção de candidaturas heterossexuais também é maior entre os homens (53,97%) do que entre as mulheres (48,55%). Em ambos os grupos, contudo, há elevada parcela de candidaturas que não divulgou essas informações.

Com relação aos partidos, a presença feminina encontra-se distribuída nas diferentes posições no sistema partidário brasileiro. Os maiores contingentes de mulheres aparecem no PL, com 188 candidatas (6,55%); NOVO, com 176 (6,13%);

MDB, com 175 (6,10%); PDT, com 174 (6,06%); Podemos, com 171 (5,96%); Republicanos, com 166 (5,79%); PSD, com 160 (5,58%); PSB, com 155 (5,40%); Avante, com 147 (5,12%); e PT, com 139 (4,84%).

A distribuição das mulheres entre os partidos é relevante não apenas para descrever a composição das listas, mas também porque a dinâmica partidária constitui uma dimensão da própria trajetória política das candidatas. As organizações das siglas funcionam como espaços de recrutamento, seleção e socialização política, além de exercerem papel importante na definição das condições materiais das campanhas. Dessa forma, conhecer a distribuição das candidatas entre os partidos é um primeiro passo para compreender em quais estruturas partidárias diferentes perfis de mulheres estão inseridos.

Dados do estado do Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, a base reúne 793 candidaturas à Câmara dos Deputados, sendo 271 mulheres, 34,17% do total, enquanto os homens representam 65,83%, com 522 candidaturas.

Entre as 271 mulheres, 49,45% foram registradas como brancas, 25,83% como pardas e 24,72% como pretas. Entre os homens, 54,79% são brancos, 30,08% pardos e 14,75% pretos. As mulheres apresentam, portanto, mais candidaturas negras que os homens.

Já o estado civil apresenta diferenças mais marcadas entre mulheres e homens. Entre as candidatas, 39,85% são solteiras e 36,90% são casadas, enquanto as divorciadas correspondem a 18,08%. Entre os homens, os casados constituem a maioria das candidaturas, com 57,66%, enquanto os solteiros representam 29,31% e os divorciados, 10,73%.

No que se refere à escolaridade, as candidaturas femininas e masculinas apresentam distribuições relativamente próximas. Entre as mulheres, 63,10% possuem algum nível de formação superior (52,03% com superior completo e 11,07% com superior incompleto). Entre os homens, o total é de 62,07% (50,96% e 11,11% respectivamente).

Em relação à identidade de gênero e à orientação sexual, entre as mulheres, 57,93% foram registradas como cisgênero e 1,11% como transgênero, enquanto 40,96% não divulgaram essa informação. Entre os homens, 52,87%

foram registrados como cisgênero e 47,13% não divulgaram sua identidade de gênero, não havendo candidaturas masculinas registradas como transgênero na base apresentada. Acerca da orientação sexual, 47,23% das mulheres declararam-se heterossexuais e 0,74% bissexuais, enquanto 52,03% não divulgaram a informação. Entre os homens, 52,87% declararam-se heterossexuais e 0,19% gays, e 46,93% não divulgaram sua orientação sexual.

No quesito da faixa etária, no Rio de Janeiro, 51,7% das mulheres têm entre 40 e 59 anos, proporção próxima à observada entre os homens (44,3%). A faixa de 50 a 54 anos concentra a maior parcela das mulheres (19,42%), enquanto, entre os homens, também é a faixa mais numerosa (17,88%). A partir dos 60 anos, os homens apresentam maior participação relativa: 24,0% dos homens têm 60 anos ou mais, contra 20,9% das mulheres. Entre as mulheres, a participação nas faixas mais jovens também é ligeiramente maior: 14,6% têm menos de 40 anos, contra 13,9% dos homens.

Ainda, as 271 candidatas estão distribuídas por diferentes legendas, com maiores contingentes no PL e no PSB, com 17 candidatas cada (6,27%), seguidos por AVANTE, DC e MDB, com 16 candidatas cada (5,90%). DEMOCRATA, NOVO, PDT, PSD, PSDB e REPUBLICANOS registram, cada um, 15 candidatas (5,54%). Também aparecem PODE, com 14 candidatas (5,17%), MOBILIZA, com 13 (4,80%), e PT e SOLIDARIEDADE, com 12 cada (4,43%). A distribuição evidencia a presença de candidaturas femininas em diferentes segmentos do sistema partidário, sem concentração absoluta em uma única legenda.

Dados do estado de São Paulo

Em São Paulo, foram registradas 1.131 candidaturas à Câmara dos Deputados, sendo 386 de mulheres, 34,13% do total 65,87% de homens, com 745 candidaturas masculinas.

A composição racial das candidaturas femininas apresenta uma concentração mais acentuada entre mulheres brancas, com 68,65%, seguidas pelas mulheres pardas, que representam 16,58%, e pelas pretas, com 12,95%. As candidatas indígenas correspondem a 0,78% e as amarelas, a 1,04%. Consideradas conjuntamente, mulheres pretas e pardas representam 29,53% das candidaturas femininas em São Paulo. Entre os homens, a distribuição é

semelhante no que diz respeito à predominância de candidatos brancos, que correspondem a 69,93%, enquanto 18,39% são pardos, 9,80% pretos, 1,61% amarelos e 0,27% indígenas.

No que se refere ao estado civil, 41,71% das candidatas são casadas e 32,12% são solteiras. As divorciadas correspondem a 21,24%, enquanto 3,63% são viúvas e 1,30% são separadas judicialmente. Entre os homens, a proporção de casados é ainda maior, alcançando 57,99%, enquanto os solteiros representam 28,59% e os divorciados, 12,08%.

Na distribuição etária das candidaturas femininas em São Paulo, predominam as mulheres entre 45 e 49 anos (18,47%), seguidas pelas faixas de 50 a 54 anos (16,31%), 55 a 59 anos (13,00%) e 40 a 44 anos (13,23%). Somadas, as candidatas entre 40 e 59 anos representam 61,01% das candidaturas femininas. As mulheres com menos de 35 anos correspondem a 10,37%, enquanto aquelas entre 60 e 69 anos representam 13,68%. Entre os homens, também predominam as faixas intermediárias: 50 a 54 anos (16,61%), 45 a 49 anos (15,30%), 55 a 59 anos (14,44%) e 40 a 44 anos (12,67%). Em conjunto, os homens entre 40 e 59 anos correspondem a 59,02% das candidaturas masculinas.

Quanto ao grau de instrução, 80,05% das mulheres possuem algum nível de formação superior (70,21% com ensino superior completo e 9,84% com ensino superior incompleto). Entre os homens, essa proporção é de 76,24% (67,92% e 8,32% respectivamente).

Em relação à identidade de gênero, 52,33% das candidatas se identificam como cisgênero, enquanto 46,63% não divulgaram essa informação. As categorias “prefere não informar” e “transgênero” correspondem, respectivamente, a 0,26% e 0,78% das candidaturas femininas. Entre os homens, 49,80% são cisgêneros, 50,07% optaram por não divulgar a informação e 0,13% são transgêneros. Já sobre a orientação sexual, entre as candidatas, 38,86% declararam-se heterossexuais, 1,55% bissexuais, 0,52% lésbicas e 0,52% pansexuais, enquanto 58,55% não divulgaram a informação. Entre os homens, 37,85% declararam-se heterossexuais, 0,40% bissexuais e 0,94% gays, ao passo que 60,81% não divulgaram a orientação sexual.

A distribuição partidária das candidaturas femininas também é diversificada. O maior número de candidatas aparece no NOVO, com 28

mulheres, correspondente a 7,25% das candidaturas femininas do estado. Na sequência estão PL, com 24 (6,22%), AGIR, AVANTE e PSB, com 23 candidatas cada (5,96%), e DC, MDB e PSD, com 22 candidatas cada (5,70%). MISSÃO e PODE registram 21 candidatas cada (5,44%), enquanto PSDB reúne 20 (5,18%), PDT, 19 (4,92%), PT, 17 (4,40%) e REPUBLICANOS, 16 (4,15%).

Considerações finais

A conclusão da análise das candidaturas à Câmara dos Deputados é que a presença feminina nas listas eleitorais segue marcada por avanços quantitativos e, simultaneamente, por desigualdades que atravessam o percurso das candidatas até as urnas. Nacionalmente, as mulheres são 36,78% das candidaturas, percentual superior ao de 2022. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, contudo, a participação feminina é menor: 34,13% e 34,17%, respectivamente.

A caracterização dos perfis revela que não existe uma experiência única de participação feminina na disputa eleitoral. As candidatas apresentam diferenças segundo raça, faixa etária, estado civil, escolaridade, identidade de gênero e orientação sexual, além de estarem inseridas em diferentes estruturas partidárias e dinâmicas regionais. A raça é um exemplo particularmente evidente: mulheres pretas e pardas são 49,32% das candidaturas femininas no país e 50,55% no Rio de Janeiro, em São Paulo são apenas 29,53%. Já a escolaridade das candidatas é elevada nos três universos analisados, embora em proporções distintas. Essas diferenças reforçam a necessidade de tratar a categoria "mulheres" de maneira não homogênea. Por seu turno, acerca de categorias como identidade de gênero e orientação sexual, a elevada opção por não informar tais dados estabelece limites para uma análise mais aprofundada.

Mais do que diferenças pontuais entre os percentuais, a comparação evidencia que os indicadores sociodemográficos não se comportam de maneira uniforme. Enquanto alguns padrões aproximam os três universos - como a maior escolaridade relativa das mulheres em relação aos homens -, outros revelam forte diferenciação territorial, especialmente no caso da composição racial. Isso indica que as desigualdades que atravessam a participação feminina não podem ser compreendidas apenas pela diferença de gênero, mas exigem considerar como

gênero se articula a outras dimensões sociais e aos diferentes contextos em que as candidaturas se constituem.

A distribuição partidária apresenta diferenças importantes entre São Paulo e Rio de Janeiro. Em São Paulo, os maiores contingentes de candidatas estão no NOVO, com 28 mulheres (7,25%), seguido pelo PL, com 24 (6,22%), e por AGIR, AVANTE e PSB, com 23 candidatas cada (5,96%). No Rio de Janeiro, os maiores contingentes estão no PL e no PSB, com 17 candidatas cada (6,27%), seguidos por AVANTE, DC e MDB, com 16 cada (5,90%).

O recorte etário apresenta, por sua vez, uma lógica distinta. Nesse caso, o principal contraste se estabelece entre homens e mulheres, e não entre os estados. Nos três contextos analisados, as mulheres apresentam maior concentração relativa nas faixas etárias intermediárias, enquanto os homens estão relativamente mais presentes nas faixas mais avançadas. Trata-se, portanto, de um padrão de gênero que atravessa diferentes configurações territoriais e eleitorais.

Nesse sentido, os resultados apresentados neste boletim constituem uma etapa de caracterização do universo de candidaturas e permitem dimensionar a presença das mulheres na disputa eleitoral de 2026, bem como algumas de suas principais características sociodemográficas e partidárias. A comparação entre os dados nacionais e os estados também evidencia que a presença feminina nas candidaturas não se distribui de maneira homogênea. As diferenças observadas na proporção de mulheres, na composição sociodemográfica e na distribuição partidária das candidaturas indicam que o universo feminino que chega à disputa eleitoral é marcado por diferentes configurações entre os contextos analisados. Os dados confirmam, assim, a permanência da presença das mulheres acima do patamar mínimo estabelecido pela legislação, mas também evidenciam que o aumento proporcional das candidaturas não deve ser tomado como equivalente à ampliação da representação política.

A etapa seguinte do monitoramento deverá acompanhar a definição dos resultados eleitorais, permitindo observar em que medida a presença das mulheres no universo de candidaturas se traduzirá em representação efetiva na Câmara dos Deputados. Essa passagem não diz respeito apenas à dimensão quantitativa da presença feminina, mas também à composição do conjunto de

mulheres que eventualmente ocupará esses espaços, considerando as diferentes posições e características sociais que atravessam as candidaturas. A partir dos resultados eleitorais, será possível, portanto, verificar não apenas se a participação feminina nas listas de 2026 corresponderá a uma ampliação da presença das mulheres entre as pessoas eleitas, mas também em que medida a composição dessa representação reproduzirá ou modificará os padrões observados no universo de candidaturas analisado neste boletim.

A Baixada Fluminense e o início da campanha para o Governo do Rio de Janeiro: estratégias eleitorais e os efeitos da polarização

Hermann Zimmerle¹¹

O início oficial da campanha eleitoral para o Governo do Estado do Rio de Janeiro permite observar uma nova etapa da disputa analisada pelo Observatório Político e Eleitoral (OPEL). Se o primeiro boletim acompanhou principalmente a construção das alianças políticas na Baixada Fluminense, estes segundo busca compreender como essas articulações se relacionam às estratégias eleitorais dos candidatos e aos primeiros movimentos registrados nas pesquisas. Parte-se da hipótese de que a polarização entre lulismo e bolsonarismo também atravessa as eleições estaduais de 2026. Na Baixada Fluminense, contudo, essa polarização é mediada por alianças municipais, trajetórias individuais, grupos familiares e redes de liderança que possuem dinâmica própria. O início da campanha permite observar se essas estruturas territoriais conseguem produzir efeitos sobre a disputa pelo Governo do Estado.

¹¹ Hermann Zimmerle é jornalista, cientista social e mestrando em Sociologia e Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ)

O início da campanha e a relação dos candidatos com a baixada fluminense, bem como suas estratégias políticas

Com o início oficial da campanha, as candidaturas passaram a explicitar como pretendem disputar o eleitorado da Baixada Fluminense. Eduardo Paes procura transformar a rede de alianças construída durante a pré-campanha em estrutura territorial capaz de ampliar sua presença para além da capital. Ao mesmo tempo, sua comunicação procura reduzir a centralidade da associação direta com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Adversários passaram a acusá-lo de “esconder” Lula da campanha, enquanto Paes enfatiza uma identidade própria na disputa estadual.

O caso da família Reis, em Duque de Caxias, evidencia essa estratégia. Uma das principais alianças de Paes na Baixada, o grupo liderado por Washington Reis mantém simultaneamente interlocução com o campo bolsonarista. O movimento ganhou o apelido de “BolsoPaes” após integrantes da família Reis aparecerem em materiais de campanha defendendo a combinação entre o voto em Paes para governador e em Flávio Bolsonaro para presidente. O episódio demonstra que o apoio a Paes no plano estadual não implica necessariamente transferência de apoio para Lula no plano nacional.

Na Baixada, as fronteiras da polarização nacional podem ser reorganizadas pelas relações políticas locais. Um mesmo grupo pode apoiar candidatos posicionados em campos adversários na disputa presidencial, preservando suas alianças e sua inserção territorial. Para Paes, essa capacidade de atravessar diferentes segmentos políticos amplia sua sustentação; para seus aliados, permite manter vínculos com diferentes campos da disputa.

Douglas Ruas, por outro lado, iniciou a campanha procurando construir uma identidade associada aos territórios que pretende representar. O slogan “O Rio Real” estabelece uma oposição entre o Rio dos cartões-postais e aquele vivido pela população da Baixada Fluminense, das zonas Norte e Oeste, de São Gonçalo e do interior. A estratégia procura deslocar o centro do debate para regiões que concentram grande parcela do eleitorado e são marcadas por demandas relacionadas à segurança pública, mobilidade, saúde, infraestrutura e serviços públicos.

O crescimento de Ruas nas pesquisas indica que a estratégia começou a produzir efeitos. Na pesquisa Quaest divulgada em 8 de setembro, o candidato alcançou 18% das intenções de voto, contra 14% no levantamento anterior. Eduardo Paes passou de 37% para 39%, enquanto Anthony Garotinho oscilou de 7% para 8%. No segundo turno, Paes aparece à frente de Ruas por 52% a 26%.

Para a Baixada, entretanto, é necessário observar esse crescimento com cautela: a pesquisa é estadual e não permite afirmar que o avanço ocorreu especificamente na região. O dado indica maior competitividade de Ruas no conjunto do estado, enquanto permanece em aberto se essa evolução será convertida em maior presença nos quatro principais municípios da Baixada.

O discurso do “Rio Real” também apresenta dificuldades na construção de uma identidade territorial. Em uma peça de propaganda, após mencionar a Baixada e São Gonçalo, a campanha apresenta uma personagem de Miguel Pereira e outra do Alemão como representantes desse mesmo universo. Miguel Pereira pertence à região Centro-Sul Fluminense, enquanto o Morro do Alemão está localizado no município do Rio de Janeiro. O episódio, apontado pelo site Tempo Real, é uma falha pontual, mas ganha relevância por ocorrer justamente em uma campanha que reivindica proximidade com diferentes territórios.

Ruas enfrenta ainda o desafio de construir uma identidade própria sem romper completamente com o grupo político ao qual está vinculado. Sua candidatura representa o campo bolsonarista e está associada ao grupo que governa o estado desde 2019. Ao mesmo tempo, o “Rio Real” procura apresentar-se como alternativa aos problemas enfrentados pela população fluminense. A dificuldade está em criticar esses problemas sem assumir integralmente o desgaste de uma estrutura política da qual faz parte.

Anthony Garotinho apresenta estratégia distinta. Na Baixada Fluminense, sua campanha oficial procura recuperar a memória de seus governos e também da administração de sua esposa, Rosinha Garotinho. Em vez de concentrar a comunicação na polarização entre Lula e Flávio Bolsonaro, Garotinho mobiliza imagens, obras e realizações de suas administrações anteriores para construir uma relação direta com eleitores que tiveram contato com suas gestões. Essa estratégia procura transformar a memória de políticas públicas e da atuação anterior do grupo Garotinho em ativo eleitoral. A campanha busca apresentar

sua experiência como governador como credencial para retornar ao Palácio Guanabara e recuperar uma identidade política própria em uma região onde grupos associados ao bolsonarismo possuem forte presença.

A tentativa de separar a disputa estadual da presidencial aparece em uma peça publicitária. Diferentes entrevistados afirmam votar em Garotinho para governador, mas apresentam escolhas distintas para a Presidência: Lula, Flávio Bolsonaro ou Ronaldo Caiado. A mensagem procura demonstrar que a escolha para o Governo do Estado pode ser separada da escolha presidencial.

Na Baixada, essa estratégia é relevante diante da presença do bolsonarismo e da diversidade das alianças locais. Garotinho não nega a polarização nacional, mas tenta impedir que ela funcione como único critério para a escolha do governador. Sua trajetória também favorece essa construção: embora atualmente ocupe posição conservadora e seja crítico ao campo petista, sua carreira foi construída inicialmente no brizolismo e esteve associada a políticas sociais e a setores populares.

A candidatura, contudo, passou a enfrentar um obstáculo jurídico. Em 11 de setembro, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro indeferiu o registro da candidatura de Garotinho ao Governo do Estado. O candidato afirmou que recorrerá ao Tribunal Superior Eleitoral. A decisão acrescenta uma variável à disputa pelo eleitorado da Baixada, pois uma eventual confirmação do indeferimento poderá alterar a distribuição dos votos.

Na pesquisa Quaest, Garotinho aparece com 8%, atrás de Paes, com 39%, e Ruas, com 18%. Sua rejeição é de 68%, contra 38% de Paes e 26% de Ruas. Ainda assim, não é possível presumir que seus votos seriam automaticamente transferidos para Ruas ou Paes. A própria campanha procura mostrar que seu eleitor pode escolher diferentes candidatos à Presidência, tornando relevante acompanhar como esse eleitorado se comportaria diante de uma eventual saída da disputa.

Os resultados da pesquisa apresentam uma disputa ainda marcada pela liderança de Paes, mas com crescimento de Ruas e redução da distância entre os dois. Para a análise da Baixada, o desafio é verificar se essa mudança estadual também aparece nos municípios da região e se consegue compensar a perda de alianças municipais observada durante a pré-campanha.

Considerações finais

O início oficial da campanha indica que a polarização nacional está presente na disputa pelo Governo do Estado, mas não determina automaticamente o comportamento político na Baixada Fluminense. As estratégias dos candidatos revelam diferentes formas de lidar com esse cenário. Eduardo Paes procura ampliar sua presença territorial por meio de alianças que atravessam as fronteiras da polarização nacional, enquanto Douglas Ruas busca transformar sua identificação com o bolsonarismo em uma candidatura territorialmente competitiva por meio do “Rio Real”.

Garotinho apresenta uma estratégia distinta, baseada na recuperação da memória de seus governos e na construção de uma identidade capaz de atravessar diferentes preferências presidenciais. O indeferimento de sua candidatura, ainda sujeito a recurso, acrescenta uma variável importante à disputa e pode alterar sua dinâmica caso seja mantido.

Este segundo boletim reforça, portanto, a hipótese segundo a qual a polarização nacional permanece conduzindo a disputa de 2026, mas é mediada pelas dinâmicas políticas territoriais. Na Baixada Fluminense, alianças municipais, grupos familiares, trajetórias políticas e memórias de governos anteriores produzem combinações que não correspondem necessariamente à divisão observada na eleição presidencial. As próximas etapas deverão acompanhar se o crescimento de Ruas se converte em maior presença na região, se Paes transforma sua rede de alianças em votos e como o eleitorado de Garotinho se comportará diante de uma eventual saída da disputa.

Referências

ALVES, José Cláudio Souza. Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Eleições 2026: estatísticas de eleitorado e calendário eleitoral. Brasília: TSE, 2026.

GENIAL/QUAEST. Pesquisa Genial Quaest — intenção de voto e avaliação de governo no Rio de Janeiro. Setembro de 2026.

O GLOBO. “BolsoPaes”: família Reis puxa dobradinha que une voto no ex-prefeito e em Flávio na Baixada. 25 ago. 2026.

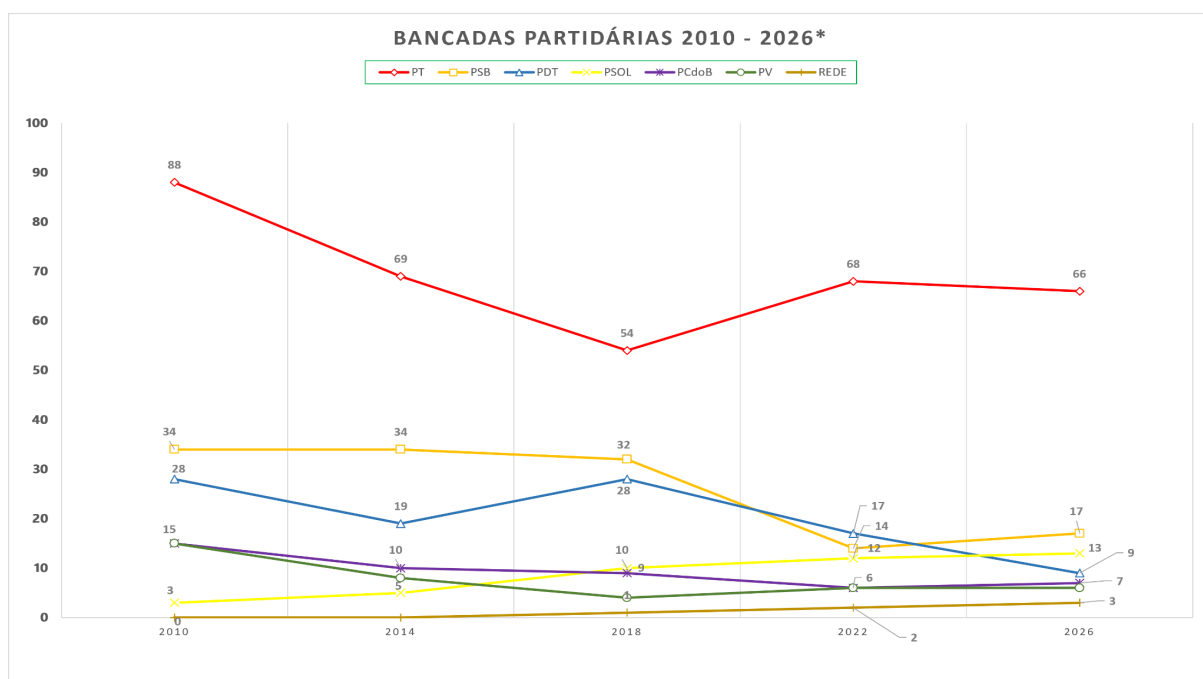
Cláusula de barreira e o campo progressista: desafio nacional e as exigências nos Estados

Klaus Graban¹²

O presente texto visa ser o passo seguinte à hipótese, apresentada no boletim anterior do OPEL, de que vivenciamos um realinhamento partidário do campo progressista com representação no Congresso Nacional. Partimos pelo reconhecimento de que a esquerda passa por um processo de maior unidade, todos os sete partidos analisados (PT, PSB, PSOL, PDT, PCdoB, PV E REDE) estão coligados para a reeleição do presidente Lula nesta eleição. O ponto central de nossa hipótese é que apenas o PT alcança a cláusula de barreira com folga, já PCdoB e PV não tem condições de alcançar individualmente. Assim, o presente texto vai focar no PSB, PDT e a Federação PSOL/REDE que podem alcançar a cláusula, mas que não tem essa possibilidade garantida e apostam na necessidade de sobrevivência institucional como desafio principal para esta eleição, focando na apresentação de nominadas fortes para o Congresso Nacional, como forma de primeiro superar a cláusula de barreira, mantendo-se na disputa institucional, o que pode ser entendido como sobrevivência partidária. Tais táticas ocorrem em um contexto de ascensão da extrema direita, mas são principalmente impulsionadas pelas necessidades impostas pelas transformações impostas pela Emenda Constitucional 97, a reforma eleitoral de 2017.

¹² Doutorando em Ciência Política pelo PPGCP-UFF, é graduado e mestre em Ciências Sociais pela UERJ.

Ainda no artigo anterior, sinalizamos que desde a eleição de 2010 a esquerda vem sofrendo a perda de cadeiras no Congresso Nacional, elegendo a cada pleito um número menor de deputados(as). Para a eleição de 2026, além do desafio da superação da cláusula de barreira imposta pela reforma eleitoral, o desafio subsequente do campo progressista é romper a tendência histórica de queda na representação e conseguir “recuperar terreno” e conquistar um número maior de cadeiras tanto no Congresso, quanto no Senado. Alguns pontos da atual campanha nos permitem analisar que estes dois desafios estão no radar das legendas e podem ser concretizados. A tabela abaixo sintetiza os números das legendas nas eleições de 2014 até a janela partidária de 2026.



2022 e as exigências atuais

Vale o destaque de que a cláusula de barreira, ou cláusula de desempenho, é uma regra que os partidos precisam superar um número mínimo de votos ou eleger um número mínimo de deputados para continuarem recebendo o fundo partidário, terem acesso a tempo de propaganda na TV e rádio. Além disso, temos as Federações partidárias que permitem aos partidos federados somarem suas votações, sendo contabilizadas como um só, tornando a federação como uma das principais ferramentas para a superação destes desafios. Neste pleito de 2026 a exigência mínima é a legenda receber 2,5% dos votos válidos para o Congresso

Nacional com pelo menos 2% em 9 estados ou eleger o número mínimo de 13 deputados federais divididos em 9 estados também. A título de comparação, em 2022, os partidos precisaram fazer 11 deputados ou 2% dos votos válidos nacionais com pelo menos 1% em 9 estados brasileiros

Em relação a cláusula de barreiras, temos uma caracterização que acompanha os números acerca da janela partidária ocorrida no primeiro semestre deste ano, onde PT se mantém como a grande legenda da esquerda, sem dificuldades para superar a cláusula. Federados com o PT, PCdoB e PV são partidos que sem a federação não superam a cláusula de barreira, nem na contagem total de votos, nem na eleição mínima.

O PSB aparece como um dos partidos beneficiados pela reforma, pois recebeu grande quantidade de candidaturas, exatamente por ocupar uma posição institucional no centro-esquerda, permitindo um leque de candidaturas que vão desde nomes mais progressistas até aliados do presidente Lula na centro-direita. Exemplo da importância das federações são PSOL e REDE, a legenda socialista até apresenta nominata passível para a superação da cláusula, já a REDE não conseguiria atingir os números necessários se não estivesse federado. E por fim, o caso do PDT talvez seja a maior incógnita e representa o desafio que as legendas do campo progressista vêm enfrentando perante a reforma, pois a legenda trabalhista na janela partidária perdeu cadeiras e apresenta grande dificuldade para a superação da cláusula, mesmo sendo um partido que conta com história na política nacional e ocupa posições relevantes no governo federal atualmente. Para fins de comparação, o partido elegeu 17 cadeiras em 2022, mas terminará a atual legislatura com apenas 9 deputados(as).

Identificados tais desafios, um exercício interessante de análise é investigar os dados relativos à eleição de 2022, comparando se os votos recebidos no último pleito seriam suficientes para as legendas superarem a cláusula em de 2026. A tabela abaixo apresenta os números de 2022:

Partido/ Federação	Votos 2022	% nacional 2022	Deputados eleitos 2022	Exigência nacional 2026	Situação repetisse 2022 se
PT	13.236.698	12,10%	69	2,50%	Acima
PCdoB	1.154.712	1,06%	6	2,50%	Abaixo individual
PV	954.578	0,87%	6	2,50%	Abaixo individual
PSB	4.174.899	3,81%	14	2,50%	Acima
PDT	3.828.367	3,50%	17	2,50%	Acima
PSOL	3.852.246	3,52%	12	2,50%	Acima
REDE	782.917	0,72%	2	2,50%	Abaixo individual

Esses números indicam que PSB, PDT e PSOL/REDE cumpririam um dos critérios, a votação mínima de 2,5% nacionalmente, mas esta deve ser complementada pela representação em 9 estados com pelo menos 2% dos votos válidos. Os dados abaixo sinalizam onde estas legendas cumpriram tal exigência nos estados da federação.

Partido/ Federação	UFs com ≥ 2%	Nº de UFs
PSOL+REDE (Federação)	AP, CE, DF, MG, PA, PE, RJ, RR, RS, SP, SE	11
PDT	AC, AP, BA, CE, ES, GO, MA, MG, PA, PE, RJ, RS, SE	13
PSB	AL, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MT, PA, PB, PE, PR, RJ, RN, RO, RS, SP	18

Considerações finais

Ao analisarmos os dados referentes a eleição do 2022, caso os partidos analisados repitam o desempenho obtido em no último pleito, seria possível superar a cláusula de barreira cumprindo tanto a exigência nacional de 2,5% e ainda obter ao menos 2% em no mínimo 9 estados. A Federação PSOL/REDE apresenta a maior média nacional com 4,24%, porém o menor desempenho em

relação aos estados, mas mesmo assim conseguiu distribuir sua votação acima dos 2% em 11 estados. O PDT tem 3,5% dos votos nacionais, e por mais que tenha apresentado perda de cadeiras com a janela partidária pré-eleição e talvez não consiga cumprir a cláusula por meio da eleição pelo número mínimo de deputados(as) eleitos, caso repita a votação de 2022, conseguiria com alguma sobra o desempenho exigido, pois a legenda obteve em 13 estados a votação igual ou superior aos 2% exigidos. O PSB com 3,81% da votação nacional, se encontra em uma situação mais confortável ainda, pois além de conseguir atrair candidaturas de diversas matizes ideológicas e ser um novo rumo para filiação de figuras diversas, principalmente após o realinhamento observado após o governo Lula3, o partido apresentou em 2022 votação igual ou superior a 2% em ao menos 18 estados, o dobro do mínimo exigido.

O exercício de comparar os votos de 2022 com as exigências de 2026, permite entendermos alguns pontos importantes sobre nossa hipótese de realinhamento partidário do campo progressista. Primeiro é a centralidade do PT enquanto força hegemônica na esquerda, superando com facilidade as novas regras eleitorais, outro aspecto interessante é que os partidos PCdoB, PV e REDE não superariam a cláusula individualmente, confirmando a hipótese que o mecanismo da federação é primordial para o campo progressista se manter mais plural e com mais legendas ocupando cadeiras no Congresso. Por fim, outra característica que podemos identificar é a consolidação do PSB, PDT e PSOL como legendas que tem capacidade de superarem a cláusula, mesmo com algum grau de dificuldades, se estes partidos apresentarem desempenho similar ao último pleito conseguirão se manter competitivos e receberem os recursos divididos entre as legendas que superaram as cláusulas de barreira imposta pela reforma eleitoral de 2017.

Soberania Alimentar na Campanha Presidencial de 2026: Propostas, Discursos e Estratégias em disputa

Luíza Betânia Gevergí Lacerda¹³

O primeiro boletim temático desta temática analisou a inserção da soberania alimentar no período de pré-campanha da corrida presidencial de 2026, tomando como eixo principal os projetos políticos representados por Luiz Inácio Lula da Silva e Flávio Bolsonaro, sob a hipótese de que a soberania alimentar ocuparia posição relevante na disputa eleitoral, permitindo observar diferenças entre os projetos políticos ligados às políticas sociais, à produção de alimentos, ao abastecimento, à agricultura familiar, ao agronegócio e ao papel desempenhado pelo Estado ligado a essas questões. Com o início da campanha eleitoral propriamente dita e a apresentação dos programas de governo registrados pelos candidatos, torna-se possível avançar nessa análise. O objetivo deste segundo boletim é, portanto, acompanhar como a questão alimentar vem sendo incorporada aos programas, discursos, agendas e estratégias eleitorais dos principais candidatos à Presidência da República, observando, simultaneamente, se as evidências produzidas durante a campanha confirmam, relativizam ou contradizem a hipótese inicialmente formulada.

¹³ Luíza Betânia Gevergí Lacerda, Doutoranda em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária, pela UFRRJ.

O que observamos com a passagem da pré-campanha para a campanha foi que a questão alimentar não desapareceu, ao contrário, adquiriu novas formas, passando a ser mobilizada tanto por meio dos programas de governo como pelas agendas públicas, redes sociais e na comunicação eleitoral. Entretanto, uma primeira observação metodológica é necessária. A expressão “soberania alimentar” nem sempre aparece de forma explícita no discurso dos candidatos. Isso não significa, contudo, que o tema esteja ausente: temas como combate à fome, preço dos alimentos, agricultura familiar, agronegócio, crédito e seguro rural, fertilizantes, irrigação, abastecimento, agroindustrialização, produção nacional e redução da dependência externa de insumos constituem dimensões diretamente relacionadas à organização do sistema agroalimentar e, portanto, oferecem elementos importantes para a análise proposta neste estudo.

Mais do que contabilizar as menções explícitas à soberania alimentar, interessa também compreender como os candidatos interpretam o problema da alimentação no Brasil, quais instrumentos propõem para enfrentá-lo e qual papel atribuem ao Estado, ao mercado e aos diferentes segmentos da agricultura. A partir da campanha eleitoral, será possível observar como o tema permanece presente na disputa presidencial de 2026.

A campanha eleitoral e a permanência da questão alimentar

O avanço da campanha presidencial de 2026 evidencia que a questão alimentar não perdeu espaço após a pré-campanha. Ao contrário, passou a aparecer de maneira mais concreta nos discursos, agendas e estratégias de comunicação. O custo de vida, o preço dos alimentos e as propostas para o setor agropecuário aproximaram o debate sobre produção e abastecimento da experiência cotidiana dos eleitores. Assim, ainda que a expressão “soberania alimentar” não seja recorrente, seus componentes permanecem presentes em discussões sobre fome, agricultura familiar, agronegócio, crédito rural, fertilizantes, produção nacional, abastecimento e autonomia produtiva.

Essa presença assume, simultaneamente, dimensões estrutural e eleitoral. A alimentação envolve problemas relacionados à produção, à distribuição, à renda, ao acesso e à atuação do Estado, mas também passou a ser mobilizada pelos candidatos como forma de avaliar governos, apresentar resultados,

questionar adversários e diferenciar projetos políticos. Questões concretas, como o preço dos alimentos e o poder de compra, ganham, assim, dimensão política e tornam-se elementos de avaliação das candidaturas. Esse movimento reforça a hipótese desta pesquisa ao indicar que a alimentação permanece como campo de disputa não apenas em torno da existência da fome, mas também das interpretações sobre suas causas e sobre o papel do Estado na garantia do acesso aos alimentos e da autonomia produtiva nacional.

Lula e Flávio Bolsonaro: diferentes caminhos para a questão alimentar

A comparação entre Lula e Flávio Bolsonaro permanece relevante por representarem os principais polos da corrida presidencial e por evidenciarem diferenças na maneira de relacionar alimentação, produção agrícola e atuação estatal. No projeto de Lula, a questão alimentar aparece fortemente associada às políticas sociais e à presença do Estado. A candidatura governista recupera a saída do Brasil do Mapa da Fome, o fortalecimento do Bolsa Família, a valorização do salário-mínimo e as políticas destinadas à agricultura familiar como demonstrações da capacidade das políticas públicas de ampliar o acesso aos alimentos. Instrumentos como Pronaf e Plano Safra da Agricultura Familiar são articulados à segurança alimentar e à redução das desigualdades.

Flávio Bolsonaro apresenta a questão por outra perspectiva, enfatizando as condições necessárias à ampliação e à sustentação da produção agropecuária. Seguro rural, reorganização das dívidas dos produtores, irrigação, armazenamento, produção nacional de fertilizantes, segurança jurídica e redução dos custos aparecem como instrumentos para fortalecer o setor e contribuir para o abastecimento e a redução do preço dos alimentos. Essa concepção tornou-se visível durante a visita do candidato à Expointer, em 2 de setembro, quando relacionou o fortalecimento do agronegócio e do seguro rural à promessa de alimentos mais baratos (AGÊNCIA ESTADO, 2026).

Enquanto Lula relaciona a questão alimentar à renda, à proteção social, à agricultura familiar, à produção e ao acesso aos alimentos, Flávio Bolsonaro concentra sua abordagem nas condições de produção, nos custos e na segurança econômica dos produtores. Assim, embora as duas candidaturas incorporem a produção agropecuária e o abastecimento ao debate, partem de perspectivas

distintas sobre o problema e sobre os instrumentos para enfrentá-lo. Essa distinção corrobora a hipótese inicial na qual a soberania alimentar não aparece necessariamente como uma bandeira explicitamente nomeada, contudo, pode ser identificada nas diferentes concepções de desenvolvimento, renda, autonomia produtiva e prioridades do Estado.

O supermercado como espaço de disputa eleitoral: preço dos alimentos, percepção econômica e pesquisas

Um dos movimentos mais significativos desta etapa da campanha é a transformação do supermercado em espaço de disputa política. Se, durante a pré-campanha, a alimentação aparecia principalmente associada à fome, às políticas sociais e à produção agrícola, o avanço da campanha aproximou o debate da experiência cotidiana do eleitor. A campanha de Flávio Bolsonaro passou a utilizar os preços de produtos básicos, inclusive da picanha, para criticar o governo Lula, enquanto o campo governista respondeu com comparações envolvendo preços, renda e poder de compra, configurando o que a imprensa denominou “guerra de preços” ou “guerra da picanha” (FARAH, 2026; TONON, 2026).

A própria campanha de Lula lançou uma plataforma para responder às críticas relacionadas ao custo de vida e à alimentação (FOLHA DE S. PAULO, 2026), mostrando que o preço da comida deixou de ser apenas um indicador econômico e passou a integrar as estratégias de disputa eleitoral. Pesquisa Genial/Quaest divulgada em setembro mostrou que 67% dos entrevistados percebiam aumento no preço dos alimentos, enquanto apenas 9% apontavam redução. O dado evidencia a distância entre indicadores econômicos e percepção social: embora os preços de alguns alimentos tenham apresentado redução, essa melhora não necessariamente se traduz na percepção cotidiana dos consumidores.

É justamente nessa diferença entre os indicadores e a experiência cotidiana que as campanhas constroem suas narrativas. Lula procura associar resultados econômicos e sociais à melhoria das condições de vida, enquanto Flávio Bolsonaro explora a percepção de aumento dos preços e seus efeitos sobre o poder de compra. O supermercado torna-se, assim, uma expressão concreta dessa disputa e reforça a hipótese desta pesquisa: a alimentação permanece inserida na campanha não apenas pelas políticas de combate à fome ou pelas

propostas para a agricultura, mas também como campo de disputa sobre renda, acesso aos alimentos e interpretação da realidade econômica vivenciada pelo eleitor.

Considerações finais

O início oficial da campanha ampliou o espaço ocupado pela questão alimentar e aproximou o debate da experiência cotidiana dos eleitores. A comparação entre Lula e Flávio Bolsonaro evidencia diferenças nas formas de abordar o tema: enquanto o campo governista articula combate à fome, transferência de renda, agricultura familiar e políticas públicas de produção e abastecimento, Flávio Bolsonaro enfatiza as condições de produção, com destaque para agronegócio, seguro rural, fertilizantes, infraestrutura, custos e segurança econômica do produtor.

A principal novidade desta etapa está na centralidade assumida pelo preço dos alimentos. Ao levar a disputa para as gôndolas dos supermercados, as campanhas transformam preços cotidianos em argumentos políticos e estabelecem uma conexão direta entre economia e experiência individual. Nesse contexto, o custo da alimentação se tornou uma dimensão importante da disputa eleitoral. A soberania alimentar, portanto, aparece menos como uma expressão explicitamente utilizada pelos candidatos e mais nas disputas em torno da produção, da renda, do preço e do acesso aos alimentos. A eleição de 2026 mostra, assim, que discutir alimentação também significa discutir quem produz, em quais condições, com quais políticas públicas e quem consegue acessar aquilo que é produzido. O acompanhamento das próximas semanas permitirá observar como essas questões seguirão presentes até o momento do voto.

Referências

AGÊNCIA ESTADO. Flávio diz que adequará Propag para o RS e promete projeto para não contingenciar seguro rural. UOL Notícias, 2 set. 2026. Disponível em: UOL Notícias – matéria sobre a Expointer. Acesso em: 13 set. 2026.

FARAH, Tatiana. Lula e Flávio fazem guerra de preços de comida nas redes sociais. UOL, 23 ago. 2026. Atualizado em: 24 ago. 2026. Disponível em: UOL – Guerra de preços de comida. Acesso em: 13 set. 2026.

FOLHA DE S.PAULO. Campanha de Lula lança site para rebater acusações de Flávio sobre economia. Folha de S.Paulo, São Paulo, set. 2026. Disponível em: Folha de S.Paulo – plataforma da campanha de Lula. Acesso em: 13 set. 2026.

TONON, Rafael. A “guerra da picanha”: como preço da comida virou arma pelo seu voto. UOL Nossa, 27 ago. 2026. Disponível em: UOL – Guerra da picanha. Acesso em: 13 set. 2026.

VERENICZ, Marina. Comida pode decidir voto? 67% ainda sentem alta de preços, mostra Quaest. InfoMoney, 2 set. 2026. Disponível em: InfoMoney – pesquisa Quaest sobre preço dos alimentos. Acesso em: 13 set. 2026.

VERENICZ, Marina. Flávio encosta em Lula no 1º turno e ultrapassa numericamente no 2º, diz AtlasIntel. InfoMoney, 10 set. 2026. Disponível em: InfoMoney – pesquisa AtlasIntel/Bloomberg. Acesso em: 13 set. 2026.

Saúde nas eleições de 2026: monitoramento da corrida presidencial

Matheus Piter¹⁴

O boletim tem como objetivo monitorar as discussões relacionadas à saúde nas eleições de 2026, com atenção especial, embora não exclusiva, à disputa presidencial. O trabalho busca identificar quais temas desse campo serão mobilizados ao longo da campanha e compreender seus possíveis efeitos sobre as estratégias dos candidatos, sua repercussão na mídia, os discursos produzidos e as pesquisas de opinião.

Quando se trata da temática de saúde, em seus quase 40 anos de história, o Sistema Único de Saúde (SUS), originado junto com o processo de redemocratização, tem sido constantemente motivo de disputas políticas em torno de seu financiamento e gestão. A pandemia de COVID-19, entre 2020 e 2022, acrescentou novas dimensões a essas disputas, especialmente em torno da atuação do Estado em períodos de crise sanitária, da vacinação e da legitimidade de intervenções científicas e biomédicas. Paralelamente, o estado de saúde de figuras centrais da disputa presidencial, sobretudo Lula, e mesmo o ex-presidente Jair Bolsonaro, também tem recebido atenção da mídia ao longo desse ano e pode produzir efeitos sobre os embates eleitorais.

¹⁴ Doutorando do PPGCS/UFRRJ

Os atuais presidenciáveis, contudo, vêm apostando na tecnologia (digitalização, aplicativos, prontuários eletrônicos, telemedicina, inteligência artificial etc.) como proposta mais citada para problemas concretos de saúde pública, especialmente filas, acesso e integração dos serviços do SUS. Minha hipótese é que esses recursos serão mobilizados eleitoralmente como demonstrações de capacidade de gestão, podendo também ser utilizados, conforme o posicionamento de cada candidatura, para estabelecer comparações com gestões anteriores e reivindicar maior capacidade de resposta.

Antecedentes

Não há como pensar em políticas de saúde no Brasil contemporâneo, sem considerar o histórico do SUS. Instituído em 1990, no contexto da redemocratização, o Sistema Único de Saúde (SUS) alçou a saúde como direito fundamental e dever do Estado, acompanhado por uma profunda transformação na organização, no financiamento e na governança dos serviços em variadas instâncias. A implementação do sistema ocorreu em meio às diferentes orientações políticas dos governos que se sucederam, ocasionando disputas e retóricas que entraram em convergências e dissonâncias.

No governo Fernando Collor, de orientação neoliberal e inicialmente pouco comprometido com a reforma sanitária, a descentralização e a implementação do SUS avançaram a passos lentos e tiveram sua consolidação, em maior medida, após seu afastamento, com o lançamento do Programa Saúde da Família. Durante os mandatos de FHC (1995-2002), a agenda de ajuste macroeconômico e privatização ganhou força, enquanto os governos Lula I e II (2003-2010) mantiveram aspectos da política econômica anterior, suspendendo, contudo, as rotas de privatizações - adotando paulatinamente uma agenda desenvolvimentista. Consolidou-se, deste modo, incluindo o período Dilma (2011-2016), uma configuração na qual os setores público e privado permanecem distintos, mas interconectados, mantendo a relação entre Estado, mercado e prestação de serviços como uma questão central para o sistema.

Entre 2016 e 2022, durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, as políticas de saúde foram atravessadas por uma nova orientação político-institucional e, posteriormente, pela pandemia de COVID-19. A chegada de

Temer à presidência, após o impeachment de Dilma Rousseff, marcou uma retomada mais explícita da agenda neoliberal, centrada na contenção dos gastos públicos, na redução do papel do Estado e na valorização do setor privado. Na saúde, essa orientação se expressou em descontinuidades e ameaças à institucionalidade do SUS, incluindo propostas de ampliação do mercado de planos privados e mudanças nas políticas de atenção primária.

O governo Bolsonaro deu continuidade a essa orientação, combinando-a a elementos conservadores e autoritários. A pandemia de COVID-19, a partir de 2020, tornou-se, entretanto, o principal elemento de inflexão das políticas de saúde no referido mandato. A resposta federal foi marcada por instabilidade ministerial, fragilização institucional e conflitos entre as recomendações técnicas e as posições do presidente, especialmente em relação ao distanciamento físico e vacinação. As doses produzidas pela Fiocruz e pelo Instituto Butantan foram acompanhadas por conflitos federativos e pelas confusões narrativas quanto à sua eficácia, contribuindo para a disseminação de desinformação e hesitação vacinal. Apesar da alta cobertura de imunização alcançada posteriormente, a experiência da pandemia evidenciou os efeitos da instabilidade institucional, do negacionismo e de decisões sem base científica sobre a gestão da saúde. Ao mesmo tempo, a gravidade da crise reforçou a importância do SUS e das instituições científicas, sem, contudo, produzir transformações estruturais ou institucionais radicais no sistema.

Dados sistematizados do período entre 2006 a 2023 permitem dimensionar a presença da categoria saúde na retórica presidencial brasileira nesse tempo.¹⁵ Considerando as menções ao código “saúde”, foram identificadas 503 ocorrências para Luiz Inácio Lula da Silva, levando em consideração sua segunda gestão e o primeiro ano da terceira; 2.103 para Dilma Rousseff; 305 para Michel Temer, entre 2017 e 2018 (em período consideravelmente menor); e 446 para Jair Bolsonaro.

¹⁵ Estudo completo disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csc/a/kXtNqcSPGwDQ6txMCRJqHHw/?lang=pt>

Temáticas passadas e presentes que dão contornos às eleições atuais

Na campanha de seu terceiro mandato, em 2022, Lula adotou uma estratégia de contrapor sua agenda de gestão com o desempenho e postura de Jair durante a pandemia de Covid-19, sobretudo a lentidão no fornecimento das vacinas e a recusa de se adotar medidas mais severas para isolamento social. Relembrando a eficácia para tratar de enfermidades como a “Gripe Suína” de 2009, Lula seguiu reafirmando seu status de governo que “mais vacinou contra H1N1 no mundo”¹⁶. A retórica colaborou para garantir sua vitória.

Tal estratégia, ao que se indica pelas declarações do então ministro da saúde, Alexandre Padilha, parece que se repetirá também para o filho, Flávio Bolsonaro, presidenciável nas eleições de 2026. Com provocações como “Onde estava o filho de Bolsonaro? [durante a crise sanitária]” feitas no memorial da pandemia em abril desse ano, o ministro também relacionou a figura de Flávio e a família Bolsonaro com os apagões e acentuamento do processo de precarização de hospitais federais, em consonância com declarações do próprio Lula - garantindo, por essas premissas, que a saúde será novamente um assunto importante no período eleitoral.

A ressaca da controversa gestão da pandemia permanece, por outro lado, enquanto retórica em outras camadas das eleições. A mídia brasileira foi impactada pela audiência do imunologista Anthony Fauci no Senado dos EUA. As acusações vão desde deliberadamente mentir ao Congresso e à população sobre “a real origem do coronavírus” e sobre os riscos sanitários envolvidos até que as medidas de isolamento e restrições “foram motivadas por questões ideológicas para prejudicar o primeiro governo de Trump”. Políticos, religiosos e influenciadores ligados à extrema-direita brasileira passaram a utilizar o episódio para recuperar argumentos defendidos por Jair Bolsonaro durante a pandemia, questionando vacinas, máscaras e tratamentos e afirmando que o ex-presidente teria “razão”.

No que diz respeito ao estado de saúde e vitalidade do próprio Jair, que cumpre atualmente pena domiciliar, veículos têm dado atenção ao longo do ano ao seu histórico intenso de internações, às suas “constantes crises de soluço”, e

¹⁶ <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/20/sob-governo-lula-brasil-foi-o-pais-que-mais-vacinou-contrah1n1-pelo-sistema-publico/>

“cirurgia no ombro”. Por outro lado, a idade e o estado do atual presidente Lula também promovem escrutínios. O candidato à reeleição passou por dois procedimentos médicos em abril.¹⁷ Em uma pesquisa sobre o tema, 66% do total de entrevistados pela Quaest, disseram se preocupar com o estado de vitalidade do atual presidente.¹⁸ No seu primeiro grande ato em São Bernardo do Campo (SP), no domingo 16/08, Lula tirou o chapéu - que tem usado inclusive na foto oficial de campanha - denotando que embora não possa tomar sol na cabeça, por conta do recente tratamento de câncer de pele, vai “usar a saúde para tirar o chapéu para todos”.¹⁹ A piora considerável do estado de qualquer uma das figuras citadas, de Jair ou de Lula, embora não considerada ao momento, pode reorientar drasticamente, em diferentes níveis, o rumo das eleições.

A temática da saúde na pré-campanha de 2026 dos presidencialistas: o SUS em pauta

Embora tenha recebido provocações do ministro da saúde sobre a época da pandemia e também haja uma nova onda de narrativas de alguns atores da extrema-direita questionando vacinas e métodos utilizados no período, Flávio Bolsonaro (PL) parece que seguirá uma rota mais segura, desviando o foco da disputa ideológica em torno desses assuntos. Seu plano de governo, comunicado em suas redes sociais, propõe a criação do “Plano Brasil Sem fila”, com foco na digitalização e integração dos serviços públicos [incluindo o SUS e o INSS], almejando reduzir burocracia e facilitar o acesso dos cidadãos, a partir de um prontuário eletrônico, com histórico de consultas, exames, vacinas, entre outros - acessíveis nas redes públicas e privadas.

A tecnologia permanece como foco em outras propostas. O candidato do PSD, Ronaldo Caiado, indicou o interesse na criação de um novo aplicativo do SUS, que integraria os sistemas municipais de saúde e permitiria consultas rápidas com especialistas²⁰. Augusto Cury (Avante) propõe uma rede nacional

¹⁷ <https://saude.abril.com.br/medicina/lula-vs-bolsonaro-compare-o-historico-de-saude-dos-rivais-politicos/>

¹⁸ <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/iuri-pitta/politica/quaest-66-dos-brasileiros-dizem-se-preocupar-com-saude-de-lula/>

¹⁹ <https://www.gazetaweb.com/noticias/politica/em-sp-lula-tira-chapeu-fala-sobre-cancer-e-diz-que-esta-bem-de-saude-929665>

²⁰ <https://ndmais.com.br/politica/augusto-cury-diz-que-sus-esta-complemente-saturado/>

de telemedicina, com apoio de inteligência artificial. Mesmo o presidente Lula (PT) propõe tecnologias odontológicas no SUS que vão substituir os métodos tradicionais, classificando o novo processo como atendimento dentário "chique" ao pobre. Uma integração ainda maior com a iniciativa privada para resolver questões de fila e atendimento é proposta por Renan Santos (Missão), Romeu Zema (Novo) e também Flávio Bolsonaro (PL).

Conclusão

As tradicionais disputas sobre financiamento e gestão do SUS e sobre suas funções de caráter mais estatal ou mais privado tendem a continuar delineando propostas para 2026. Também permanecerá em observação se temáticas ligadas à pandemia e à saúde de figuras como Jair Bolsonaro e Lula produzirão efeitos na campanha deste ano.

Contudo, o presente levantamento realizado até o momento aponta para um maior interesse em atribuir resoluções para problemas do sistema a partir de inovações técnicas. Nesse sentido, seguirei com a hipótese de que essa orientação engrossará o caldo das discussões sobre capacidade de gestão dos presidenciáveis, em uma "corrida tecnológica", acompanhando como essas propostas serão mobilizadas em suas retóricas ao longo do período eleitoral.

Referências e fontes

SOUZA, S. D. S. et al. A promoção da saúde na agenda retórica presidencial brasileira (2006-2023). *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 30, n. 5, p. e10302023, maio 2025.
https://super.abril.com.br/saude/eleicoes-e-saude-quais-as-questoes-sobre-o-futuro-do-sus-que-precisam-ser-debatidas-pelos-candidatos/?utm_campaign=mrf-twitter-revistasuper&utm_source=twitter&utm_medium=social&mrfcid=202608036a6d6f40c16f8d42b4110f50
<https://x.com/EleicaoBr2026/status/2073134116858695910>
<https://www.jota.info/coberturas-especiais/forum-jota/padilha-associa-flavio-a-apagao-em-hospitais-do-rj-e-diz-que-saude-sera-tema-eleitoral>
<https://ndmais.com.br/politica/augusto-cury-diz-que-sus-esta-complemente-saturado/>
<https://sbtnews.sbt.com.br/colunas/coluna-da-victoria/caiado-desenha-programa-de-saude-com-mandetta>
<https://noticias.r7.com/eleicoes/2026/zema-defende-mais-espaco-para-a-iniciativa-privada-com-ppps-em-escolas-e-hospitais-12082026/>
<https://www.jota.info/eleicoes/eleicoes-2026/de-vargas-a-milei-plano-de-renan-santos-propoe-ampla-reforma-do-estado>

Segurança pública na arena política: o Rio como vitrine da disputa presidencial

Michel da Rosa Gonçalves²¹

A violência e o medo continuam a exercer forte influência sobre a mobilização do eleitorado brasileiro. Nas últimas semanas, porém, o caso do Banco Master e sua ligação com ministros do STF passou a ocupar o centro do cenário político, deslocando para esse tema a polarização. A repercussão desses episódios tem deixado em segundo plano o debate sobre segurança pública, que vinha ganhando destaque e ainda é o principal ativo da direita, embora mais pelo apelo discursivo do que pela eficiência técnica. Este boletim apresenta novos elementos e ações que complementam as análises dos boletins anteriores.

Neste cenário, os presidenciáveis, portanto, continuam a se voltar para o tema da segurança pública, cada um com sua própria estratégia. Inevitavelmente, a discussão passa pelo terreno fértil e instável da política fluminense, no qual a extrema direita parece ter aprendido a se movimentar melhor. Embora seja um dado conhecido que o Rio de Janeiro esteja longe de registrar os maiores índices de violência do país, a localização dos grandes conglomerados de mídia contribuiu para transformá-lo na vitrine nacional da violência e das experiências de segurança pública.

²¹ Doutorando em Ciências Sociais (PPGCS-UFRRJ)

Com isso, os candidatos têm estruturado suas estratégias para a segurança pública a partir do Rio de Janeiro. Lula procura se aproximar do tema por meio de aliados locais e neutralizar a crítica recorrente de opositores e jornalistas à segurança nos governos petistas da Bahia. Para isso, reforça ações pactuadas com governos fluminenses, mas também conta com sua aliança tímida com Eduardo Paes (PSD), líder nas pesquisas para o governo estadual. Flávio, por sua vez, busca se desvincular de figuras ligadas ao Comando Vermelho, como o ex-deputado TH Joias, integrante até recentemente do seu núcleo político, e das milícias, ao mesmo tempo em que explora sua posição na Comissão de Segurança Pública do Senado e sua aliança com o policial civil e candidato ao governo estadual Douglas Ruas (PL).

Lula: pactuação federativa e retomada territorial

Nesse contexto, Lula escolheu o estado para articular um plano de retomada de territórios dominados por facções e milícias, em parceria com os governos municipal e estadual e em conformidade com a determinação imposta ao Estado do Rio pela ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) 635, conhecida como ADPF das Favelas. O encontro ocorreu na sede da Polícia Rodoviária Federal (PRF), na Zona Norte da cidade, e reuniu o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington Lima e Silva, o prefeito do Rio, Eduardo Cavaliere, o governador interino e presidente do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ), Ricardo Couto, entre outros.

O lançamento ocorreu uma semana após o afastamento do diretor da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, em 08/09, e sua reintegração à direção da PF, em 09/09, por decisões dos ministros André Mendonça e Flávio Dino, respectivamente. Rodrigues permaneceu no cargo depois que o presidente da Corte, Edson Fachin, atendeu a um pedido da AGU (Advocacia-Geral da União) e suspendeu as decisões conflitantes.

Diante da lenta tramitação da PEC da Segurança (PEC 18/2025), aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), principal comissão do Senado, após articulação com Alcolumbre e Hugo Motta, o governo tem adotado outras medidas para produzir efeitos concretos nessa pauta. Lula parece considerar

Ricardo Couto um aliado próximo e aposta no governador interino, assim como em Cavaliere (PSD), para articular ações conjuntas entre os governos federal, estadual e municipal na retomada de territórios sob a governança do crime, usando o estado como referência para o país. A iniciativa funciona como projeto-piloto, no âmbito dos Planos Operacionais Integrados (POIs), firmados entre o governo federal e os estados.

As ações conjuntas dos governos federal e estadual estão estruturadas em dois eixos: corredores logísticos e retomada territorial. Cada um corresponde a um Acordo de Cooperação Técnica (ACT): o ACT nº 7/2026 trata dos corredores logísticos patrimoniais, enquanto o ACT nº 8/2026 abrange a recuperação de territórios, a inteligência e o sufocamento financeiro. Em discurso transmitido em 18 de setembro de 2026, Lula afirmou: “Se der certo no Rio, vai dar certo em todo o território nacional”.

A tabela a seguir detalha os acordos:

Aspectos	ACT nº 7/2026/MJSP/GOV-RJ	ACT nº 8/2026/MJSP/GOV-RJ
Eixo de atuação	Corredores logísticos	Recuperação de territórios (ADPF das Favelas)
Objetivo	Combater o roubo de cargas e veículos e bloquear rotas de armas e drogas.	Retomar áreas dominadas por facções e milícias e reduzir a letalidade policial.
Áreas de atuação	Avenidas, portos e aeroportos da região metropolitana do estado.	Zona sudoeste da cidade do Rio de Janeiro, definida pelo governo estadual.
Estratégia federal	Barreiras integradas da PRF e da PF, com uso de tecnologia e cercamento eletrônico.	Ações de inteligência, sufocamento financeiro (COAF/Receita) e apoio da Força Nacional.
Base legal	Proteção da economia e do fluxo logístico do estado do Rio de Janeiro.	Cumprimento das metas estruturais determinadas pelo STF.

A iniciativa no Rio também dá forma concreta à defesa de Lula por uma nova pactuação federativa, a ser estruturada no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e da PEC da Segurança (18/2025), esta última prevendo a recriação do Ministério da Segurança Pública com novas atribuições, separado do Ministério da Justiça, ao qual está atualmente vinculado.

Em sabatina no Jornal Nacional (JN), da Rede Globo, ao ser questionado sobre a incapacidade das gestões estaduais petistas na Bahia de solucionar o problema da segurança pública, Lula apontou que “Nenhum governador conseguiu resolver o problema da segurança pública no Brasil, nenhum!”. Resposta que segue em linha com sua defesa de repactuação das responsabilidades e de uma atuação mais ampla no enfrentamento da violência.

Flávio: segurança pública, endurecimento penal e capital político

Flávio Bolsonaro também tem defendido a criação do Ministério da Segurança Pública. O senador tem afirmado que sua atuação iria além do apoio financeiro e diz que, se eleito, adotará uma gestão municipalista. As ligações com figuras espúrias da política fluminense, no entanto, continuam a assombrar Flávio. Em sabatina no JN, foi questionado sobre sua ligação com Adriano da Nóbrega, matador de aluguel e chefe do “Escritório do Crime”, a quem concedeu a Medalha Tiradentes, maior honraria do estado, quando era deputado estadual. Adriano morreu em 2020, durante uma operação policial na Bahia. Flávio respondeu que a homenagem havia sido concedida “há mais de 20 anos” e que, na época, “ele era policial exemplar”. Naquele período, contudo, Adriano, então tenente da Polícia Militar, já havia sido preso sob acusação de homicídio.

Em outra frente, Flávio tem reforçado a aliança com Douglas Ruas (PL-RJ), do mesmo núcleo político local de seus antigos aliados, e tem preservado a internacionalização do discurso sobre terrorismo como ativo político. No fim de agosto, reuniu-se em São Paulo com Gustavo Villatoro, ministro da Justiça e Segurança Pública do governo de Nayib Bukele, de El Salvador. Também participaram do encontro seu candidato a vice, o deputado federal Alfredo Gaspar (PL-AL), e o senador Sérgio Moro (PL-PR), candidato ao governo do Paraná.

Nesse cenário de disputa cada vez mais internacionalizada, confrontam-se também diferentes concepções de soberania. Após defender a ingerência norte-americana no Brasil, Flávio passou a associar a soberania ao combate ao crime. Ao deixar a reunião com o ministro de Bukele, afirmou que o governo de extrema direita de El Salvador foi responsável por “implementar um dos maiores e mais eficazes resgates de soberania e devolver a segurança pública para o povo deles”. Na mesma ocasião, reiterou sua defesa do super encarceramento: “Tem pouco preso no Brasil, tinha que ter mais!”.

Ainda que tenha faltado a mais de 70% das reuniões, Flávio também transforma sua atuação à frente da Comissão de Segurança Pública (CSP) do Senado em vitrine política. Como presidente da comissão e relator, tem conduzido a aprovação de algumas propostas legislativas. Entre elas estão o projeto de seu aliado Carlos Portinho (PL), senador pelo Rio de Janeiro, que amplia o porte de armas para agentes públicos, e o PL 3.341/2025, aprovado como aceno ao eleitorado feminino.

A tabela a seguir reúne as relatorias mais recentes do senador na comissão:

Projeto de lei	Tema	Síntese	Situação
PL 2.343/2025 (Autoria: Sen. Carlos Portinho)	Porte de armas	Autoriza o porte de arma de fogo para defensores públicos da União, dos estados e do DF. Uma emenda aprovada na comissão amplia o direito a membros da AGU e a procuradores estaduais e distritais.	Aprovado na CSP em 01/09/2026. Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.
PL 5.744/2023 (Originado na Câmara)	Endurecimento penal	Eleva as penas para homicídio e lesão corporal cometidos contra autoridades públicas ou agentes de segurança no exercício da função.	Aprovado na CSP em 01/09/2026. Segue para outras comissões e, depois, para

			votação no Plenário.
PL 3.341/2025 (Autoria: Sen. Augusta Brito)	Combate ao assédio no transporte público	Prevê medidas de proteção contra o assédio sexual e outros crimes contra a dignidade sexual praticados em veículos de transporte público.	Aprovado na CSP em 01/09/2026. Segue para tramitação nas demais comissões da Casa.

Além das propostas já aprovadas, Flávio Bolsonaro e seus aliados atuam em outras frentes na CSP para reforçar uma agenda de endurecimento penal que se consubstancie em capital político. Uma delas é o PL 2170/2023, que criminaliza a incitação ou o induzimento à prática de homicídio, lesão corporal e ameaça em locais públicos ou de perigo comum. A relatoria cabia originalmente à senadora Professora Dorinha Seabra, mas Hamilton Mourão, aliado próximo de Flávio, assumiu a função ad hoc durante a sessão e garantiu a aprovação de parecer favorável, na forma de texto substitutivo.

Em paralelo, Flávio Bolsonaro também conduz outras pautas de forte apelo popular e armamentista, como o PL 3272/2024, que busca autorizar o porte de arma de fogo para mulheres amparadas por medida protetiva de urgência. Relator da proposta, o senador apresentou parecer integralmente favorável à autorização. A tramitação, contudo, ainda não foi concluída, pois a sessão terminou após um pedido de vista. Mesmo assim, Flávio mantém o projeto entre suas principais bandeiras de segurança pública em apelo ao eleitorado feminino.

Segurança pública na reta final da disputa presidencial

Na reta final da campanha, no primeiro turno, a segurança pública segue sendo mobilizada a partir de um repertório moralizante sobre o crime. Nesse contexto, os candidatos à Presidência têm investido em narrativas que associam seus adversários ao crime organizado. Flávio, em suas propagandas eleitorais, tem enfatizado a suposta omissão e incompetência do governo federal, personificadas na figura de Lula. Por sua vez, Lula tem explorado as ligações de Flávio com personagens como Adriano da Nóbrega, ex-policial e miliciano morto

em 2020, e Rodrigo Bacellar, ex-deputado e ex-presidente da Alerj que chegou a ser preso sob acusações de envolvimento com o Comando Vermelho.

Embora o governo petista tenha implementado ações concretas no campo da segurança pública, essas iniciativas têm ocupado um espaço secundário na propaganda eleitoral, sem receber grande destaque. Em contraste, Flávio tem conferido maior centralidade ao tema, apresentando sua atuação na Comissão de Segurança Pública como uma credencial que o qualificaria para o exercício da presidência.

De modo geral, ainda que a segurança pública seja mais frequentemente explorada por Flávio do que por Lula, no atual momento das campanhas, ambos os candidatos recorrem ao tema principalmente para direcionar críticas aos adversários, ao mesmo tempo em que priorizam, em suas peças publicitárias, agendas e narrativas de caráter mais positivo sobre suas próprias candidaturas.

Referências

AGÊNCIA SENADO. **Vai à CCJ projeto que libera porte de arma para defensores públicos**. Brasília, 1 set. 2026. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2026/09/01/vai-a-ccj-projeto-que-libera-porte-de-arma-para-defensores-publicos>. Acesso em: 19 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ministério da Justiça e Governo do Rio assinam acordos para retomada de territórios**. Brasília, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias-1/ministerio-da-justica-e-governo-do-rio-assinam-acordos-para-retomada-de-territorios>. Acesso em: 19 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **MJSP e governo do RJ avançam para nova fase de ações integradas nos corredores logísticos**. Brasília, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias-1/mjsp-e-governo-do-rj-avancam-para-nova-fase-de-acoes-integradas-nos-corredores-logisticos>. Acesso em: 19 set. 2026.

BRASIL. Senado Federal. **Parecer ao Projeto de Lei nº 3.341/2025**. Relator: Flávio Bolsonaro. Comissão de Segurança Pública. Brasília: Senado Federal, 2026. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=10308422&ts=1788285291877&rendition_principal=S&disposition=inline. Acesso em: 19 set. 2026.

BRASIL. Senado Federal. **Reunião da Comissão de Segurança Pública (CSP)**. Brasília, 2026. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2429/reuniao/14952>. Acesso em: 19 set. 2026.

CNN BRASIL. **Flávio defende Ministério da Segurança com atuação em estados e municípios**. 2026. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/flavio-defende-ministerio-da-seguranca-com-atuacao-em-estados-e-municipios/>. Acesso em: 19 set. 2026.

CONGRESSO EM FOCO. **Em meio à campanha, Flávio preside Comissão de Segurança no Senado**. Brasília, 2026. Disponível em: <https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/121846/em-meio-a-campanha-flavio-preside-comissao-de-seguranca-no-senado>. Acesso em: 19 set. 2026.

CONGRESSO EM FOCO. **Flávio: "bandido será tirado de circulação em pé ou deitado"**. Brasília, 2026. Disponível em: <https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/121575/flavio--bandido-sera-tirado-de-circulacao-em-pe-ou-deitado>. Acesso em: 19 set. 2026.

FLÁVIO encontra ministro de Bukele em SP, ignora violações em El Salvador e defende mais prisões: "tem pouco preso no Brasil, tinha que ter mais". **G1**, 30 ago. 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2026/noticia/2026/08/30/flavio-encontra-ministro-de-bukele-em-sp-ignora-violacoes-em-el-salvador-e-defende-mais-prisoas-tem-pouco-presos-no-brasil-tinha-que-ter-mais.ghtml>. Acesso em: 19 set. 2026.

LULA e governo do RJ anunciam plano para retomar áreas sob domínio do crime. **UOL Notícias**, 18 set. 2026. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2026/09/18/lula-no-rio.htm>. Acesso em: 19 set. 2026.

LULA endurece discurso contra o crime para avançar em área na qual Flávio Bolsonaro tem vantagem. **O Estado de S. Paulo**, 2026. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/lula-endurece-discurso-contra-o-crime-para-avancar-em-area-na-qual-flavio-bolsonaro-tem-vantagem/>. Acesso em: 19 set. 2026.

Segurança pública na eleição para o governo do estado do rio de janeiro em 2026: propostas, discursos e impactos na corrida eleitoral

Ricardo Ribeiro Baldanza²²

A segurança pública ocupa posição central na política fluminense e, na eleição de 2026, tornou-se um dos principais eixos de diferenciação entre os candidatos ao Governo do Estado. A trajetória recente do Rio de Janeiro ajuda a explicar essa centralidade. Desde a redemocratização, sucessivas administrações alternaram ou combinaram políticas de repressão, policiamento de proximidade, prevenção, controle territorial, inteligência e emprego de tecnologia. Na disputa atual, esse legado reaparece em novas formulações: retomada de territórios, enfrentamento financeiro das organizações criminosas, integração entre polícias, valorização profissional, uso intensivo de dados e permanência do Estado em áreas dominadas por facções e milícias.

Este artigo analisa as propostas de Eduardo Paes (PSD), Douglas Ruas (PL) e Anthony Garotinho (Republicanos), nomes que figuraram nas primeiras posições das pesquisas recentes, e confronta seus discursos de segurança com a evolução das intenções de voto. A hipótese sustentada é que a segurança pública interfere na

²² Doutorando em Ciências Sociais (PPGCS-UFRJ)

corrida eleitoral não apenas porque aparece nas promessas de governo, mas porque organiza a agenda da campanha, orienta a forma como os candidatos procuram se diferenciar e passa a integrar a disputa pela confiança do eleitor. Isso não significa afirmar que uma única fala sobre segurança produza, isoladamente, determinada variação percentual nas pesquisas; significa reconhecer que o tema condiciona estratégias eleitorais e participa da dinâmica competitiva da eleição.

Eduardo Paes: coordenação institucional, inteligência e retomada territorial

Eduardo Paes tem apresentado a segurança como prioridade imediata de uma eventual administração estadual. Em entrevista à CNN Brasil, em 10 de setembro, afirmou que a área seria uma “absoluta prioridade” e defendeu a reorganização da condução política da segurança em uma única Secretaria de Segurança Pública, preservando a autonomia orçamentária e financeira das polícias, mas criando uma instância capaz de coordenar Polícia Militar, Polícia Civil e demais órgãos. Também propôs uma força-tarefa com Coaf, Receita Federal, Ministério Público e Polícia Federal para atingir as estruturas financeiras e políticas ligadas ao crime organizado (CNN BRASIL, 2026a).

A proposta combina gestão e ação territorial. Paes declarou que o Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, seria o primeiro território a ser recuperado por seu governo, caso eleito, defendendo que a retomada seja seguida de presença permanente do Estado (CNN BRASIL, 2026b). O plano de governo registrado na Justiça Eleitoral, conforme sínteses publicadas durante a campanha, também prevê operações permanentes para recuperar áreas controladas por grupos criminosos, combate financeiro a facções e milícias, metas para redução de crimes violentos, ampliação do treinamento policial, uso de câmeras corporais, fortalecimento da Patrulha Maria da Penha, novas vagas no sistema prisional e maior integração das guardas municipais ao sistema estadual.

A agenda de Paes busca, portanto, combinar capacidade coercitiva com planejamento, inteligência financeira, metas e coordenação institucional. Politicamente, esse desenho é relevante porque impede que a pauta da segurança seja monopolizada por candidaturas identificadas com um discurso de maior endurecimento. Mesmo partindo de uma posição de liderança nas pesquisas, Paes passou a detalhar propostas de recuperação territorial e combate ao crime organizado, sinal de que a campanha considera a segurança uma área decisiva para sustentar competitividade eleitoral.

Douglas Ruas: “Rio Seguro”, presença permanente e valorização policial

Douglas Ruas estrutura seu programa em torno da segurança pública. No “Plano do Rio Real 2027–2030”, apresentado à Justiça Eleitoral, a segurança é definida como prioridade central do governo. O documento parte do diagnóstico de perda de controle territorial e propõe restabelecer a autoridade estatal com inteligência, integração entre forças de segurança, valorização dos profissionais, tecnologia e presença permanente. A fórmula política do programa é direta: onde o Estado entrar, deverá permanecer.

O eixo “Rio Seguro” reúne medidas como câmeras de leitura de placas e reconhecimento facial, drones, scanners de carga, operações integradas, fortalecimento das investigações sobre lavagem de dinheiro e empresas de fachada, recuperação de bens do crime e integração de bases de dados da Polícia Militar, Polícia Civil e sistema penitenciário. Também prevê policiamento orientado por manchas criminais, revisão de metas e indicadores, ampliação do efetivo por concursos e convocação de aprovados, além de critérios técnicos para funções de comando. Há ainda propostas específicas para proteção das mulheres, como ampliação das Delegacias de Atendimento à Mulher, Patrulha Maria da Penha e monitoramento de medidas protetivas (PLANO DO RIO REAL, 2026).

Nas entrevistas de campanha, Ruas reforçou a recuperação de territórios como objetivo central. Em sabatina da CNN, afirmou que pretende concentrar esforços em áreas sob domínio do crime organizado. Sobre câmeras corporais, declarou que decisões judiciais devem ser cumpridas e que agentes que interferirem no funcionamento dos equipamentos devem ser punidos, embora tenha criticado seu uso como instrumento de perseguição aos policiais (CNN BRASIL, 2026c; 2026d). Sua candidatura procura associar segurança a autoridade, respaldo ao trabalho policial, tecnologia e inteligência, formando uma identidade programática muito clara em torno do tema.

Essa centralidade ajuda a compreender por que a segurança possui relevância especial na trajetória eleitoral de Ruas. O candidato não apresenta a área como um capítulo entre diversos outros, mas como condição para desenvolvimento econômico, funcionamento dos serviços públicos e liberdade cotidiana. Assim, sua imagem eleitoral é construída de forma fortemente vinculada ao enfrentamento da criminalidade e à retomada da presença estatal, o que torna a segurança uma das principais chaves para interpretar seu crescimento durante a campanha.

Anthony Garotinho: “Bope 2.0” e ocupação prolongada

Anthony Garotinho também colocou a segurança entre os principais temas de sua candidatura. Sua proposta de maior repercussão foi a criação do chamado “Bope 2.0”, força que, segundo o candidato, teria cerca de cinco mil policiais e atuaria de forma permanente em territórios dominados por organizações criminosas. Em entrevista à CNN Brasil, em 9 de setembro, Garotinho afirmou que o modelo buscaria substituir operações pontuais, nas quais as forças entram e deixam as comunidades pouco tempo depois, por uma ocupação prolongada. A Polícia Civil teria papel relevante na produção de inteligência para localizar armas, drogas e alvos procurados (CNN BRASIL, 2026e).

A campanha também divulgou o programa “Quero o Meu Rio de Volta”, combinando atuação do Bope e da Polícia Civil, apoio de forças federais no cerco às áreas e projetos sociais. A proposta, portanto, procura articular ocupação territorial, investigação e permanência do Estado. Esse posicionamento chama atenção quando comparado ao primeiro governo de Garotinho, entre 1999 e 2002, período em que foi implantado o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE), associado a uma lógica de policiamento de proximidade. Em 2026, embora a ideia de presença permanente continue presente, o discurso ganhou maior ênfase no emprego de forças especializadas e no enfrentamento direto de facções e milícias.

A candidatura, porém, passou a conviver com uma variável adicional. Em 11 de setembro, o TRE-RJ indeferiu, por unanimidade, o registro de Garotinho por ausência de condição de elegibilidade e configuração de causa de inelegibilidade, decisão da qual cabe recurso ao TSE (TRE-RJ, 2026). A controvérsia jurídica interfere na leitura de seu desempenho eleitoral, mas não elimina a importância programática de sua candidatura: a própria escolha de uma proposta de forte visibilidade na área de segurança confirma que o tema funciona como instrumento de posicionamento e diferenciação na disputa pelo governo estadual.

Evolução das pesquisas e a segurança como eixo da competição eleitoral

A evolução das pesquisas revela dois movimentos simultâneos: a manutenção de Eduardo Paes na liderança e o crescimento de Douglas Ruas. Na Quaest divulgada em 27 de julho, Paes aparecia com 38% das intenções de voto, enquanto Ruas e Garotinho tinham 10% cada. Em 25 de agosto, Paes registrou 37%, Ruas avançou para 14% e Garotinho caiu para 7%. Na rodada divulgada em 8 de setembro, Paes

chegou a 39%, Ruas a 18% e Garotinho a 8%. Dentro da mesma série, portanto, Ruas avançou oito pontos em aproximadamente seis semanas, enquanto Paes permaneceu em patamar relativamente estável (CNN BRASIL, 2026f; UOL, 2026; CNN BRASIL, 2026g).

Levantamento	Eduardo Paes	Douglas Ruas	Anthony Garotinho
Quaest – 27/07	38%	10%	10%
Datafolha – 21/08	41%	19%	9%
Quaest – 25/08	37%	14%	7%
Quaest – 08/09	39%	18%	8%
Datafolha – 11/09	43%	25%	10%

Tabela 1 – Evolução recente das intenções de voto. Fontes: Quaest e Datafolha.

O Datafolha permite observar a mesma direção geral, embora não deva ser comparado mecanicamente com a Quaest por utilizar metodologia e datas de campo próprias. Em 21 de agosto, Paes tinha 41%, Ruas 19% e Garotinho 9%. Em 11 de setembro, Paes registrou 43%, Ruas 25% e Garotinho 10%. A distância entre Paes e Ruas caiu de 22 para 18 pontos no intervalo entre as duas rodadas. O instituto também registrou crescimento de Ruas entre eleitores bolsonaristas, de 33% para 48%, enquanto Paes ampliou seu apoio entre petistas, de 59% para 65% (FOLHA DE S.PAULO, 2026a; 2026b). Esses dados mostram que fatores ideológicos e partidários também interferem no movimento das pesquisas.

Ainda assim, a segurança pública participa diretamente da estruturação dessa competição. Os três candidatos analisados passaram a apresentar propostas de retomada territorial, enfrentamento de facções e milícias e fortalecimento da capacidade estatal. Paes aprofundou seu discurso sobre unificação da gestão e inteligência financeira; Ruas transformou o “Rio Seguro” no eixo inicial e prioritário de seu plano; Garotinho lançou o “Bope 2.0” como proposta de grande visibilidade. Quando candidaturas com trajetórias e bases políticas distintas convergem na necessidade de oferecer respostas específicas para o mesmo problema, isso revela que o tema possui valor eleitoral e condiciona a forma como os concorrentes se posicionam.

No caso de Ruas, há ainda uma associação temporal relevante: seu crescimento ocorreu no período em que sua candidatura ganhou exposição e

intensificou uma mensagem centrada em ordem, retomada territorial, valorização policial e permanência do Estado. Essa coincidência não autoriza afirmar que a segurança, isoladamente, produziu cada ponto percentual de crescimento. Entretanto, permite sustentar que o tema integra a explicação política do avanço do candidato, especialmente porque sua identidade programática está fortemente vinculada a ele. Da mesma maneira, o movimento de Paes de detalhar propostas de segurança pode ser compreendido como resposta competitiva à importância que a área adquiriu na campanha.

A influência da segurança sobre a corrida eleitoral, portanto, não deve ser medida apenas perguntando se uma proposta específica transferiu votos de um candidato para outro. Ela se manifesta também na agenda: os concorrentes selecionam o tema para propaganda, entrevistas e debates; elaboram propostas destinadas a demonstrar autoridade e capacidade de gestão; e procuram ocupar diferentes posições dentro de uma mesma preocupação social. A segurança pública interfere na eleição precisamente porque ajuda a definir o terreno em que os candidatos competem.

Considerações finais

A disputa pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em 2026 evidencia que a segurança pública deixou de ser apenas uma política setorial para assumir função estruturante na competição eleitoral. Eduardo Paes, Douglas Ruas e Anthony Garotinho apresentam respostas diferentes, mas todos tratam a recuperação de territórios, o enfrentamento das organizações criminosas e o fortalecimento da capacidade estatal como questões centrais. Paes enfatiza coordenação institucional, inteligência financeira e metas; Ruas apresenta um programa organizado em torno da segurança, com tecnologia, valorização policial e presença permanente; Garotinho propõe uma força especializada para ocupação prolongada, articulada à inteligência da Polícia Civil.

As propostas também mostram que o antigo movimento pendular entre repressão e prevenção se tornou mais complexo. Mesmo as agendas de maior endurecimento incorporam atualmente tecnologia, integração, inteligência, gestão por indicadores e ações de proteção social. A disputa já não se resume a escolher entre reprimir ou prevenir, mas envolve diferentes modelos para recuperar territórios, reduzir o financiamento das organizações criminosas, aumentar a capacidade investigativa e tornar permanente a presença do Estado.

As pesquisas reforçam a relevância eleitoral dessa agenda. Paes mantém a liderança, enquanto Ruas apresentou crescimento consistente tanto na série Quaest quanto no Datafolha. Outros fatores — como alinhamentos partidários, polarização nacional, exposição de campanha e, no caso de Garotinho, sua situação jurídica — também influenciam o comportamento do eleitor. Ainda assim, o fato de os principais concorrentes concentrarem parte significativa de seus programas e discursos na segurança demonstra que o tema interfere efetivamente na corrida eleitoral. Sua influência aparece na definição das prioridades da campanha, na construção da identidade dos candidatos e na disputa por credibilidade diante de um eleitorado para o qual violência, controle territorial e capacidade de atuação do Estado permanecem questões decisivas.

REFERÊNCIAS

- CNN BRASIL. À CNN, Paes fala em unificar segurança e em recuperação da SuperVia. 10 set. 2026. <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/cnn-entrevista-eduardo-paes-candidato-ao-governo-do-rj-assista/>.
- CNN BRASIL. Complexo do Salgueiro será o primeiro a ser retomado, diz Paes à CNN. 10 set. 2026. <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/complexo-do-salgueiro-sera-o-primeiro-a-ser-retomado-diz-paes-a-cnn/>.
- CNN BRASIL. Quem é Eduardo Paes, candidato ao governo do Rio de Janeiro. 14 set. 2026. <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/quem-e-eduardo-paes-candidato-ao-governo-do-rio-de-janeiro/>.
- CNN BRASIL. À CNN, Ruas cita relação “institucional” com Castro e territórios retomados. 8 set. 2026. <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/a-cnn-ruas-cita-relacao-institucional-com-castro-e-territorios-retomados/>.
- CNN BRASIL. Câmeras em policiais não podem ser “caça às bruxas”, diz Douglas Ruas à CNN. 8 set. 2026. <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/cameras-em-policiais-nao-podem-ser-caca-as-bruxas-diz-douglas-ruas-a-cnn/>.
- CNN BRASIL. À CNN, Garotinho propõe “Bope 2.0” com 5 mil policiais em comunidades. 9 set. 2026. <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/a-cnn-garotinho-propoe-bope-2-0-com-5-mil-policiais-em-comunidades/>.
- CNN BRASIL. Quaest: Paes lidera todos os cenários de 1º e 2º turno ao governo do RJ. 27 jul. 2026. <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/quaest-paes-lidera-todos-os-cenarios-de-1o-e-2o-turno-ao-governo-do-rj/>.
- UOL. Quaest RJ: Eduardo Paes tem 23 pontos à frente de Douglas Ruas. 25 ago. 2026. <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2026/08/25/quaest-rj-agosto.ghtm>.
- CNN BRASIL. Quaest: Paes lidera cenários de 1º e 2º turnos ao governo do Rio. 8 set. 2026. <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/quaest-paes-lidera-cenarios-de-1o-e-2o-turnos-ao-governo-do-rio/>.

As concepções de Estado nos planos de governo de Lula e de Flávio Bolsonaro

Rodrigo Wrencher Cosenza²³

As eleições de 2026, representadas nesse texto pelas campanhas de Luiz Inácio Lula da Silva e de Flávio Naves Bolsonaro, colocam em confronto duas concepções antagônicas sobre o papel, o tamanho e a forma de atuação do Estado brasileiro. De um lado, o plano intitulado "Diretrizes para o Programa de Transformação do Brasil", associado ao presidente Lula. De outro, o documento "Diretrizes Plano de Governo 2027-2030", associado ao senador Flávio Bolsonaro.

A comparação dos textos revela diferenças sensíveis em três dimensões: concepção de Estado, gestão da administração pública e oferta de serviços públicos.

A análise dos programas de governo, centrada nessas dimensões, pretende entender a disputa eleitoral para além das disputas palacianas, mas a disputa do Estado brasileiro e a quais classes e franjas sociais cada programa apresenta e busca atender.

²³ Doutorando em Ciências Sociais pela UFRRJ, Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ, licenciado em História pela UVA.

A concepção de Estado: indutor versus subsidiário

O plano de governo de Lula se estrutura em torno da ideia do que pode ser entendido como um Estado Indutor, Planejador e de algum resgate da ideia de Bem-Estar Social. Nesse modelo, o Estado não é apenas regulador, mas agente ativo do desenvolvimento. O texto defende a ampliação da capacidade de planejamento estratégico e de investimento público para impulsionar três frentes: infraestrutura, reindustrialização, por meio da política Nova Indústria Brasil, e transição ecológica.

Para isso, propõe o uso do poder de compra governamental e o fortalecimento de instrumentos como empresas estatais estratégicas, citando a Petrobras, e bancos públicos, como indutores de crescimento tecnológico e industrial. Essa visão econômica está vinculada a uma visão social: o Estado como sustentáculo do bem-estar, responsável por universalizar direitos fundamentais gratuitos como SUS, educação pública, moradia e assistência social, e por combater desigualdades estruturais de renda, raça e gênero.

O documento também propõe um modelo de soberania multidimensional, que engloba soberania alimentar, energética, digital, industrial, científica e geopolítica, e defende a democratização do orçamento público por meio de canais de participação social como o Planejamento Plurianual (PPA) participativo e conselhos setoriais. Há uma tomada de posição, já no começo do plano, que situa a proposta de Lula num polo oposto ao de Flávio quando diz que "Nossa tarefa é derrotar o projeto liberal-conservador para seguir construindo um Brasil popular, democrático, soberano e justo." (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2026, p.7)

O plano de governo de Flávio Bolsonaro parte da premissa de um Estado liberal, conservador, eficiente e subsidiário. O próprio texto se autodefine como uma "alternativa liberal, conservadora, reformista e corajosa" (PARTIDO LIBERAL, 2026, p.12), estruturada em torno de uma defesa da liberdade, da família, da propriedade privada, dos valores cristãos e do livre mercado. Vale destacar que ele se apresenta abertamente como reformista, ou seja, com o claro intento de mudança mais profunda do Estado.

No modelo defendido por Bolsonaro, o Estado deve se concentrar em suas funções essenciais e "parar de atrapalhar quem trabalha" (PARTIDO LIBERAL,

2026, p.12). A função social é descrita pela fórmula "da proteção à autonomia" (PARTIDO LIBERAL, 2026, p.42). Os programas sociais são concebidos não como política permanente, mas como ponte temporária para a superação da pobreza por meio do trabalho, do crédito e da conquista de patrimônio. O objetivo declarado é reduzir a dependência estatal.

No campo econômico a pretensão é do Estado deixar de atuar como empresário para atuar como regulador e coordenador. O plano prioriza parcerias público-privadas, concessões, desregulamentação e privatizações definidas em um Programa Nacional de Desestatização. Essa diretriz é sintetizada no lema "Mais Brasil e menos Brasília", que propõe descentralização, fortalecimento da autonomia municipal e revisão do pacto federativo. Outro ponto central é o enxugamento da máquina, com a proposta de um "Tesourazo" nos gastos, corte de no mínimo 10 ministérios e redução de cargos comissionados, combinado com rigor fiscal e foco da atuação estatal na segurança pública ostensiva e na aplicação da lei.

Administração pública e gestão: valorização do funcionalismo versus corte e profissionalização técnica

As diferenças de concepção se traduzem em modelos distintos da administração pública. O plano de Lula associa modernização à valorização do servidor público, com reestruturação de carreiras e reabertura da Mesa Nacional de Negociação Permanente com os servidores.

Na dimensão de controle, propõe fortalecer órgãos de controle e o Plano de Integridade e Combate à Corrupção, com evolução do Portal da Transparência com uso de inteligência artificial. Os dados públicos são tratados como ativos estratégicos sob soberania nacional, na proposta de uma Base de Dados do Brasil. Para ganho de eficiência, aposta no compartilhamento de serviços de suporte entre ministérios nas áreas de gestão de pessoas, orçamento e contratações.

O plano de Flávio Bolsonaro propõe uma agenda de corte e de blindagem técnica. Além do Tesourazo e da Reforma Administrativa, prevê a eliminação de penduricalhos e supersalários. Para estatais, agências reguladoras e fundos de pensão, defende nomeação estritamente técnica por critérios de mercado, com fortalecimento da Lei das Estatais e fim de indicações políticas.

Na desburocratização, propõe um amplo "revogaço regulatório" (PARTIDO LIBERAL, 2026, p.27) para eliminar o que entende como normas obsoletas e defende uma agenda de reformas políticas e judiciárias.

A oferta de serviços públicos: universalização direta versus digitalização e vouchers

No terceiro eixo, o contraste aparece na forma de como realizar a entrega de serviços públicos ao cidadão. O plano de Lula trata SUS, educação pública, SUAS e segurança pública como direitos universais gratuitos e deveres inalienáveis do Estado. A estratégia de modernização passa pela universalização de serviços digitais na plataforma <http://Gov.br>, mas vinculada a uma Política Nacional de Letramento Digital e à criação de um Conselho Nacional pela Soberania Digital, para evitar exclusão digital.

A gestão é pensada na lógica da cooperação federativa entre União, estados e municípios para reduzir desigualdades regionais na oferta de serviços e garantir direitos. O plano de Flávio Bolsonaro tem como meta a digitalização de 100% dos serviços federais no modelo digital by design, com identidade digital única no <http://Gov.br> e objetivo de eliminar filas em serviços como INSS, cartórios e postos de saúde. A inovação viria, segundo o plano, do uso intensivo de inteligência artificial e assistentes virtuais, como a assistente ClarIA, para antecipar demandas e direcionar benefícios.

Para ampliar a oferta, propõe complementar a rede pública com a contratação de consultas e exames na rede privada em horários ociosos e a utilização de vouchers quando não houver vagas na rede pública, com menção a voucher-creche e voucher educacional, ou seja, repasse do fundo público para que entes privados realizem os serviços.

Conclusão

Em síntese, os planos de governo oferecem ao eleitor duas respostas diferentes à mesma pergunta: o que o Estado deve fazer. A proposta associada a Lula amplia a área de ação do Estado como planejador, investidor e garantidor direto de direitos universais, usando estatais, bancos públicos, empresas públicas e participação social como ferramentas centrais.

A proposta associada a Flávio Bolsonaro reduz o perímetro direto do Estado, concentrando-o em segurança e regulação, transferindo para o mercado, via concessões e privatizações, e para os municípios a execução de políticas, e redesenhando programas sociais como instrumentos transitórios para dar condições de autonomia.

A escolha se dá entre a proposta de um Estado indutor e que busca uma espécie de bem-estar social e um Estado subsidiário, enxuto e descentralizado. Assim se constitui o eixo central do debate programático para 2026 e coloca a questão da polarização também nos projetos distintos para o Brasil.

Referências

PARTIDO LIBERAL. Diretrizes Plano de Governo Flávio Bolsonaro 2027-2030: versão final. Brasília: PL, 2026.

PT; PSB; PV; PCdoB; PDT; PSOL; REDE. Diretrizes para o programa de transformação do Brasil: um país soberano, democrático, desenvolvido, sustentável e criativo. Brasília, DF: PT, 2026. E-book em PDF.

Mais polícia, menos prevenção: a violência contra a mulher nas sabatinas presidenciais

Samara Ruzza Som Luciano²⁴

As sabatinas eleitorais são momentos relevantes de observação das estratégias discursivas mobilizadas por candidaturas presidenciais, especialmente quando temas socialmente sensíveis passam a ocupar posição central na agenda pública. No contexto recente, a violência contra a mulher e o feminicídio emergem como pautas de forte apelo eleitoral, também pela capacidade de correlacionar disputas mais amplas em torno de segurança pública e direitos das mulheres, bem como das políticas de prevenção e do reconhecimento das desigualdades de gênero como dimensão estruturante da vida social.

Este boletim, portanto, tem as sabatinas dos presidencialistas como objeto de análise e discute os sentidos políticos atribuídos à violência contra a mulher no debate eleitoral. Ao observar as respostas de candidatos questionados diretamente sobre o tema, busca-se investigar como a pauta tem sido mobilizada.

²⁴ Formada em Administração Pública, Mestra em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas e Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Vê-se que no debate, existem promessas voltadas para a eficiência estatal, a expansão de mecanismos de controle da violência, mas no geral, não existem propostas preventivas capazes de enfrentar as bases estruturais da desigualdade de gênero. Nesse sentido, a hipótese que norteia este boletim é de que a incorporação da pauta da violência contra a mulher nas eleições de 2026 revela a popularização da agenda e sua captura por enquadramentos atrelados à segurança pública.

As sabatinas dos presidencialíveis: entre drones e gafes

Durante as sabatinas realizadas pela Rede Globo por meio do Jornal Nacional, na última semana do mês de agosto, a temática da violência contra a mulher foi tema de perguntas em quase todas as entrevistas.

Na primeira oportunidade de comparação de falas de todos os candidatos mais bem posicionados - considerando que nos últimos debates promovidos pela televisão aberta -, os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e Flávio Bolsonaro optaram pela ausência.

Nesta oportunidade, as entrevistas dos candidatos Romeu Zema (NOVO) Augusto Cury (AVANTE) e Renan Santos (Missão) foram os únicos a serem sabatinados de forma direta acerca da temática. Houve repercussão midiática negativa do candidato Romeu Zema ao responder à pergunta sobre o combate ao feminicídio onde ele afirmou “Possuo diversos programas contra as mulheres”, trecho que se tornou viral de forma rápida, abrindo precedente para a constatação de que de fato a temática é popular. Ainda, o candidato reforçou o investimento em Delegacias Especializadas e Centros de Referência (G1, 2026).

Outra resposta que obteve uma forte repercussão midiática foi a de Augusto Cury, que propôs a utilização de aplicativos de georreferenciamento e drones que atuariam junto com as forças policiais (UOL, 2026).

Já o candidato Renan Santos, foi questionado sobre a baixa representatividade feminina no seu partido e defendeu que seria atribuição das polícias estaduais o combate à violência contra a mulher e ao feminicídio, e que o papel do governo federal, caso fosse eleito, seria estabelecer um programa de metas para a mensuração da efetividade no combate dos casos (G1, 2026).

Os três candidatos responderam perguntas sobre o aumento da incidência do feminicídio e propostas de enfrentamento a violência contra a mulher, dentre os três há um aspecto em comum: a priorização de ações reativas e com apoio das forças policiais no combate ao problema.

Tal fato corrobora com a premissa já apresentada no boletim anterior: a percepção política e ideológica do eleitorado feminino é majoritariamente centrada em uma espécie de tutela acerca da sua cidadania, reproduzindo padrões de desigualdade de gênero estruturais.

As limitações quanto à promoção de medidas preventivas com relação à violência contra a mulher, são, na verdade, um reflexo de uma política formada primordialmente a partir de uma perspectiva androcêntrica, que atua como principal filtro de formulação de soluções. Isto é, o debate feminista sobre violência de gênero como perde força no âmbito político-eleitoral na medida em que este momento expõe as dinâmicas de hierarquia social.

Reafirmando essa hipótese, o candidato Flávio Bolsonaro (PL) tem como proposta de governo a redução de maioria penal e a castração química para acusados de violência sexual e aumento de pena para casos de feminicídios. Seguindo o tom punitivista dos outros candidatos, porém importante destacar a ênfase em métodos mais violentos de suposto combate ao problema (ESTADÃO, 2026).

Nestes discursos, se nota que o que há de comum nas proposições é o endurecimento penal em casos de violência de gênero. Desta forma o debate conservador acerca da segurança pública possui semelhanças: a começar pelo estabelecimento de uma determinada lógica de enfrentamento ao crime. Constitui um processo de diferenciação por meio da oposição política e, ao fim último, de desumanização de um indivíduo que comete um crime, corroborando a ideia de que nestes casos medidas extremas de punição seriam viáveis, uma vez que o criminoso seria um elemento irrecuperável.

Medidas punitivistas para o enfrentamento da violência contra a mulher evidenciam uma intersecção entre o apelo eleitoral da temática com o debate acerca da segurança pública. Nos estudos da criminologia feminista já consideram esse discurso atrelado à total confiança nos sistemas penais e

judiciário como prejudiciais a um projeto emancipatório no que concerne à cidadania feminista.

Diversas autoras consideram que o sistema penal muitas vezes acaba por 'revitimizar' e reproduzir desigualdades, em vezes apropriando-se de discursos patriarcais e punitivistas como a única solução viável politicamente (MENDES, 2014, 2024; CAMPOS, 2011). Esta intersecção promovida por um ideal político-ideológico majoritariamente ligado ao conservadorismo, posiciona o antifeminismo como principal tática de distinção do atual governo do presidente Lula.

Conclusão

As sabatinas evidenciam que a violência contra a mulher tem sido mobilizada eleitoralmente sobretudo a partir de respostas punitivistas, centradas na repressão e na atuação policial, em detrimento de uma abordagem estrutural e preventiva. A ausência de propostas voltadas à transformação das desigualdades de gênero reforça a permanência de uma lógica política que reconhece o problema, mas ainda encontra soluções para além dos marcos tradicionais da segurança pública, além de se afastar de uma epistemologia feminista da violência de gênero.

A análise das entrevistas realizadas no Jornal Nacional permite identificar como diferentes candidaturas incorporam essa pauta a seus repertórios políticos, frequentemente associando o enfrentamento da violência de gênero a respostas de caráter repressivo, policialesco e tecnocrático.

Ainda que o reconhecimento público do problema representa um deslocamento importante em relação à invisibilização histórica da violência contra mulheres, a centralidade atribuída a soluções imediatistas evidencia os limites de uma formulação política que tende a tratar a violência como questão de "polícia" e não como expressão de relações sociais atravessadas por hierarquias de gênero, poder e cidadania.

Dessa forma, compreender a violência contra a mulher exclusivamente pela chave da segurança pública significa restringir um fenômeno social complexo aos limites da repressão estatal e da punição individualizada. Embora políticas de proteção, investigação e responsabilização sejam indispensáveis, elas não

substituem a necessidade de enfrentar as condições estruturais que sustentam a violência de gênero, como a desigualdade no acesso à cidadania, a naturalização da tutela sobre os corpos femininos e a permanência de hierarquias patriarcais nas instituições.

Por fim, ao deslocar o debate para soluções predominantemente policiais, as candidaturas analisadas reforçam uma gramática de algumas divergências no âmbito do debate acerca da justiça penal, mas pouco avança na construção de políticas preventivas, emancipadoras e orientadas por uma perspectiva feminista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, Carmen Hein de (org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. [1, 2]

ESTADÃO CONTEÚDO. **Flávio Bolsonaro: Queremos reduzir maioria de agressores de mulheres**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2026/08/01/flavio-bolsonaro-queremos-reduzir-maioridade-de-agressores-de-mulheres.htm>>. Acesso em: 13 set.. 2026.

G1. **Eleições 2026 - Renan Santos responde a pergunta sobre feminicídio**. YouTube, , 26 ago. 2026. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=txMR01df-To>>. Acesso em: 13 set.. 2026

G1. **Eleições 2026 - Romeu Zema responde a pergunta sobre violência contra as mulheres**. YouTube, , 24 ago. 2026. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=h16kBpc5NDc>>. Acesso em: 13 set.. 2026

MENDES, Soraia da Rosa. **Criminologia feminista: novos paradigmas**. São Paulo: Saraiva, 2014. 323 p. ((Série IDP: pesquisa acadêmica))

MENDES, Soraia da Rosa. **Lawfare de gênero: violência processual, violência institucional e violência política contra as mulheres**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. 184 p.

UOL. **Augusto Cury na Globo: candidato propõe app e drones para combater violência contra mulheres**. YouTube, , 29 ago. 2026. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1juTDQtQ3iw>>. Acesso em: 13 set.. 2026

O caminho até a campanha

Igor de Carvalho Soares Magalhães²⁵

Enquanto presidente em exercício, Lula encarou o tema sempre sem esconder de qual lado estaria. Quando o Projeto de Lei Antifacção fora proposto em 2025, o chefe do Executivo e a base governista fora amplamente contra, entendendo o que significaria a alteração legislativa. A medida ganhou fôlego nas discussões políticas nacionais, tracionando figuras da direita e extrema direita nacionais. Entretanto, as Casas Parlamentares descartaram quaisquer alterações promovidas pelo projeto de lei, no sentido de reclassificar as facções criminosas. Embora muito do Projeto tenha sido aproveitado no texto final, a classificação permanecer intacta foi vista como vitória do Governo no legislativo, e uma derrota substancial da oposição.

Em alguma escala, motivado pelas interferências dos partidários do ex-presidente Bolsonaro (que ainda não havia definido seu sucessor político oficial para as disputas de 2026, o presidente americano Donald Trump, ao lado de seu secretário Marco Rubio, decidiu por iniciar um movimento institucional para classificar o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital como facções criminosas terroristas, o que implicaria num poder amplo de intervenção americana, não somente frente as atividades financeiras dos grupos, mas implicando numa possível intervenção de segurança em solo brasileiro.

²⁵ Mestrando em Ciências Sociais (PPGCS-UFRRJ)

Antes de iniciar a campanha oficialmente, Lula já havia se manifestado amplamente contra qualquer medida intervencionista partindo do lado americano do globo, inflamando seu discurso com os ditames da soberania nacional e da autonomia e autossuficiência para combater o crime organizado em solo nacional, argumentando que não havia interesse genuíno do governo americano em combater o crime organizado. Os apoiadores do presidente brasileiro também ensejaram seu discurso, aduzindo que qualquer interesse americano era subterfúgio para uma investida contra os recursos brasileiros, de forma desleal e predatória.

Lula na campanha atual

No dia 18 de setembro de 2026, Lula esteve em evento no Rio de Janeiro, falando sobre segurança pública e ações integradas de segurança. Ao comentar o tema, Lula reafirma a posição de campanha não alinhada com a classificação das facções criminosas como organizações terroristas, e comentou o viés político e econômico que tal classificação possui e como os Estados Unidos lucram com tal classificação. O candidato a reeleição foi muito enfático ao exemplificar o que seria considerado terrorismo (salientando, na percepção do autor, a posição constitucional que já classifica os atos via Lei Antiterrorismo), citando o ato golpista do 8 de Janeiro e suas condenações por abolição violenta do estado democrático de direito.

"Nós precisamos ganhar do crime organizado. E eu não aceito a ideia de que as facções bandidas são terroristas, como diz o [Donald] Trump. Quando o Trump fala em terrorismo, ele fala em terrorismo de Estado, ele não fala da luta e da briga pelo poder. Quem fazia isso? **O Bolsonaro tentando dar o golpe no 8 de Janeiro. Isso é terrorismo, pensando em matar Lula, Alckmin e até o Alexandre de Moraes.** Isso é terrorismo de Estado".

Ainda, Lula citou os interesses práticos e econômicos que o governo americano teria:

"O petróleo [da Margem Equatorial] parece que é de melhor qualidade. Então, nós temos que tomar conta disso [...], porque o Trump está aí atrás de minerais críticos, petróleo, terras raras. Não! Isso daqui é nosso. Como vamos controlar 18 mil quilômetros de fronteira sem investimento?"

O ponto sensível quanto a questão do controle da cadeia produtiva e extrativa de terras raras está sendo amplamente debatido, com a posição governista sendo favorável ao controle estatal dos recursos, opondo-se ao interesse americano de controlar a parte industrializada da cadeia produtiva que agrega valor ao produto final.

As posições governistas sempre foram bem claras quanto ao tema, não sofrendo mutabilidade durante o período de aproximação do processo eleitoral. O princípio argumentativo que defende a não classificação é um dos motes da campanha de reeleição do presidente Lula, defendendo a soberania do Estado brasileiro frente a pressões internacionais e intervencionistas, sobretudo as pressões que utilizam assuntos de segurança como pretexto para a entrada de agentes estrangeiros, civis ou militares, que tomam proveito da fragilização da estrutura social e pública para proveito financeiro, cenário amplamente repetido desde a Guerra Fria e seu fim, sendo sucedido pela Guerra ao Terror.

A toada da oposição

Como é a oposição da ala direita/extrema-direita quem puxou o tema para o holofote nacional, os discursos e campanhas nesse sentido tem sido na direção contrário ao candidato governista, defendendo uma forte intervenção externa sob a tutela do discurso do enfrentamento das facções criminosas nacionais, aumentando a verbalização da política denominada "Guerra as Drogas".

O candidato Flávio Bolsonaro frequentemente ataca Lula por sua posição, fazendo ilações de possíveis alianças e leniências ao crime organizado. Tais falas, o posicionamento de campanha e a estrutura argumentativa do candidato, são veementemente contra todo o posicionamento do presidente Lula, ignorando completamente quaisquer outros candidatos e posicionamentos legislativos nacionais, apostando numa conexão internacional e alinhamento de interesses com os de Donald Trump.

Flávio, em seus discursos, recorrentemente faz ilações de que Lula seria "pai e mãe" das facções criminosas brasileiras, que estaria mancomunado com elas e de que seria beneficiário eleitoral das zonas controladas por tais organizações. A proposta de Flávio é pela classificação terrorista das facções,

insistindo num combate ostensivo e belicoso, territorial, contra a atividade criminosa, bem como a leniência quanto a atividade de segurança estrangeira frente ao poderio das organizações. Não somente do ponto de vista organizacional, com o rastreio financeiro das rotas comerciais ilegais, mas bem como a esperança de uma intervenção mais direta e conjunta no combate à atividade criminosa.

A oposição, de forma geral, se demonstra amplamente contra qualquer posição governista, mas é na figura de Flávio que o discurso se alinha com políticas factíveis e realizáveis, abarcando a conjuntura da política internacional. Embora os discursos de segurança pública de outros candidatos insinuem uma combatividade ostensiva e violenta da mancha criminal, os planos e propostas de governo tem pouca aplicabilidade diante da atuação do executivo nacional, independente de disputas e reformas legislativas e constitucionais.

Referência

G1. **Lula diz não aceitar classificação de facções como terroristas: 'Terrorismo foi o 8 de Janeiro'**. Brasília, 18 set. 2026. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2026/noticia/2026/09/18/lula-diz-nao-aceitar-classificacao-de-faccoes-como-terroristas-terrorismo-foi-o-8-de-janeiro.ghtml>

Agenda ambiental nas eleições de 2026: entre urgência da crise climática e a participação silenciosa da pauta nas disputas eleitorais

Letícia Nunes Berto²⁶

A análise parte da hipótese de que a pauta ambiental ganhou espaço na política brasileira, mas também mudou de significado ao longo do tempo, por diferentes tipos de apropriação da pauta. O meio ambiente já não aparece somente como uma agenda ligada à preservação de florestas ou à atuação de grupos ambientalistas. Em diferentes disputas eleitorais, o tema é associado a desenvolvimento econômico, produção agropecuária, infraestrutura, energia, adaptação às mudanças climáticas, gestão de recursos naturais e direitos territoriais.

Nos programas analisados, a agenda ambiental aparece associada à conservação e à redução das emissões, mas também à competitividade econômica, à segurança energética, à infraestrutura, à mineração, ao agronegócio e à gestão de riscos. Entre povos indígenas e quilombolas, o tema aparece principalmente relacionado à proteção dos territórios, aos direitos coletivos e à participação nas decisões sobre o uso dos recursos naturais. Os dados reunidos até setembro confirmam parte importante da hipótese. A pauta ambiental está presente em diferentes campos políticos e em diferentes níveis da

²⁶ Graduanda em Ciências Sociais (UFRJ)

disputa eleitoral, mas sua incorporação ocorre de formas bastante desiguais. Na campanha presidencial, o tema tem pouco espaço e, em alguns programas, praticamente desaparece. Nos estados, nas disputas legislativas e entre candidaturas de povos tradicionais, ele aparece ligado a problemas mais concretos e diretamente relacionados ao território.

Este boletim acompanha a presença da agenda ambiental nas eleições de 2026 e dá continuidade ao levantamento realizado no boletim anterior, que identificou a ampliação da pauta ambiental nas eleições brasileiras entre 2010 e 2022. Nesta etapa, o objetivo é observar como os atores políticos estão incorporando o tema às suas propostas e quais sentidos atribuem a ele.

Foram analisados os planos disponíveis no DivulgaCandContas, estudos do Observatório do Clima e da Política por Inteiro, movimentações do Congresso e do Executivo e reportagens da Agência Brasil, Agência Câmara, RFI e UOL. Também foi considerada a pesquisa realizada pelo Instituto Ipsos a pedido do Observatório do Clima sobre a percepção dos brasileiros em relação às mudanças climáticas.

O primeiro dado que ajuda a entender o cenário eleitoral é a distância entre a preocupação da população e o espaço que o tema ocupa na campanha. A pesquisa Ipsos mostra que 91% dos entrevistados consideram importante que os candidatos apresentem propostas para enfrentar as mudanças climáticas. Para 62%, o tema é muito importante. Ao mesmo tempo, quando os entrevistados apontam os principais problemas do país, as mudanças climáticas aparecem em nono lugar, com 19% das menções. Segurança pública, custo de vida, violência contra as mulheres e saúde pública aparecem à frente. Essa diferença ajuda a explicar a posição da agenda ambiental na eleição presidencial. Existe demanda social por propostas, mas o tema disputa espaço com problemas percebidos como mais imediatos. Por isso, as campanhas podem reconhecer a importância do clima sem transformá-lo em uma das principais bandeiras da disputa nacional.

A forma como os candidatos tratam o assunto também varia bastante. Alguns incorporam o clima a uma estratégia ampla de desenvolvimento e transição econômica. Outros tratam principalmente dos efeitos dos eventos

extremos, da infraestrutura e da defesa civil. Há ainda programas que relacionam meio ambiente a produção, competitividade, mineração e energia. Em outros casos, a questão climática sequer aparece de maneira significativa.

Os planos de governo dos principais candidatos à Presidência mostram que a disputa ambiental começa pela própria definição do problema. O PT e o PSD apresentam as formulações mais transversais entre os seis programas analisados. No caso de Lula, a agenda climática está ligada à nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NCDs), à redução do desmatamento, à transição energética e à articulação entre governo, setor privado e sociedade civil. Caiado relaciona clima à resiliência, segurança energética, desenvolvimento regional, instrumentos econômicos e competitividade. Lula trata o clima como uma questão que deve atravessar diferentes políticas públicas e compromissos internacionais. Caiado aproxima o tema da capacidade econômica do país e da adaptação da produção a novas exigências ambientais. Em ambos os casos, o meio ambiente é conectado a uma discussão mais ampla sobre desenvolvimento, mas os instrumentos e prioridades são diferentes.

O programa do Novo trata os eventos extremos principalmente como uma questão de gestão de riscos. O plano de Flávio Bolsonaro apresenta medidas relacionadas à infraestrutura física, Defesa Civil, barragens, reservatórios e drenagem, mas não utiliza a mudança climática como eixo explicativo dessas ações. O programa do PSTU reconhece o avanço da crise climática e a relaciona ao modelo econômico, enquanto o plano do Missão menciona a instabilidade climática do setor agropecuário sem desenvolver uma política climática estruturada.

A pesquisa do Observatório do Clima com o IPSUS evidencia uma diferença ainda maior na quantidade e no conteúdo dos compromissos. Entre os seis programas avaliados, o de Lula apresentou 16 compromissos positivos e detalhados em 28 itens analisados. O programa de Flávio Bolsonaro apresentou um compromisso considerado positivo e sete classificados pela organização como claramente antiambientais, e também não reconhece a existência de uma crise climática. Entre os temas que aparecem em vários programas estão mercado de carbono, minerais críticos, terras raras, biocombustíveis, Cadastro

Ambiental Rural e pagamentos por serviços ambientais. Isso indica que a pauta ambiental já está ligada a setores estratégicos da economia e à discussão sobre novas oportunidades de investimento e produção.

A ausência do tema também é uma forma de posicionamento

A pouca presença da agenda ambiental na campanha presidencial não significa que os candidatos tenham necessariamente ignorado todos os problemas relacionados ao meio ambiente. Em alguns casos, medidas relacionadas a enchentes, infraestrutura, Defesa Civil, energia ou produção aparecem sem serem apresentadas como parte de uma política climática.

Sobre os tipos de medidas para políticas ambientais, Lula apresenta a adaptação climática como uma política pública permanente, incluindo planos nacionais, estaduais e municipais, infraestrutura verde e incorporação dos riscos climáticos ao planejamento energético. Caiado apresenta medidas mais operacionais, como mapeamento de riscos, sistemas de alerta, drenagem e resiliência das redes elétricas. Flávio Bolsonaro concentra suas propostas em infraestrutura e Defesa Civil, sem apresentar a adaptação climática como conceito estruturante. Zema também trabalha com infraestrutura, monitoramento e planejamento urbano, mas sem enquadrar explicitamente essas medidas como uma política de adaptação. A pauta ambiental está de fato presente em diferentes projetos políticos, mas a forma como cada um a incorpora depende da concepção de desenvolvimento que sustenta o programa. Para alguns, a questão passa por reduzir emissões e mudar padrões de produção e consumo. Para outros, a prioridade está na adaptação dos territórios, na infraestrutura ou na gestão de riscos. Há também propostas que aproximam o meio ambiente de competitividade, produção e segurança energética.

O Congresso e o conflito sobre o modelo de desenvolvimento

A diferença entre as concepções ambientais também aparece fora da campanha presidencial. O Congresso continua discutindo regras que afetam diretamente a relação entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental. A Lei Geral do Licenciamento Ambiental, sancionada em agosto de 2025 e em

vigor desde fevereiro de 2026, alterou procedimentos de licenciamento e criou modalidades como a Licença por Adesão e Compromisso e a Licença Ambiental Especial. É considerável que essas mudanças façam parte de um processo de flexibilização da legislação ambiental. Setores favoráveis à nova legislação, por sua vez, defendem a simplificação dos procedimentos e a redução de burocracias para a realização de empreendimentos. A disputa em torno do licenciamento mostra uma das principais formas pelas quais diferentes atores atribuem sentidos ao meio ambiente. Para organizações ambientalistas, a questão central é a manutenção de mecanismos capazes de avaliar impactos e impor condicionantes aos empreendimentos. Para setores ligados à produção e à infraestrutura, o problema é frequentemente apresentado como excesso de burocracia e demora na autorização de projetos.

Em setembro, a Comissão Tripartite Nacional reuniu representantes da União, dos estados e dos municípios para discutir a implementação da nova legislação e a articulação do Sistema Nacional do Meio Ambiente. O documento produzido pelo encontro trata de temas como atividades sujeitas ao licenciamento, dispensas, condicionantes, povos e comunidades tradicionais, unidades de conservação, renovação automática e regularização ambiental. O episódio é importante porque desloca a agenda ambiental do discurso eleitoral para a administração concreta do território. A disputa passa a envolver quem licencia, quais atividades precisam ser controladas, quais impactos precisam ser considerados e quais competências cabem a cada nível de governo.

O Executivo federal segue uma direção diferente em algumas áreas. Em setembro, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima apresentou o Plano de Ação Nacional de Ar Limpo e Clima para a Redução de Poluentes Climáticos de Vida Curta, voltado à redução de metano, carbono negro e HFCs. A iniciativa aproxima clima, saúde pública e qualidade do ar e envolve cooperação com outros países da região.

A coexistência dessas iniciativas ajuda a entender o cenário de 2026. Enquanto uma parte da política institucional trabalha para alterar regras ambientais e facilitar determinadas atividades econômicas, outra desenvolve políticas voltadas à redução de emissões, adaptação e proteção ambiental. A

agenda ambiental está presente nas instituições, mas é atravessada por disputas sobre prioridades econômicas e sobre o papel da regulação.

Território, direitos e representação política

O TSE contabilizou 191 candidaturas indígenas no recorte utilizado para a distribuição de recursos eleitorais em 2026, correspondente a 0,93% das 20.560 candidaturas consideradas nessa base. O número representa um recorde dentro da série utilizada pela Justiça Eleitoral. Também foram registradas 212 candidaturas quilombolas, segundo os dados apresentados no levantamento citado neste boletim. Elas incluem candidaturas para deputado estadual, deputado federal, Senado e vice-governador. A presença desses candidatos amplia o significado da agenda ambiental. A discussão deixa de ser apenas sobre quantidade de áreas preservadas, emissões ou licenciamento e passa a envolver quem possui direitos sobre determinado território e quem deve participar das decisões que afetam essas áreas.

A população quer propostas ambientais, mas o tema não lidera as preocupações

A pesquisa Ipsos, já citada, ajuda a entender por que essa agenda transversal ainda encontra dificuldade para ocupar o centro da eleição. Para 87% dos entrevistados, as mudanças climáticas provocam secas, chuvas intensas e ondas de calor, enquanto 85% afirmam que o fenômeno afeta o cotidiano dos brasileiros. Além disso, 79% defendem que o tema seja priorizado mesmo quando isso implica custos econômicos. Entre os problemas ambientais, as mudanças climáticas aparecem em primeiro lugar, com 35% das menções, seguidas pela gestão de resíduos e lixo, com 21%, e pela qualidade do ar e poluição, com 15%.

Quando a pergunta se desloca para os principais problemas do país, porém, a hierarquia se altera: segurança pública e criminalidade aparecem com 49%, custo de vida ou inflação com 41%, violência contra as mulheres e feminicídios com 36% e qualidade da saúde pública com 34%. As mudanças climáticas aparecem apenas em nono lugar.

Para começar, da lista a seguir, quais você considera os TRÊS problemas mais importantes que o Brasil precisa resolver atualmente?
Base: 1.800 casos, amostra total



© Ipsos | Pesquisa sobre meio ambiente | Setembro 2026

7

A percepção ambiental não se limita à mudança climática. Noventa por cento consideram muito importante que o governo e as políticas públicas se dediquem à proteção ambiental. Ao mesmo tempo, a avaliação dos diferentes atores envolvidos é predominantemente negativa: 71% avaliam negativamente a atuação do governo brasileiro, 75% a das empresas privadas e 78% a das pessoas em geral. Existe uma expectativa clara de atuação pública na área ambiental, mas o tema compete com questões que aparecem de forma mais direta na vida cotidiana. Para as candidaturas, isso cria um incentivo para tratar o meio ambiente dentro de outras agendas, como saúde, infraestrutura, energia, produção e segurança, em vez de transformá-lo em uma agenda prioritária.

Considerações finais

O monitoramento realizado até setembro confirma parcialmente a hipótese apresentada no boletim anterior. A agenda ambiental ganhou presença em diferentes espaços da política e passou a ser apropriada por grupos políticos com projetos distintos. A principal mudança observada em 2026 está no modo como o tema é articulado. Nos programas presidenciais, o meio ambiente aparece associado a diferentes ideias de desenvolvimento. Lula apresenta uma agenda que relaciona clima, desmatamento, transição energética, compromissos internacionais e planejamento público. Caiado aproxima o tema de resiliência,

segurança energética, desenvolvimento regional e competitividade. Outros programas tratam o problema a partir da infraestrutura, da Defesa Civil, da gestão de riscos ou da produção. Em alguns casos, a crise climática não é reconhecida como eixo relevante do programa.

Nos estados, a agenda ambiental pode significar proteção de territórios indígenas, gestão da água, adaptação às mudanças climáticas, infraestrutura, expansão do agronegócio, mineração ou tentativa de compatibilizar conservação e crescimento econômico. Entre candidatos indígenas e quilombolas, o tema aparece fortemente relacionado à defesa territorial e à participação política.

O principal limite identificado é a distância entre essa diversidade de propostas e a centralidade eleitoral do tema. A pesquisa Ipsos mostra que a maioria dos brasileiros quer propostas para enfrentar a crise climática, mas as mudanças climáticas ocupam apenas a nona posição entre os principais problemas do país. Por isso, o restante da campanha deve ser acompanhado a partir de uma pergunta mais específica: quando os candidatos falam em desenvolvimento, produção, energia, infraestrutura, mineração, agronegócio ou segurança hídrica, que lugar o meio ambiente ocupa nessas propostas? Essa questão será especialmente importante para acompanhar a passagem das promessas para as decisões de governo e de parlamento em 2027. A disputa ambiental não estará restrita ao Ministério do Meio Ambiente ou aos discursos dos presidentiáveis. Ela estará presente nas decisões sobre licenciamento, orçamento, infraestrutura, energia, mineração, produção agropecuária, recursos hídricos, adaptação climática e direitos territoriais.

Até aqui, a hipótese se confirma em um aspecto central: a agenda ambiental se tornou mais ampla e passou a ser articulada por diferentes atores e interesses. A evidência de 2026 acrescenta uma segunda constatação: essa ampliação não veio acompanhada de uma centralidade semelhante na campanha presidencial. O meio ambiente está presente na política brasileira, mas seus sentidos e seu peso eleitoral dependem do território, do cargo em disputa e do projeto de desenvolvimento defendido por cada grupo.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Pesquisa mostra preocupação com clima, mas tema fica em segundo plano.** 17 set. 2026. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2026-09/pesquisa-mostra-preocupacao-com-clima-mas-tema-fica-em-segundo-plano>. Acesso em: 18 set. 2026.

AGÊNCIA BRASIL. **Eleições de 2026 registram recorde de candidaturas indígenas.** 19 ago. 2026. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2026-08/eleicoes-de-2026-registram-recorde-de-candidaturas-indigenas>. Acesso em: 15 set. 2026.

APIB. **2026 registra recorde de candidaturas indígenas.** 16 ago. 2026. Disponível em: <https://apiboficial.org/2026/08/16/eleicoes-2026-registram-recorde-de-192-candidaturas-indigenas/>. Acesso em: 15 set. 2026.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. **Comissão Tripartite Nacional discute implementação da Lei Geral do Licenciamento Ambiental.** 11 set. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias-defeso-eleitoral/comissao-tripartite-nacional-discute-implementacao-da-lei-geral-do-licenciamento-ambiental-e-articulacao-do-sisnama>. Acesso em: 15 set. 2026.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. **MMA apresenta estudo do Plano de Ar Limpo e Clima.** 16 set. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias-defeso-eleitoral/mma-apresenta-estudo-do-plano-de-ar-limpo-e-clima-e-debate-governanca-regional-com-mexico-e-uruguai>. Acesso em: 15 set. 2026.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Maioria dos presidentiáveis ignora urgência da crise climática e ambiental.** 10 set. 2026. Disponível em: <https://oc.eco.br/maioria-dos-presidenciaveis-ignora-urgencia-da-crise-climatica-e-ambiental/>. Acesso em: 15 set. 2026.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. OC lança plano sobre clima e meio ambiente para eleições 2026. 10 jun. 2026. Disponível em: <https://oc.eco.br/plano-sobre-clima-e-meio-ambiente-para-eleicoes-2026/>. Acesso em: 15 set. 2026.

POLÍTICA POR INTEIRO. A agenda climática nos planos de governo dos presidentiáveis. 21 ago. 2026. Disponível em: <https://politicaporinteiro.org/2026/08/21/a-agenda-climatica-nos-planos-de-governo-dos-presidenciaveis/>. Acesso em: 18 set. 2026.

RFI. Em ano de recordes climáticos, pauta ambiental desaparece da campanha eleitoral no Brasil. 17 set. 2026. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/podcasts/planeta-verde/20260917-em-ano-de-recordes-clim%C3%A1ticos-pauta-ambiental-desaparece-da-campanha-eleitoral-no-brasil>. Acesso em: 15 set. 2026.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/home>. Acesso em: 15 set. 2026.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. TSE divulga percentuais de candidaturas de mulheres, pessoas negras e indígenas por partido. 21 ago. 2026. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Agosto/tse-divulga-percentuais-de-candidaturas-de-mulheres-pessoas-negras-e-indigenas-por-partido>. Acesso em: 18 set. 2026.

UOL. Candidatos quilombolas somam 212 e correspondem a 1% do total. 17 ago. 2026. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2026/08/17/candidatos-quilombolas.ghm>. Acesso em: 15 set. 2026.

O papel de Michelle Bolsonaro nas eleições de 2026

Tatiana de Lana Menezes²⁷

Neste boletim, de acordo com os dados apurados, não é possível sustentar a hipótese elaborada no primeiro boletim de que Michelle Bolsonaro percorreria o país apoiando uma rede de mulheres de seu campo político. O acompanhamento do processo eleitoral apresentou uma dinâmica diferente do que havia sido projetado inicialmente. Pelo contrário, sua atuação enquanto cabo eleitoreiro de outras candidatas, que previa seu deslocamento pelas cidades brasileiras, se transformou em apoio divulgado por meios tecnológicos, através de vídeos e pelas redes sociais. A partir dessa constatação, a pesquisa precisou ser reformulada redirecionando o seu o foco. A hipótese que passou a orientar o monitoramento é a influência política de Michelle Bolsonaro sobre as redes femininas, seus mecanismos e formas de apoio, nas eleições de 2026. O monitoramento passa a acompanhar como essa influência se estrutura e se manifesta no decorrer do pleito eleitoral.

²⁷ Pós-graduada lato sensu em Política e Sociedade pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

A atuação de Michelle, enquanto cabo eleitoreiro de outras candidatas, indica que ainda que seu apoio a candidaturas de mulheres conservadoras esteja mais presente por meio de vídeos e das redes sociais, sua atuação permanece concentrada em sua própria candidatura e no apoio direto às candidatas da sua região, Bia Kicis e Celina Leão, além do candidato à Presidência da República, Flávio Bolsonaro. Para apoiar as candidaturas distantes e de outras regiões, Michelle reservou um dia da semana para receber os candidatos e gravar vídeos de campanha em apoio a estes. Essa estratégia foi utilizada, por exemplo, com a candidata Samantha Iris (PL), candidata a Deputada Estadual e José Medeiros, na disputa para o Senado Federal, ambos pelo estado de Mato Grosso (MT).

A ausência no palanque de 7 de setembro

Era esperado que Michelle Bolsonaro comparecesse ao ato de campanha convocado para 07 de setembro, em São Paulo, porém, a candidata não compareceu. O evento foi convocado com o objetivo de projetar a campanha de Flávio Bolsonaro, já que esta seria a primeira ocasião em que os dois estariam juntos dividindo publicamente um palanque, o que serviria de confirmação do apoio de Michelle à candidatura de Flávio Bolsonaro. No palanque estiveram presentes diversas figuras que compõem o cenário político do mesmo grupo eleitoral e lideranças religiosas, com exceção da ex-primeira dama.

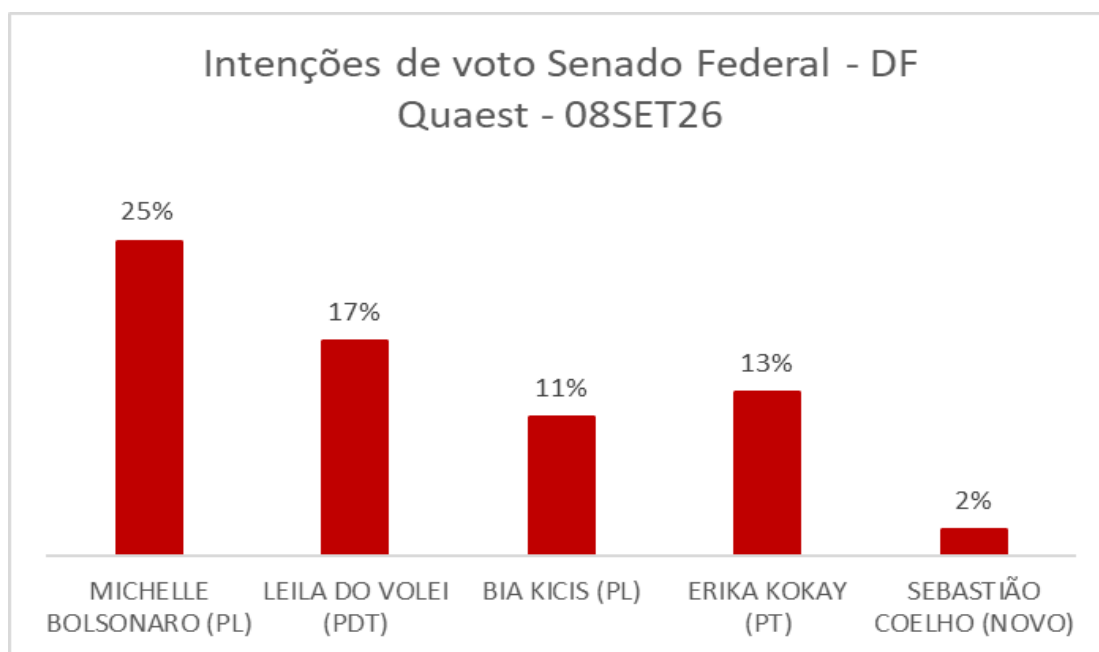
Michelle alega não ser possível comparecer aos comícios de campanha uma vez que não pode se ausentar de casa por muito tempo, por ser ela a principal responsável pelos cuidados de Jair Bolsonaro, que está em prisão domiciliar. Ela justifica sua ausência no palanque de 7 de setembro, dizendo que protocolou pedido de autorização para delegar a terceiros os cuidados de seu marido, mas o mesmo ainda não havia sido analisado pelo Ministro Alexandre de Moraes, responsável pelo processo em que o ex-presidente foi condenado por tentativa de golpe de Estado.

Aparições públicas

Com poucas aparições públicas, concentradas na maioria das vezes no Distrito Federal e no entorno, Michele esteve presente na cavalcada de abertura da 34ª Expoabra, feira voltada ao setor rural, em Brasília-DF. No ato de campanha, em seu discurso misturou religião e política, e pediu para que os presentes se empenhassem para eleger Flávio Bolsonaro à presidência da república. Entre suas falas, repetiu por diversas vezes “dias melhores virão” e “vamos resgatar o nosso Brasil”, além de citar versículos bíblicos e levantar o lema de campanhas anteriores como “Deus, Pátria, família”, finalizando sua despedida com um “vou pra casa fazer a comida dele...”

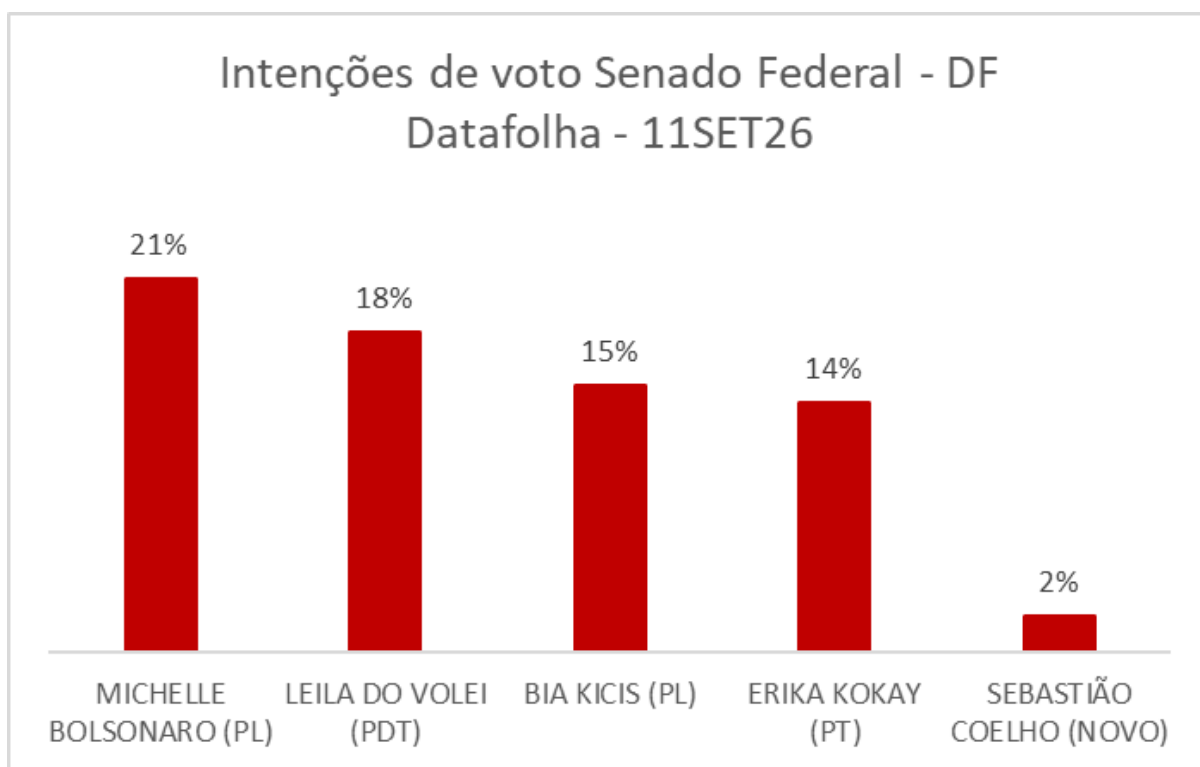
Pesquisa de intenção de voto

Embora Michelle Bolsonaro tenha poucas aparições em palanques, ela está ativa nas redes sociais. Mesmo a distância, sua fala, sua imagem e sua identificação com o eleitorado evangélico são utilizados como ferramentas de interação com seu público, concedendo a ela a vantagem de não precisar estar em todos os palanques. Isso explica a utilização da imagem dela em diversas campanhas, mas, principalmente, na campanha de Flávio Bolsonaro. Isso pode ser constatado através de pesquisas divulgadas, onde mostram que Michelle Bolsonaro se mantém na liderança das intenções de votos, na corrida para uma cadeira no Senado Federal - DF, conforme os gráficos a seguir:



Fonte: A autora, a partir dos dados da Quaest (08/09/2026).

De acordo com a pesquisa divulgada pela agência Quaest, em 08/09, mostra que Michelle Bolsonaro permanece na liderança com 8 pontos percentuais à frente da 2ª colocada nas intenções de voto para o Senado Federal, pelo Distrito Federal, deixando para trás sua correligionária Bia Kicis. Os candidatos Professor Guilherme Amorim e Ronaldo Fonseca pontuaram 1%, os outros candidatos não pontuaram nesta pesquisa. Os votos branco/nulo/não vai votar somam 16% e os indecisos somam 13%.



Fonte: A autora, a partir dos dados do DataFolha (11/09/2026).

Em pesquisa divulgada pela agência Datafolha, Michelle Bolsonaro (PL) permanece na liderança com 21% das intenções de voto, 2 pontos percentuais acima da pesquisa divulgada anteriormente pela mesma agência, assim como Leila do Volei e Erika Kokay, enquanto sua correligionária Bia Kicis, teve um aumento de 4 pontos percentuais nas intenções de votos passando a ocupar o 3º lugar, que antes era destinado a Érika Kokay, que, por sua vez, passou para a 4ª posição nas intenções de voto na corrida ao Senado Federal.

O posicionamento sobre o conflito no STF

Nas últimas semanas, o cenário político brasileiro esteve bastante movimentado, principalmente por questões envolvendo ministros do STF, incluindo o Ministro André Mendonça, conhecido como “o terrivelmente evangélico”, que tem proximidade com a candidata. Michelle manteve seu apoio ao Ministro e, sem mencionar os motivos, publicou em suas redes sociais uma mensagem declarando que ele é um homem cristão, de bem, alinhado ao conservadorismo, um “escolhido e ungido do Senhor”, numa tentativa de demonstrar seu apoio e “conceder” legitimidade às decisões e aos atos cometidos por ele.

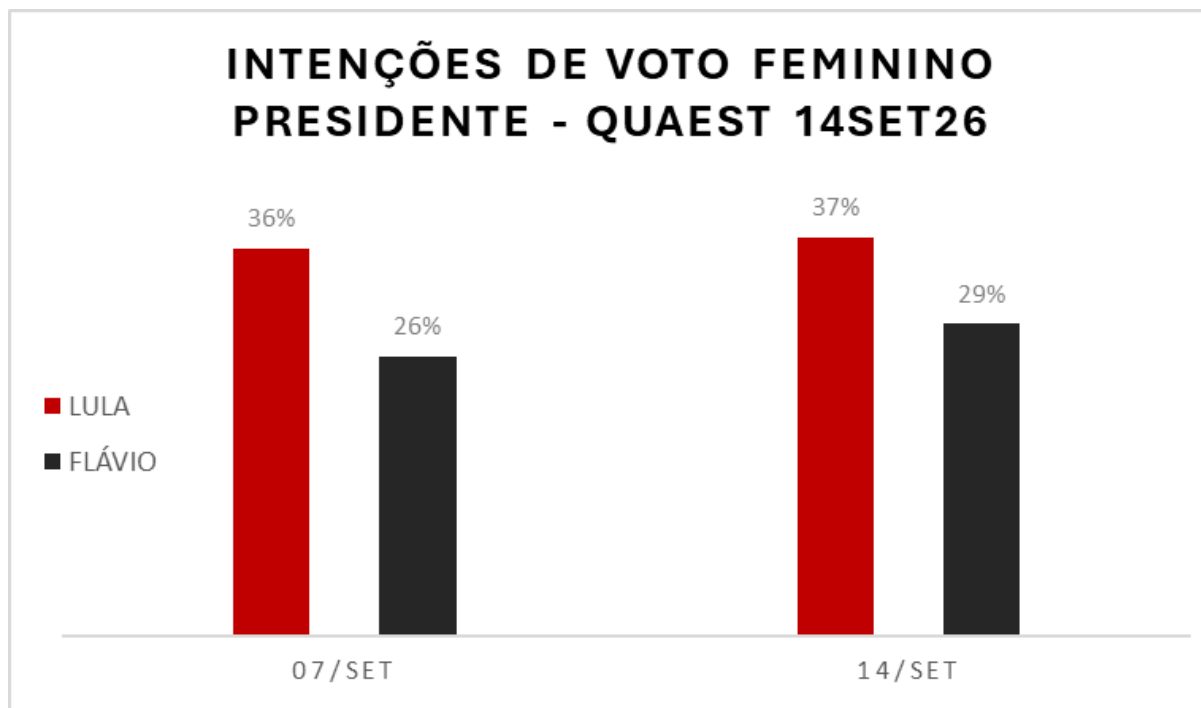
O apoio a Flávio Bolsonaro

Em meio ao caos que se transformou o STF influenciando diretamente no cenário político brasileiro, a divulgação das investigações em curso sobre a participação de Flávio Bolsonaro nos crimes de lavagem de dinheiro e corrupção, fizeram com que Michelle tenha uma participação mais ativa na campanha dele. Um exemplo disso foi seu apoio e participação direta na campanha de Flávio, a partir de um vídeo em suas redes sociais convocando as presidentes da ala feminina do PL Mulher a se unirem a ela nessa missão, com o intuito de aproximar o eleitorado feminino do candidato.

Em seu vídeo, Michelle informa ter um “chamado especial” e declara que o PL Mulher vem sendo preparado ao longo dos últimos três anos para o momento de uma “grande mudança”. Segundo ela, “essa hora chegou”; na sequência, convoca as “mulheres de bem”, a quem denomina como “Exército Rosa”, a apoiar Flávio Bolsonaro em sua candidatura à Presidência da República. “Eu convoco vocês e todas as mulheres de bem da nossa nação para apoiarmos Flávio Bolsonaro como o próximo presidente do Brasil. Podemos contar com vocês?”, disse Michele.

Ainda que a figura de Michelle não tenha vasta influência sobre as eleitoras femininas, algumas pesquisas sinalizam que Flávio obteve um crescimento nas intenções de voto nesse eleitorado, no período em que coincide com o mesmo

período em que ela se mostrou mais ativa em seu apoio à campanha dele, como mostra gráfico a seguir:



Fonte: A autora, a partir dos dados da pesquisa divulgada pela Quaest (15/09/2026)

De acordo com os dados divulgados pela Quaest, houve um encurtamento da distancia entre Flávio e Lula no que se refere ao eleitorado feminino, dentro da margem de erro. Esta oscilação pode não ser um indicativo de aprovação e/ou adesão ao candidato Flávio Bolsonaro, mas sim um indicativo de a sua campanha possa estar conseguindo dialogar melhor com eleitorado feminino.

Conclusão

Ao contrário da hipótese inicial de que Michelle Bolsonaro percorreria o Brasil em apoio a candidaturas femininas conservadoras não foi confirmada, mas a sua atuação tem se concentrado no ambiente digital, com aparições pontuais em sua região. Ainda que a utilização das redes sociais restrinja sua presença física nos palanques, sua liderança no PL Mulher demonstra seu comprometimento com a campanha de Flávio Bolsonaro, numa tentativa de articular o apoio feminino em torno da candidatura presidencial. Com isso, o monitoramento concentra o foco na análise dos mecanismos utilizados como ferramenta principal na divulgação de materiais de campanha e na ampliação do

apoio e influência de Michelle Bolsonaro como meio de mobilização eleitoral no pleito de 2026.

Referências:

Michelle era esperada por Flávio no evento onde estaria no palanque do enteado após desavenças. <https://veja.abril.com.br/brasil/michelle-fica-fora-do-ato-de-7-de-setembro-ao-lado-de-flavio/>

Pesquisa Quaest <https://www.cartacapital.com.br/politica/michelle-bolsonaro-lidera-disputa-ao-senado-no-df-indica-quaest/>

Manifestação a favor do Ministro André Mendonça
<https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/122013/michelle-recorda-indicacao-de-mendonca-e-o-chama-de-ungido-do-senhor>

Exército Rosa
<https://veja.abril.com.br/brasil/michelle-convoca-exercito-rosa-para-ajudar-campanha-de-flavio-bolsonaro/>

Convocação de Michelle Bolsonaro
<https://www.instagram.com/reel/DdIEWm-hv8D/?stkn=azMybmRqbzF4Ym94>

Liberação de visita a Jair Bolsonaro
<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2026/09/7497840-moraes-autoriza-visita-permanente-de-parentes-a-bolsonaro.html>

Candidaturas negras

Cesar Amorim²⁸

O presente boletim tem como objetivo monitorar e refletir sobre a presença da questão racial nas eleições de 2026, observando as diferentes formas pelas quais raça e política se articulam durante o período pré-campanha e o início da campanha eleitoral. Busca-se analisar tanto a participação de pessoas negras na disputa eleitoral quanto a mobilização de pautas raciais, os discursos produzidos pelos candidatos e partidos e os conflitos relacionados à representação política.

Nas últimas eleições, a questão racial adquiriu crescente centralidade no debate sobre representação e participação política no Brasil. Embora as pessoas negras componham a maioria da população brasileira, sua presença ainda é escassa em posições de poder, evidenciando uma desigualdade que acompanha a sociedade ao passar dos anos.

Sabe-se que a presença de candidaturas negras não significa necessariamente uma redução das desigualdades raciais na competição eleitoral. Nossa hipótese é que o aumento gradual do número de pessoas negras que se candidatam às eleições amplia a representação descritiva da população negra na política institucional, mas não garante, por si só, a formulação de pautas e políticas públicas capazes de atender de maneira efetiva às demandas e desigualdades enfrentadas pela população negra.

A Participação Negra Direta e Indireta nos Processos Eleitorais do Brasil

Desde que os processos eleitorais começaram a ser instituídos no Brasil, a participação política da população negra foi marcada por diferentes formas de restrição, tanto no acesso formal aos direitos políticos como nos meios de conseguir exercê-los. O sufrágio, que é o direito ou a capacidade política de participar das decisões do Estado e eleger representantes, sempre esteve condicionado às condições jurídicas, econômicas e sociais dos indivíduos. Logo, a existência de determinados direitos previstos formalmente pela legislação não

²⁸ Graduando em Ciências Sociais na UFRJ

necessariamente garante a possibilidade de exercê-los de maneira plena e efetiva.

Durante o período imperial, a condição de escravizado era uma das principais barreiras à participação. Considerados juridicamente como “coisas” ou bens de seus senhores, os escravizados não eram reconhecidos como cidadãos. A Constituição de 1824 estabeleceu critérios para a participação eleitoral entre a população livre, criando um sistema de eleições indiretas e condicionado por requisitos econômicos. Nesse cenário, pessoas negras livres e libertas poderiam, em determinadas circunstâncias, participar das eleições, desde que atendessem às condições estabelecidas pela legislação. Entretanto, essa possibilidade não representava uma igualdade política entre os diferentes grupos sociais.

Vale destacar que uma pessoa negra, ainda que conseguisse sua liberdade, não era inserida no meio social como qualquer outra pessoa comum. Além das exigências legais para o exercício do voto, fatores como renda, posição social e acesso a recursos influenciavam diretamente a capacidade de participação política. Dessa forma, mesmo entre aqueles que não estavam submetidos à escravidão, a cidadania era exercida dentro de uma estrutura social profundamente desigual.

Neste tempo já se sabia que muito provavelmente, em breve, os negros escravizados seriam livres mais cedo ou mais tarde. Então, foi promulgada a Lei Saraiva, em 1881 que, dentre muitas coisas, previa que os analfabetos não poderiam exercer o direito ao voto. Logo, os escravizados que seriam libertos pela Lei Áurea em 1888, mesmo não sendo mais escravos, não desfrutaram do sufrágio por não saberem ler, nem escrever. A população negra, historicamente submetida à exclusão do acesso à educação formal durante o período escravista, encontrava-se particularmente vulnerável diante desse novo requisito.

A abolição da escravidão, em 1888, representou uma ruptura jurídica fundamental, mas não foi acompanhada por medidas suficientes de inclusão social, educacional e econômica da população negra. Dessa forma, a conquista da liberdade não significou igualdade política efetiva: barreiras como o analfabetismo, a pobreza, a desigualdade social e o preconceito racial continuaram dificultando o acesso aos espaços de decisão. Nesse sentido, é necessário distinguir o direito político formal de sua efetivação, uma vez que a

possibilidade legal de votar ou ocupar cargos públicos não garante, por si só, condições igualitárias de participação.

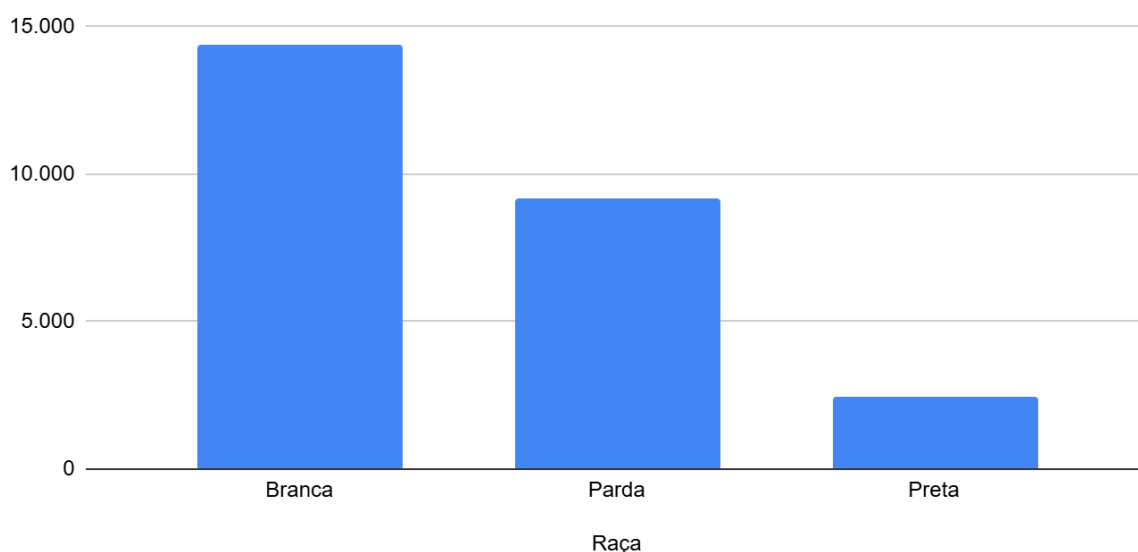
Apesar dessas limitações, a população negra desenvolveu diferentes formas de atuação política, que ultrapassavam o exercício do voto e a ocupação de cargos eletivos. Associações, organizações comunitárias, imprensa negra e movimentos de mobilização constituíram importantes espaços de reivindicação, resistência e construção de demandas coletivas. Assim, a trajetória da participação negra no Brasil deve ser compreendida não apenas pela ampliação formal dos direitos políticos, mas também pelas dificuldades de transformar esses direitos em participação efetiva e representação. Essa perspectiva permite estabelecer uma relação com o cenário eleitoral contemporâneo, no qual o aumento da presença de pessoas negras entre candidatos pode ampliar a representação descritiva sem necessariamente garantir que suas demandas sejam incorporadas de forma substantiva às instituições políticas.

Estatísticas Eleitorais de 2014 - 2026

Os negros no Brasil totalizam mais de 55,5% da população, o que equivale a, aproximadamente, 113 milhões de pessoas. Mas há de se ressaltar que apesar de constituírem a maior parte da população, os negros têm sido minoria quando se diz respeito à presença nos espaços de poder e de alto prestígio. Nesse sentido, as Eleições Gerais de 2014 representam um marco para a análise da participação racial nas eleições, pois a partir deste pleito passou a se considerar obrigatória a autodeclaração racial para todos os candidatos, pela qual o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) coletava a informação de cor ou raça no registro de candidatura.

A adoção deste método revela um processo de invisibilização da dimensão racial da representação política brasileira. Até então, a ausência da coleta da autodeclaração racial dificultava a identificação e a mensuração das desigualdades raciais presentes nas disputas eleitorais.

Quantidade de Candidatos por Raça nas Eleições Gerais de 2014

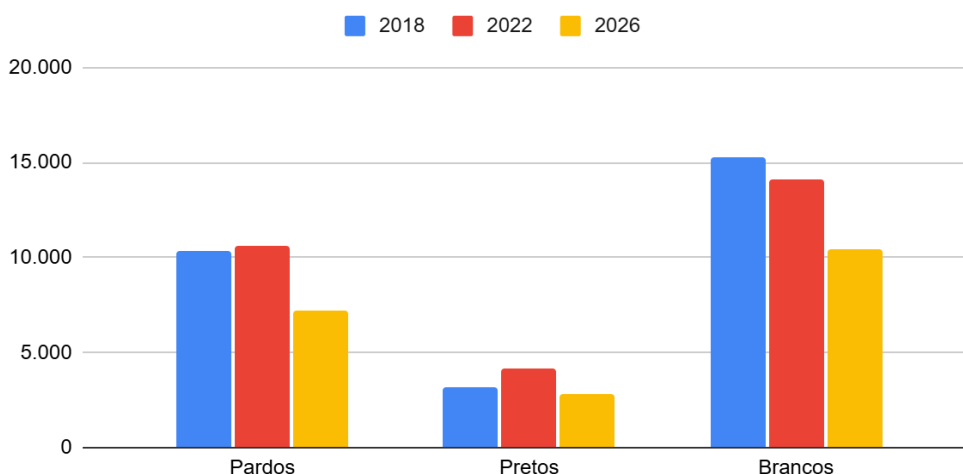


Como se percebe, o número de candidatos brancos é comparativamente maior ao número de candidatos pardos e pretos. O número total de candidaturas negras em 2014 é de 11.579, nem mesmo a soma dos dois grupos (pardos e pretos) ultrapassa o número de candidaturas brancas, evidenciando o carecimento de representatividade política negra.

Número de Candidaturas às Eleições

Raça	2018	2022	2026
Pardos	10.382	10.579	7.252
Pretos	3.160	4.133	2.826
Branco	15.241	14.099	10.427

Eleições Gerais de 2018, 2022 e 2026



Os dados apresentados permitem observar uma mudança gradual na composição racial das candidaturas ao longo das últimas eleições. Entre 2018 e 2022, houve crescimento no número de candidaturas declaradas como pretas, enquanto o número de candidaturas brancas apresentou redução. Em 2026, embora os números apresentados ainda sejam parciais e devam ser acompanhados ao longo do processo eleitoral, a presença de candidatos pretos e pardos permanece expressiva.

Conclusões

Em virtude dos fatos, é possível concluir que o crescimento da presença de pessoas negras entre as candidaturas não deve ser interpretado automaticamente como aumento proporcional da representação política negra. A candidatura constitui apenas uma das etapas do processo de representação: é necessário considerar também quais candidatos são eleitos, quais posições ocupam, quais pautas defendem e, sobretudo, em que medida as demandas relacionadas à questão racial são incorporadas à agenda política e às decisões institucionais.

Nesse sentido, os dados reforçam a hipótese apresentada neste boletim: a ampliação da representação descritiva da população negra não garante, por si só, uma representação substantiva de suas demandas. O aumento do número de candidatos negros pode indicar uma transformação importante nas possibilidades de participação política, mas seus efeitos sobre as desigualdades

raciais dependem da capacidade de essa presença se converter em propostas, políticas públicas e ações institucionais.

<https://www.cartacapital.com.br/justica/como-a-populacao-negra-foi-excluida-do-processo-eleitoral/>

<https://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-3-ano-3/o-sufragio-e-o-voto-no-brasil-direito-ou-obrigacao>

<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas>

<https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/painel-perfil-candidato?session=1067138199831>

chrome-

extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclclefindmkaj/<https://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/929/48>

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227300>